



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 143

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 9 de setembro de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Marco Costa*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./Sras. Deputados/as, os trabalhos tiveram início com o [Debata de urgência sobre “Transportes e Acessibilidades”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Artur Lima e da Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*), usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Vasco Viveiros (*PSD*), António Lima (*BE*), José Ávila (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Iasalde Nunes (*PS*), Francisco Coelho (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Francisco César (*PS*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*Independente*), Mónica Seidi (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

No decorrer do debate pediram a palavra para realizar protestos os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e António Vasco Viveiros (*PSD*) e contraprotostos os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco César (*PS*).

Seguidamente, foi apresentada pela Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*) a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XI – “Sistema de recolha e gestão de informação cadastral”](#).

Participaram no debate as Sras. Deputadas Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Sónia Nicolau (*PS*), Graça Silveira (*Independente*) e os Srs. Deputados António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*). Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, deu-se início ao debate do [Projeto de Resolução n.º 162/XI – “Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, participaram no debate os Srs. Deputados Tiago Branco (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Joaquim José Joaquim Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)**João Paulo Valadão Corvelo****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A manhã de hoje está reservada ao debate de urgência requerido pelo CDS sobre “**Transportes e Acessibilidades**”, tal como tinha anunciado ontem.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos que foram definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o interpelante, o PS e o Governo dispõem de 32 minutos; o PSD, 24 minutos; Bloco de Esquerda, 12 minutos; o PCP e o PPM, 10 minutos; e a Sra. Deputada Independente, 5 minutos.

Para dar início ao debate por parte do requerente tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS defendeu ao longo desta legislatura como oposição responsável a necessidade de novas políticas de transportes e acessibilidades.

Para o CDS os transportes e as acessibilidades são vitais para garantir o desenvolvimento económico e social da nossa Região e constituem um pilar fundamental das nossas políticas públicas e de um bom Governo.

Os açorianos sabem que este Governo falhou nas políticas de acessibilidades e de transportes. Este Governo e esta maioria não foram em mais de 20 anos capazes de concretizar uma estratégia integrada de transportes, o tão famigerado PIT, que garantisse a mobilidade dos açorianos e respondesse aos desafios da nossa economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nos transportes e acessibilidades o legado deste Governo foi ao longo dos anos a impreparação, a desorientação e muitas vezes o caos. Em consequência os açorianos desesperam diariamente ...

(Diálogo entre os Deputados Francisco César e Bruno Belo)

O Orador: Em consequência (se eu puder continuar) os açorianos desesperam diariamente com os constrangimentos que afetam as suas vidas, a nossa diáspora sofre com a supressão das suas rotas e as nossas associações representativas do comércio, os nossos empresários e agora o Conselho Económico e Social (aliás, na esteira daquilo que o CDS sempre defendeu) reclamam desesperadamente a necessidade de procurar soluções de transporte marítimo e aéreo que respondam aos desafios do presente e do futuro da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Os açorianos sabem hoje que esta governação falhou nas políticas públicas de transportes e legitimou modelos de gestão e de operação que conduziram ao descalabro financeiro do setor, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não apoiado!

O Orador: ... da recorrente incapacidade de transporte marítimo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... em garantir as necessidades das nossas empresas, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... até à situação do Grupo Sata que empurrou de forma reiterada e sistemática para a situação de falência técnica, este Governo e esta maioria nas políticas de transportes e acessibilidades ao fim de mais de duas décadas de poder apenas comprometeu a coesão das nossas ilhas, o desenvolvimento económico da nossa Região e as nossas finanças públicas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Muitas foram as opções erradas e muitos foram os negócios ruinosos que contribuíram para tal situação.

Foi o caso ruinoso do negócio da aquisição do A330 da Sata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: Para uma administração era um avião essencial para o futuro da companhia, para a administração que veio a seguir não servia e era para abater. Sem voar e sem vender (aliás, recorde-se aqui a frase da Sra. Secretária aqui presente a dizer que o avião rendia mais parado do que a voar), ou seja, e sem resolver como de costume, ficou estacionado a custar 12 milhões de euros ao ano (12 milhões de euros ao ano!) perfazendo ao longo de três anos, obviamente, citando o camarada Guterres, “é só fazer a conta”, 36 milhões de euros. A esses 36 milhões de euros é preciso juntar a quantia para resolver o *leasing* do avião anunciado de mais cerca de 23 milhões, ou seja, 59 milhões de euros. Contas redondas, cerca de 60 milhões de euros que muita falta faz para responder aos desafios que temos que enfrentar ao nível da acessibilidade e da mobilidade.

Foi o caso do inconcebível e progressivo abandono dos voos com origem e destino para a ilha Terceira, comprometendo a economia da segunda maior ilha dos Açores, sendo inadmissível (inadmissível!) que apenas sejam efetuadas três ligações, mas que não são de ida e volta para a Terceira, quando São Miguel tem mais de 12, o Pico tem quatro e o Faial tem sete por semana.

Pura e simplesmente a Sata despreza, ignora e ofende os terceirenses.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que vai voar para o Porto!

O Orador: A Sata se vem de Lisboa para a Terceira não volta a Lisboa, se vai para Lisboa não volta à Terceira, ou seja, a Sata faz da Terceira uma mera escala técnica e um apeadeiro para estacionamento de aviões.

Deputado Francisco César (PS): Não apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A SATA e o Governo!

O Orador: Relativamente às ligações internacionais é preciso ir ao tempo da ditadura de Salazar para a Terceira não ter ligações internacionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia!

O Orador: Até a primavera marcelista em 1970 trouxe a ligação Lisboa/Lajes/Boston.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Foi o Partido Socialista que acabou com esta ligação que remonta a sua não existência aos tempos da ditadura de Salazar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao conduzir a Sata com estas políticas a resultados comprometedores desde 2014 para não ir antes, a 2009, com a aquisição da frota Dash, ...

Deputado Francisco César (PS): E antes com os ATPs!

O Orador: ... sem conseguir inverter o rumo do endividamento, do endividamento crescente que acabou no presente quadro de falência técnica, este Governo pela sua ação e omissão colocou em risco a mobilidade dos açorianos, colocou em risco a sobrevivência de uma empresa que é estratégica para os Açores, que representa 5,2% do PIB, colocou em risco a sobrevivência do maior empregador da Região, colocou em risco a empresa que processa grande parte de toda a carga aérea da Região, colocou em risco o nosso correio, as nossas empresas, os nossos hotéis, os nossos restaurantes, os nossos lojistas, os nossos empresários, os nossos pescadores, os nossos agricultores e os nossos produtos. Numa palavra este Governo colocou em risco a nossa economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que nos transmite o pedido de auxílio de emergência à Sata agora requerido pelo estado português junto da União Europeia e a correspondente resposta da comissão.

Foi a este ponto que nos conduziu este Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Com o montante de 464 milhões de euros de passivo, com uma perda continua de resultados líquidos desde 2014, a Sata depende agora de um auxílio de emergência para manter a sua viabilidade nos próximos seis meses de forma a fazer face a um déficit de 169 milhões de euros até ao final de 2021.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: É preciso que os açorianos saibam que este auxílio financeiro é uma emergência, não se trata de um plano de reestruturação, não se trata de finalmente fazer aquilo que se impõe para estancar o declínio financeiro da nossa companhia aérea.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Não é este o objetivo destes 133 milhões de euros que a Sata vai receber.

O presente auxílio financeiro será apenas utilizado para satisfazer as necessidades urgentes de liquidez e para cobrir os custos normais de funcionamento.

Trata-se objetivamente da própria sobrevivência da Sata, trata-se de pagar a fornecedores, trata-se de pagar salários, trata-se de pagar combustíveis e alugueres de aviões, trata-se apenas de dinheiro para que a Sata não pare de voar. Foi este o estado em que este Governo deixou a Sata, foi neste estado que o nosso Governo deixou os transportes e a mobilidade dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O atual Presidente do Conselho de Administração da Sata, esse gestor de craveira, disse que a reestruturação da companhia ia doer só não sabia a quem. Nós sabemos.

Deputada Graça Silveira (Independente): A todos!

O Orador: Dói aos açorianos que veem a sua companhia aérea cada vez mais ameaçada; dói à nossa diáspora que não compreende a falta de ligação às nossas ilhas; dói aos nossos empresários que não têm acesso atempado ao mercado global; ...

Deputado José San-Bento (PS): Mentira!

O Orador: ... dói aos contribuintes que somos todos nós que vamos pagar. Só não dói ao PS que para não sentir a dor e negação diz que o caminho é para a frente.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Tanta demagogia!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi com o CDS, através da Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial, que os açorianos ficaram a saber a real situação financeira da Sata, que este Governo através da escolha de sucessivas administrações incompetentes, escolhidas apenas por ele, escolhidas por este Governo, conduziu até à atual situação de falência técnica um grupo fundamental para os Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: No CDS temos como princípio que a administração de uma empresa pública tem que ser pautada por parâmetros de exigência quanto ao rigor na gestão, à qualidade dos serviços, à eficácia na organização, à qualidade, à transparência de procedimentos e à eficiência da utilização dos recursos públicos regionais.

Deputado José San-Bento (PS): Pode começar pelo seu grupo parlamentar!

O Orador: A Sata não é, nem pode ser exceção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Fizemos este debate porque queremos saber, Sra. Secretária, se este Governo está em condições de assegurar que os direitos à mobilidade dos açorianos estão a ser devidamente garantidos;

Fizemos este debate porque queremos saber se em nome da transparência o Governo já subscreveu o contrato de gestão pública com a administração da Sata dando aos açorianos um verdadeiro sinal de exigência, de rigor e transparência no setor público empresarial regional, o que diz Sra. Secretária?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Fizemos este debate porque queremos saber se as negociações do contrato de obrigações de serviço público que acaba agora em setembro foi devidamente renegociado e os açorianos não correm o risco de ver restringidos os direitos à mobilidade depois das eleições, de acordo com a intenção já manifestada anteriormente pelos camaradas e pelo Governo da República;

Deputado Carlos Silva (PS): Está apenas preocupado com as eleições? Quer colher dividendos políticos?

O Orador: Fizemos este debate porque queremos saber se é apenas depois das eleições que o Governo e a administração da Sata apresentam o plano estratégico da empresa e o plano de reestruturação solicitado pela Comissão Europeia.

Fizemos este debate porque queremos saber que as operações financeiras que este Governo fez na nossa companhia aérea ao longo dos últimos anos e que a União Europeia quer investigar estavam de acordo, é uma pergunta, com as boas práticas ...

Deputado Carlos Silva (PS): É campanha eleitoral!

O Orador: ... e recomendações financeiras obrigatórias no quadro da União Europeia.

Deputado Francisco César (PS): O CDS votou a favor!

O Orador: Votámos, sim senhor.

Fizemos este debate, porque queremos saber ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: E o senhor ainda não se calou aí do seu lugar.

O senhor tem estado sempre a interromper, sempre a mandar bocas, o senhor e o Sr. Deputado Carlos Silva, ...

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

O Orador: ... que podem ir lá para trás e juntarem-se os três, fazem os marretas perfeitamente.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Fizemos este debate porque queremos saber que futuro está reservado para a nossa companhia quando a Comissão Europeia em resposta ao estado português, no âmbito do auxílio de emergência, solicita informação sobre as medidas a adotar para garantir e manter a continuidade dos serviços aéreos regionais no caso da Sata deixar de voar, de ser responsável pela prestação de serviço, incluindo o tempo necessário para selecionar alternativas de mercado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No CDS defendemos e afirmamos um novo paradigma das políticas públicas de transportes que contribuam para uma efetiva coesão social e económica das nossas ilhas e garantam o efetivo direito à mobilidade dos açorianos.

No CDS não podemos aceitar que as políticas públicas de transportes deste Governo sejam uma barreira a uma efetiva coesão económica e social.

Está em causa o direito à mobilidade de todos os açorianos, está em causa o desenvolvimento económico e social das nossas ilhas e da nossa Região.

Ir em frente neste caminho não serve os açorianos, não serve os Açores e compromete o futuro da nossa autonomia.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputada Graça Silveira (Independente): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas em nome do Governo.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Falamos uma vez mais de transportes, tema recorrente e que tantos debates tem suscitado nesta Assembleia.

Tema complexo, desafiante e inesgotável.

As ligações das nossas nove ilhas, quer por ar, quer por mar, envolvem 13 portos e nove aeroportos, com permanentes necessidades de manutenção, operacionalidade e desenvolvimento, o que, a par dos mercados regionais pequenos, dispersos e sem grande atratividade comercial, impulsiona a definição de obrigações de serviço público que só conseguem ser asseguradas com compensação financeira do erário público.

Ao longo dos tempos, os desafios, de maior ou menor dimensão, associados aos transportes e à acessibilidade de cada uma das nove ilhas têm sido muitos.

O Governo dos Açores nunca lhes virou a cara, nunca fez de conta e nunca ignorou tais desafios.

Não: este Governo enfrentou e enfrenta os desafios, um a um, de forma a resolver e ultrapassar cada um deles, e sempre se tem comprometido a arranjar soluções, moldando-as às diferentes necessidades de cada uma das nossas ilhas, pugnando pelo melhor serviço aos Açorianos.

A isto chama-se governar, o que implica optar, decidir e executar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Toda esta ação não está nem podia estar isenta de críticas, sejam elas positivas, sejam elas negativas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A tutela financeira não está na sala!

A Oradora: É normal, é a reação natural, é normal que concordem ou não e sempre será assim.

Diz-se que só não erra quem não faz.

Pois nós, com a certeza de que, antes de decidir, se estudam, analisam e avaliam os desafios e as soluções, preferimos correr o risco de errar, do que ficar de braços cruzados.

A vós, a esta Casa, cabe o papel de fiscalizar a ação governativa.

Foram eleitos para desempenhar essa função. E é por isso que hoje aqui estamos, de forma livre e democrática, uma vez mais, a debater o tema dos transportes e acessibilidades.

E se a vós assiste a legitimidade de fiscalizar, questionar, concordar ou discordar das opções do Governo, a nós, Governo dos Açores, assiste-nos a legitimidade de optar, decidir e executar a política governativa, assumindo e defendendo publicamente as nossas opções, também aqui, nesta Assembleia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: A ação de qualquer Governo é sempre influenciada por fatores imprevistos, por situações imprevisíveis, que levam a que seja necessário efetuar alterações aos planos de investimento, aos programas do Governo inicialmente traçados e mesmo às prioridades.

E esta legislatura fica violentamente marcada pelas alterações impostas por dois acontecimentos imprevistos, extraordinários: um a nível regional, o furacão Lorenzo, e a pandemia a nível mundial.

Tanto o Lorenzo, como esta pandemia, que ainda atravessamos, fizeram com que o Governo dos Açores tivesse de ajustar a sua ação, reinventar-se, de forma a atender às necessidades que, de um momento para o outro, surgiram.

Foi o que fizemos. É o que continuamos a fazer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sim, porque antes da pandemia a SATA estava muito bem!

A Oradora: Mas não deixámos para trás o que estava planeado. A par do esforço extraordinário imposto pelo Lorenzo e pela pandemia, continuamos e continuaremos a executar o nosso Programa do Governo até à última, também nas áreas dos transportes e acessibilidades.

É que, convém não esquecer, que, entre 2016 e 2020, foram concluídos ou estão em curso, por exemplo, investimentos no montante global de praticamente 166 milhões de euros nos portos e aeroportos das nossas ilhas. De todas elas.

Não me parece possível que alguém seja contra estes investimentos nas nossas ilhas.

Mas, a crescer a todo o investimento programado, o Governo dos Açores viu-se confrontado com os prejuízos causados pelo furacão Lorenzo e, de imediato, deu início ao trabalho necessário para repor o que foi destruído.

Em Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico, Faial e nas Flores estão a decorrer os processos de investimentos de mais de 70 milhões de euros, sem contar, claro está, com a construção do novo Porto das Lajes das Flores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

O trabalho desenvolvido na contínua evolução do modelo de transporte aéreo de e para os Açores tem também resultados práticos, inegáveis, indesmentíveis.

Não vou sequer referir a evolução desde que entrou em vigor o novo modelo de acessibilidades. Falemos desta legislatura.

De 2016 a 2019, o número total de passageiros desembarcados nos Açores passou de 1,3 milhões para 1,7 milhões de passageiros, ou seja, mais 384 mil passageiros desembarcados, correspondendo a um aumento de 29% nestes três anos.

No mesmo período, o número total de passageiros desembarcados nos voos territoriais, passou de 573 mil para 816 mil passageiros, ou seja, mais 242 mil, correspondendo a um aumento de 42% nestes três anos.

O número total de passageiros desembarcados nos voos internacionais passou de 155 mil para 178 mil passageiros, ou seja, mais 23 mil passageiros desembarcados, o que corresponde a um aumento de 15% nestes três anos.

Já nos voos inter-ilhas, de 2016 a 2019, o número total de passageiros desembarcados passou de 591 mil para cerca de 710 mil passageiros, ou seja, mais 118 mil passageiros desembarcados, o que corresponde a um aumento de 20% nestes três anos.

Esta evolução não nasce espontaneamente.

Resulta do trabalho realizado pelo Governo dos Açores e da recetividade com que os Açorianos acolheram e apostaram nas ações desenvolvidas.

E depois chegámos a 2020, que nos “ofereceu” uma pandemia à escala global e à qual não ficámos imunes. Era impossível ficar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma vez ouvi a Sra. Secretária dizer na Comissão que a SATA ia dar lucro!

A Oradora: E é neste quadro que discutimos hoje transportes e acessibilidades.

Comparado com 2019, este ano de 2020, no período de janeiro a agosto, o total de passageiros desembarcados nos aeroportos dos Açores passou de 1,2 milhões para 428 mil, o que representou uma diminuição de cerca de 64%.

De janeiro a agosto de 2020, o número de passageiros desembarcados nos aeroportos dos Açores foi pouco mais de um terço do número de passageiros desembarcados em igual período em 2019.

Nos voos internacionais tivemos uma diminuição acentuada do número de passageiros desembarcados, na ordem dos 81%.

Nos voos territoriais, uma redução de 66% e, no inter-ilhas, uma diminuição de 59%.

E a tudo isto, a todas estas mudanças, a todos os imprevistos, a SATA tem sabido adaptar-se e responder às necessidades dos Açores e dos Açorianos.

Recordo que, no passado dia 1 de setembro de 2020, o presidente da IATA – Associação Internacional de Transporte Aéreo - referiu que a crise provocada pela pandemia de COVID está a durar mais do que a maioria teria previsto e contestou o facto de a Europa acreditar que a procura por serviços de transporte aéreo poderia recuperar no início de 2021 para os níveis de 75% a 85% do verificado em 2019, classificando esta visão como muito otimista, tendo em conta as previsões no setor e a evolução do tráfego observada durante o pico desta época de verão.

O Presidente salientou ainda, como sendo boa notícia, que a velocidade, a precisão e a escalabilidade dos testes de despistagem da COVID estão a melhorar rapidamente, o que pode facilitar a realização de viagens e acrescentou a necessidade de os governos terem de exercer uma liderança global coordenada para administrar os riscos de abrir fronteiras e o mundo poder começar a mover-se novamente.

A situação financeira do Grupo SATA, o seu extraordinário agravamento em função deste surto, assim como a importância do Grupo SATA para a economia da Região justificaram o desencadear, por parte da Região, de um processo de notificação, junto da Comissão Europeia para a concessão de um auxílio de emergência, que foi objeto de decisão favorável no passado dia 18 de agosto e

que está previsto assumir a forma de garantia de Estado a um empréstimo de 133 milhões de euros.

Na sequência desta decisão, segue-se o prazo de seis meses para trabalhar e apresentar um plano de reestruturação do Grupo SATA.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

É preciso não parar, é preciso continuar a trabalhar para fazer com que todas as nossas ilhas se desenvolvam e sejam capazes de dar resposta às solicitações de uma sociedade cada vez mais exigente.

Por isso, é necessário continuar a realizar investimentos nos portos comerciais dos Açores, para aumentar a capacidade de movimentação de cargas e a competitividade destes portos.

Também temos de continuar a investir nos aeródromos e aeroportos dos Açores para adequar a capacidade da nossa rede aeroportuária à evolução da procura e proceder à requalificação e melhoria da eficiência e dos níveis de serviço na rede aeroportuária regional.

É preciso garantir o financiamento dos serviços públicos de transporte aéreo, marítimo e terrestre nos Açores, mantendo e reforçando as indemnizações compensatórias aos operadores diretamente associados ao cumprimento destas obrigações e é essencial continuar a capitalização e reestruturação de empresas estratégicas, prevendo uma intervenção pública, de carácter temporário, para a realização de operações de capitalização ou de reestruturação dessas empresas, para o relançamento económico e social da Região, em resultado das necessidades excepcionais de financiamento para fazer face aos efeitos, diretos e indiretos, causados pela pandemia de COVID-19.

Queremos também reforçar a mobilidade aérea e marítima de passageiros e mercadorias entre as diversas ilhas dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É bem preciso!

A Oradora: A melhoria da segurança portuária e dos navios nunca deixará de ser uma prioridade, prosseguindo com os programas de monitorização ambiental e com a implementação de sistemas de informação sobre as condições oceanográficas e meteorológicas que permitam o fornecimento de informação técnica fiável de apoio ao tráfego marítimo.

Deputada Graça Silveira (Independente): Já reparou que ninguém está a prestar atenção! Já ninguém acredita no que a senhora lê!

A Oradora: Devemos promover cadeias curtas de distribuição na Região, aumentando a capacidade de armazenagem inter-ilhas, promovendo uma maior integração entre as cadeias de produção e de distribuição existentes e o desenvolvimento de novas cadeias de abastecimento e distribuição de mercadorias de e para os Açores, como forma de utilização da rede de portos e aeroportos de forma eficiente e com redução de custos de contexto e de promoção da inserção do tecido produtivo nacional em cadeias de valor mais abrangentes.

Devemos continuar a realizar investimentos na rede viária regional e em zonas adjacentes ao nível da conservação, requalificação e beneficiação, como forma de reforço da segurança e conforto de todos os que circulam nas estradas regionais.

O trabalho pela frente é muito, sem dúvida, mas é um trabalho que nunca fez, nem nunca fará vacilar este Governo.

É, aliás, o que nos move.

Porque os Açores e os Açorianos, para nós, estarão sempre primeiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem várias inscrições para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão._

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, esta projeção de voz corresponde à convicção que eu tenho neste discurso e da necessidade de realizar este discurso e fundamentalmente de vos apontar as responsabilidades que as Vs. Exas. têm na matéria dos transportes.

Devo dizer que há aqui alguém que deveria estar, que não está aqui, que deveria estar, que é o responsável pela política desastrosa em relação aos transportes, que é o primeiro responsável, chama-se Vasco Cordeiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Está em todas as ilhas a apresentar as listas do Partido Socialista, mas não está no Parlamento dos Açores a assumir a sua responsabilidade pela péssima situação que a Região está a viver no âmbito dos transportes aéreos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mais alto!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é a primeira linha de responsabilidade em que o Sr. Presidente do Governo deveria estar e não está. Está em campanha eleitoral, não está para estar no debate parlamentar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E há outra matéria que eu gostaria aqui de referenciar é que os senhores estão a precisar de uma boa aula de história. Eu vou fazer-vos aqui um friso cronológico.

Dizem os senhores agora que a culpa é da COVID.

Reparem bem: mais de 50 milhões de prejuízo em 2018, ainda não existia COVID. A situação de falência da Sata era anterior à COVID.

Em 2019 mais de 50 milhões de prejuízo, ainda não existia COVID.

Em 2020, nos primeiros três meses, 21 milhões de prejuízo, ainda não existia COVID.

Portanto, os senhores agora dizem “estamos numa situação excepcional e a culpa é da COVID”, ...

Deputado Tiago Branco (PS): Nós ainda não dissemos nada!

O Orador: ... mas a situação de falência em que a Sata se encontra é muito anterior.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não sei se ficou bem explícito e se os senhores compreenderam que a COVID surge depois dos senhores terem destruído a empresa e a terem colocado numa situação de falência.

Quero também aqui aproveitar esta oportunidade que o Sr. Deputado Artur Lima trouxe e muito bem a questão dos transportes, que é uma questão em que se tem envolvido pessoalmente ao longo de todos estes anos e que tem alertado constantemente para a situação de falência em que se encontrava a Sata e a situação de injustiça que foi criada no âmbito dos transportes aéreos. Eu devo também aqui referenciar outra matéria que ao longo de todos estes anos me tenho debatido e que é uma situação que está a causar uma enorme preocupação na ilha do Corvo, que é em relação ao transporte marítimo de mercadorias, a ilha que ficou 50 dias sem abastecimento marítimo de mercadorias e que os senhores chumbaram aqui uma proposta com o apoio daquele senhor, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... com o apoio do Sr. Deputado Iasalde Nunes, que traiu a sua terra nesta matéria ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... ao não permitir que aqui passasse uma proposta que garantia que fosse fretado um navio com condições para fazer o transporte de mercadorias

para a ilha do Corvo, o senhor tem essa responsabilidade, tem que assumir, e a Sra. Secretária também.

Neste momento vamos enfrentar uma situação no inverno em que estamos sem soluções, Sra. Secretária, vamos passar outra vez pelo mesmo tormento e pelo mesmo purgatório outra vez em relação ao transporte marítimo de mercadorias para a ilha do Corvo.

Isto só sucede não é porque o estado do mar está mau, não é por as condições horríveis de clima que nós temos de enfrentar muitas vezes, é porque não existe uma embarcação adequada para fazer esse transporte e não existe porque os senhores chumbaram a iniciativa que o PPM apresentou aqui nesta matéria.

Devo dizer também para referenciar outra questão essencial, o transporte de gado, que está a preocupar e que está a colocar em desespero os agricultores do Corvo, em que neste momento também não está garantido que esse transporte se realize com eficácia e que possam continuar a desempenhar as suas funções e que possam continuar a desempenhar a sua atividade com tranquilidade. Portanto, todas estas matérias, são matérias que não estão relacionadas com a COVID, estão é relacionadas com a vossa incompetência e a vossa negligência nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! Mas há mais traidores aqui dentro que traíram a sua terra!

Deputado Carlos Silva (PS): Há transporte de gado por via aérea?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, peço desculpa.

O Sr. Deputado Iasalde Nunes pede a palavra para?

Deputado Iasalde Nunes (PS): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

Deputado Iasalde Nunes (PS): Pelas palavras em que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que eu traí a minha terra.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas qual é a palavra? A, B ou C?

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

A Sra. Deputada Graça Silveira não está sentada no seu lugar, portanto, não lhe vou responder como é óbvio.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, isso tem sido uma constante nos últimos plenários e desde que nós estamos a aproximarmo-nos das eleições, do dia 25 de outubro, em que o Sr. Deputado vem para esta Casa me insultar com acusações que eu não posso admitir de maneira nenhuma.

O Sr. Deputado vem dizer que eu traí a minha terra por não aprovar um diploma do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é o único!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu tenho dado provas ao longo destes últimos quatro anos de todos os diplomas que o Sr. Deputado tem apresentado nesta Casa em que muitos deles têm sido aprovados, nós temos dado provas de que quando achamos que o Sr. Deputado tem razão nós aprovamos. Agora eu não posso admitir é pelo Sr. Deputado achar que nós chumbamos um diploma do Sr. Deputado que me acuse de trair a minha terra.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Os corvinos e as corvinas no dia 25 de outubro darão a sua resposta e dirão com certeza se houve alguma traição da parte.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Oh, Sr. Deputado, porque neste momento nós já sabemos, ao contrário do que nós sabíamos nos últimos plenários anteriores, quem são os candidatos às próximas eleições.

O Sr. Deputado já há sete meses, ou oito meses que vem fazendo campanha eleitoral, está a perceber, porque o Sr. Deputado está num partido que manda, que escolhe, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Isto é um protesto a quê?

O Orador: ... mal acaba uma legislatura já sabe que vai ser candidato para a próxima legislatura.

Pois, nós, no Partido Socialista, somos um partido democrático e não funcionamos dessa maneira, Sr. Deputado, e por isso eu não admito que o Sr. Deputado diga que eu traí a minha terra. Eu não lhe tenho que dar sequer a si justificações. Eu darei as justificações aos corvinos, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... na altura certa, nos debates que haverá (porque é que não haverá? Haverá sim senhor!) e aí é que nós faremos a nossa campanha eleitoral. O Sr. Deputado aproveita o tempo que tem na Assembleia Legislativa Regional para fazer campanha eleitoral, Sr. Deputado, e isso eu não vou fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Iasalde Nunes, o senhor trai a sua terra a partir do momento em que o senhor branqueia aquilo que está a acontecer com aquela terra, o Corvo, com a população do Corvo, a partir do momento em que estamos 50 dias sem abastecimento, provocando problemas terríveis e V. Exa. diz que não há problema nenhum e diz há soluções.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Não é verdade! Tenha vergonha!

O Orador: Onde é que elas estão?

Chegou o inverno, está a chegar o inverno, condições climáticas terríveis e onde é que está a solução, Sr. Deputado? Onde está a solução, Sr. Deputado?

O senhor não está aqui em campanha eleitoral, o senhor sabe perfeitamente que eu já tenho defendido ao longo da legislatura os interesses da ilha do Corvo nesta matéria, como em todas as outras matérias ...

Deputado Carlos Silva (PS): Só se defende a si próprio!

O Orador: ... e V. Exa. está sempre preocupado em ser o candidato do Partido Socialista. Defender os interesses da ilha do Corvo não tem feito nunca, nunca, nunca, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito bem!

O Orador: É o caso dos transportes. Telefone para o Corvo, pergunte às pessoas, veja o desespero em que se encontram as pessoas porque sabem que vão enfrentar uma situação terrível outra vez no inverno e porque é que a situação não está resolvida, porque é que não foi fretado um barco, uma embarcação que possa, consiga fazer a travessia e abastecer convenientemente a ilha do Corvo?

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito bem, Sr. Deputado! Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Porquê?

Porque V. Exa. chumbou uma proposta do PPM para viabilizar a aquisição, o fretamento do navio adequado. Ele não foi fretado e a atual empresa com que foi renovado o contrato, a empresa Barcos do Pico, como V. Exa. bem sabe não está a cumprir o contratualizado e não está a garantir a regularidade de transporte marítimo e V. Exa. é cúmplice nesta negligência, V. Exa. é cúmplice nesta situação e V. Exa. acha que em política não se assumem responsabilidades?

Deputado Iasalde Nunes (PS): E o senhor também!

Deputado Francisco César (PS): Assumem!

O Orador: V. Exa. quer estar aí sentado para fazer o quê?

Não quer assumir responsabilidade nenhuma?

O senhor não quer que se lhe dirijam?

Fica muito ofendido porque o Deputado Paulo Estêvão se lhe dirige?

Eu me dirijo para lhe apontar as suas responsabilidades, porque o senhor cada vez que vota assume uma irresponsabilidade na resolução ou na não resolução da questão ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e neste caso é na não resolução desta questão.

O senhor tem a responsabilidade toda nesta matéria e eu acho que a toda a população lhe deve pedir responsabilidades nesta matéria e ao Governo Regional ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E a si também!

O Orador: ... também que não resolveram esta questão. É inaceitável. Termina, Sra. Presidente, é absolutamente inaceitável que tendo vindo a fazer-se esta discussão ao longo de um ano, desde que aconteceu a destruição do porto das Lajes das Flores, tendo-se vindo a alertar para esta situação, tendo-se tido períodos de restrição em que o abastecimento marítimo não foi feito ao longo de 50 dias, trinta e tal dias, tendo-se alertado o Governo para esta matéria,

estamos a entrar num ano, numa época do ano em que vamos enfrentar condições terríveis do ponto de vista do estado do mar e que as embarcações não são as adequadas.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Como é que é possível ao fim de um ano que esta questão não esteja resolvida! É por negligência e o senhor tem toda a responsabilidade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não pode dizer isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Apoiado!

Deputado João Paulo Ávila (PS): E o senhor também!

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados!

(Diálogo entre o Deputado João Paulo Ávila e a Deputada Graça Silveira)

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo que está ausente (espero que ainda apanhe o avião da Sata que está atrasado; é a única justificação) ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros possa fazer a sua intervenção.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Espero que o Sr. Presidente do Governo ainda chegue. Há um avião da Sata que está atrasado de São Miguel, portanto, espero que ainda chegue cá.

Deputada Mónica Rocha (PS): Menos!

O Orador: Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo da presente legislatura o diagnóstico da situação dos transportes aéreos e marítimos de passageiros e de mercadorias foi por demais debatido neste Parlamento:

Queixaram-se os empresários e as associações representativas;

Queixaram-se os Conselhos de Ilha;

Queixaram-se os açorianos pela mobilidade condicionada;

Queixaram-se, particularmente, os doentes e seus familiares;

Deputado Carlos Silva (PS): O PSD fez queixinhas a quem?

O Orador: Algumas das nossas ilhas sentiram mais penosamente a situação do que outras.

O balanço das políticas públicas em matéria de transportes desta legislatura foi um absoluto fracasso. Só o PS e o Governo fazem um balanço positivo, mas na verdade o expoente máximo da ineficácia foi sem dúvida a SATA.

A situação da SATA, da nossa companhia aérea, que merece o carinho e o respeito dos Açorianos, que conseguiu unir o que o mar separou, acrescentando açorianidade aos Açores, é preocupante.

A desastrosa situação financeira do Grupo SATA no final de 2019, com um passivo de 465 milhões de euros, com capitais próprios negativos de 230 milhões de euros, com resultados negativos, só nesta legislatura, e até ao final de 2019, de 160 milhões de euros, e desde que Vasco Cordeiro é Presidente do Governo com resultados negativos de 260 milhões de euros, é motivo de muita apreensão.

A responsabilidade pelos resultados decorre, sobretudo, das opções políticas do ausente Presidente do Governo, que contam com sucessivos e graves erros.

Neste contexto de desastre financeiro, o Governo não conseguiu adiar por mais tempo o que todos sabiam há muito ser inevitável: um pedido de autorização a Bruxelas para ajudas de estado.

Esta situação a que a SATA chegou, é anterior à pandemia da COVID, até porque no pedido de ajuda do estado português, está bem patente a situação insustentável da companhia desde pelo menos 2014.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A SATA, ao contrário de outras companhias aéreas europeias, que tiveram a oportunidade de recorrer ao apoio dado pela UE no âmbito da COVID, não é elegível exatamente porque os seus problemas são muito anteriores à pandemia que atravessamos.

Deputado Carlos Silva (PS): E a TAP?

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade o que está a dizer!

O Orador: Aliás, como afirmou recentemente o Presidente do Conselho de Administração da SATA, com ou sem pandemia, teria que ser efetuado o pedido de autorização a Bruxelas para o indispensável saneamento financeiro da empresa.

Recordo aqui também o que disse o Sr. Deputado Artur Lima que à sua chegada aos Açores o atual Presidente da SATA disse que a reestruturação ia doer e na altura não havia pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No âmbito deste apoio de emergência, de verdadeira salvação da SATA, a qual a Comissão Europeia autorizou, uma vez que não quer pôr em causa as obrigações de serviço público que a SATA está a cumprir, foram descobertos pela Comissão Europeia aumentos de capital ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não foram descobertas, já existiam! São transparentes!

O Orador: ... que podem constituir-se como ajudas de estado ilegais, salvo argumentação forte em sentido contrário, avançando para um processo de inquérito.

Um processo embaraçoso, pois mostra que a Comissão Europeia suspeita que a Região não cumpriu a legislação europeia; desnecessário, porque em agosto de 2017, o PSD em carta remetida pelo seu então líder ao Sr. Presidente do Governo, defendeu o reforço do capital do Grupo SATA, alertando para a necessidade de autorização prévia da Comissão Europeia, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que fez queixinhas a Bruxelas!

O Orador: ... procedimento que o Governo conhecia, mas não o fez, com os resultados que infelizmente hoje estamos a assistir.

É bom recordar aqui que qualquer aumento de capital aprovado por qualquer partido, que não foi o caso do PSD, ...

Deputado Francisco César (PS): Foi, foi!

O Orador: ... não obriga esse partido a que tenha de saber quais são as obrigações legais que decorrem disso. É demagogia a informação que foi aqui evitada, tal como são aprovadas verbas para obras públicas não compete aos partidos que aprovam ter que informar o Governo que tem que ser feito concurso público.

Portanto, esse argumento que já foi usado é perfeitamente demagogia barata.

Toda esta situação evitável e desprestigiante, que a nossa companhia aérea e os Açorianos não mereciam, tem responsáveis.

Estes são sem dúvida o Governo, que colocou em risco o futuro da empresa, dos seus trabalhadores, da economia dos Açores e o bom nome da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Esta postura do Governo, consciente dos riscos, só se justifica por critérios manifestamente eleitoralistas, para que as consequências cheguem depois das eleições.

Com efeito, já em 13 janeiro de 2015, neste Parlamento, o Governo Regional de Vasco Cordeiro, pelo então Secretário Regional dos Transportes e Obras

Públicas, Victor Fraga, defendeu que a recapitalização da empresa dependia de autorização de Bruxelas.

É fundamental que o Governo esclareça com urgência as dúvidas da Comissão Europeia, evitando eventuais consequências para a empresa e tranquilizando assim os açorianos e os trabalhadores da SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tem obrigação de no imediato esclarecer que argumentos irá utilizar para contrariar a proposta de decisão da Comissão Europeia em declarar como ajudas de estado ilegais os reforços de capital.

Impõe-se transparência neste processo.

Os açorianos têm direito à verdade.

Ao longo dos últimos meses tem sido anunciada e sucessivamente adiada a apresentação do Plano de Reestruturação da SATA pelo Conselho de Administração.

Todos os partidos da oposição têm manifestado a urgência na sua disponibilização.

Recentemente, a recusa na sua divulgação teve como fundamento o eventual efeito negativo no processo que decorria com a Comissão Europeia.

Agora não há qualquer desculpa: a decisão da Comissão Europeia está tomada.

Por isso o PSD exige a sua divulgação imediata, ainda que venha a ser alterado no subsequente processo negocial.

O que tem o Governo a esconder dos açorianos nessa matéria?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É um dever de transparência que se exige numa democracia, sobretudo em período eleitoral, em que os partidos têm o direito de aceder a toda a informação para elaborarem as suas propostas que serão sujeitas aos açorianos.

A sua não divulgação constituirá uma fraude política.

Sras. e Srs. Deputados:

A resposta, há apenas dois dias a um requerimento do PSD, com o atraso de um ano e meio, com diversas questões sobre o contrato com o Airbus 330, vulgo cachalote, constitui uma absoluta falta de transparência, típica deste Governo em final de ciclo.

Depois do inaceitável incumprimento do prazo legal, o Governo ainda assim recusa-se a informar este Parlamento sobre os custos do referido contrato em cada um dos anos.

Ao remeter falsamente na resposta essa informação sobre os custos para as notas em anexo ao Relatório e Contas o Governo perdeu toda a vergonha.

Os açorianos têm direito a essa informação e terão acesso a essa informação de uma maneira ou de outra.

O Governo apenas tenta que só após as eleições essa informação seja disponibilizada.

Porque essa informação, só por si, demonstrará que se tratou de um contrato danoso que implicará o apuramento de responsabilidades que também são políticas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD continua a acreditar na absoluta necessidade de salvar a SATA, reconhecendo a enorme mais valia e qualidade dos seus recursos humanos, que apesar das dificuldades e incompetência da sua gestão e da tutela, tem assegurado o funcionamento da empresa.

O PSD utilizará de toda a sua influência nacional e europeia para que se evite o pior cenário equacionado na carta da Comissão Europeia.

Já envidamos esforços e contactos, junto do Grupo Parlamentar do PSD na Europa e junto do Partido Popular Europeu (que é o maior partido político europeu) para que a Comissão Europeia tenha em conta as condições da Região e que consigamos juntos, salvar a nossa companhia.

Defendemos a importância de termos um trabalho concertado na defesa dos interesses dos Açores.

Lamentamos que o Governo Regional e o Partido Socialista não sejam assim.

Para o PSD os Açores e os Açorianos estarão sempre acima dos combates eleitorais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa Região como a nossa, que é arquipelágica e insular, os transportes assumem uma particular importância na vida das pessoas, mas também no desenvolvimento da nossa economia.

Esta importância decisiva impõe que qualquer que seja o Governo em funções este tenha sempre o máximo de rigor na gestão desta área vital.

No entanto, aquilo que assistimos nos Açores é uma condução casuística, sem estratégia e sem rigor.

Ano após ano todos e quaisquer dossiers que envolvem os transportes têm sido tratados desta forma. Começamos pelo transporte aéreo e pela empresa pública Sata. Aqui assistimos no passado recente a uma fase de expansão de rotas da empresa sem qualquer base justificativa, nem financeira, nem operacional. Assistimos a opções erradas de frotas que a mais recente do A330, que ainda hoje estamos a pagar; assistimos a opções desastrosas também nas rotas.

Tudo isto seguiu-se a atualização da Sata para captar fluxos turísticos no seguimento da crise financeira de 2008, num esforço financeiro tremendo sem a compensação financeira que se exigia à data.

Após a crise seguiu-se como opção a dogmática privatização que redondou em nada e só fez perder tempo, sem rumo, sem estratégia, sem ideias e sem plano.

É a política do Governo Regional para esta empresa estratégica para a Região. É por isso que a Sata vive momentos dramáticos. À situação de enorme gravidade que já vivia em março de 2020, juntam-se os efeitos da pandemia, mas com ou sem pandemia a Sata tem obrigações de serviço público a cumprir e tem uma obrigação para com os açorianos e açorianas.

A Sata tem a missão maior de garantir a mobilidade dos açorianos e açorianas através das ligações internas e ao exterior. Ela não é substituível. Nenhuma outra empresa poderá cumprir na íntegra a sua missão, porque apenas a Sata pode estar sujeita à vontade democrática dos açorianos e açorianas.

Só isso mais do que justifica a enorme responsabilidade que é recuperar a empresa. Todos os açorianos e açorianas têm, pois, o direito de conhecer em detalhe o que se prepara para a Sata. Sim, porque ao contrário do que ao que por vezes se quer fazer parecer a Sata não é do Governo e muito menos do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Ah! Finalmente alguém que reconheça isso!

O Orador: A Sata é de cada um dos açorianos e açorianas que têm o direito de conhecer o plano de reestruturação que o Governo tem na sua posse.

O auxílio de estado de 133 milhões de euros já aprovado pela Comissão Europeia está obrigado à apresentação por parte da Sata deste plano de reestruturação, plano que já estava em elaboração antes da pandemia e que necessariamente teve de ser atualizado.

Deputado Carlos Silva (PS): É normal!

O Orador: No último debate que se realizou no Parlamento sobre a Sata, no âmbito de uma iniciativa do Bloco de Esquerda, o Governo Regional, pela voz da Sra. Secretária da tutela, assumiu que antes das férias apresentaria ao Parlamento o referido plano de reestruturação.

Passaram as férias, veio a aprovação da comissão e nada de plano de reestruturação.

Deputada Graça Silveira (Independente): Eram as férias de Natal!

O Orador: Esta postura é de uma enorme arrogância e prepotência. O Governo diz e desdiz e quer atirar para depois das eleições os seus planos para a empresa.

O Bloco já disse e repete: o esconder o plano de reestruturação é um golpe na democracia.

Sra. Secretária, faça aquilo que é sua obrigação e divulgue o plano de reestruturação da Sata. Se há algo que os efeitos da pandemia vieram a demonstrar é a importância de termos um setor público com capacidade de resposta às necessidades de cada momento e isso também se reflete no transporte aéreo. Com forte redução na procura, além de ter reduzido ligações, a Ryanair já anunciou nas suas palavras cortes selvagens na sua operação em Portugal.

Alguém confiaria hoje as ligações ao exterior dos Açores ao mercado livre?

Mesmo com dificuldades e redução de operação, a verdade é que tem de ser a Sata a garantir o grosso dessas ligações, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aonde?

O Orador: ... mas também o transporte de carga aérea que por lei está abrangido por deveres de serviço público e que tão importante é para a economia da Região e de cada uma das ilhas está sem definição.

O Governo Regional sobre o assunto pouco ou nada tem a dizer e não exige ao Governo da República o cumprimento das suas obrigações sobre esta matéria.

Passámos uma legislatura sem qualquer resposta ou solução consistente e duradoura para este problema.

É certo que a responsabilidade é do Governo da República, mas sobre este assunto o silêncio do Governo Regional só é quebrado quando o Bloco pergunta.

Mas também no que respeita ao famigerado e tão propalado mercado interno o que temos hoje continua a ser uma mão cheia de nada, nem resposta aérea, nem resposta marítima.

Onde estão os estudos sobre esta matéria, porque eles são precisos para consubstanciarem uma decisão política?

De nada se sabe e esta discussão arrasta-se no tempo, sem solução à vista.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que respeita aos transportes marítimos de passageiros com a ressalva do Grupo Central, em particular do triângulo, onde se assistiram a melhorias significativas, o transporte de passageiros continua a ser uma autêntica lotaria desde 2006 quando foi assinado o contrato do famigerado Atlântida que abortou em 2009.

Nessa altura, o Governo defendeu que era necessário adquirir dois navios de grande porte para transporte de passageiros e cargas. Fez um concurso que caiu por razões de má conceção. Mais tarde já não eram necessários dois navios, mas apenas um.

Que razões e que estudos levaram a esta conclusão?

Ninguém sabe e nenhuma explicação concreta é dada.

A única explicação credível é a seguinte: é porque o Governo assim deseja.

Mas porque mudou o Governo de opinião?

Por que motivo eram dois navios que depois passou a ser afinal apenas um?

O Governo nada tem a dizer, a maioria manda e pronto.

Fica a pergunta: para quando um estudo sério sobre estes navios, a sua necessidade, os seus custos e benefícios para a Região?

Mais uma vez o último concurso estava para ser contestado e se não fosse a pandemia teríamos direito certamente a mais uma novela dos navios.

Deputado Francisco César (PS): Ainda não perceberam!

O Orador: Recordo que desde 2009, desde o início da operação inter-ilhas, foram despendidos em fretamentos mais de 60 milhões de euros e este valor já pagava um navio e ainda sobrava.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que são contas! É sempre a somar!

O Orador: Finalmente nos transportes terrestres estes pararam no tempo e não respondem às necessidades das pessoas: são caros, as frotas são desadequadas à nossa realidade e as rotas são na sua maioria as mesmas há décadas.

É um completo e absoluto desastre.

Há décadas que os transportes terrestres estão abandonados pelos sucessivos governos, mas continuam a ser uma bela fonte de rendimento das empresas concessionárias.

Não há política de bilhética, não há articulação entre diferentes rotas e operadores e não se concebe a falta de segurança em muitos dos transportes escolares.

Em pleno século XXI pouco ou nada se faz para a transição energética nesse setor. O que se sabe é que o Governo através de chorudas concessões vai despejando dinheiro nas empresas que prestam este mau serviço.

Não se compreende ainda o motivo pelo qual os Açores, ao contrário do que acontece no resto do país, não se decida pela redução de tarifária.

Em resumo, debater transportes nos Açores é debater problemas que se arrastam às décadas e outros que se agravam intensamente a cada ano que passa, como é o caso da Sata, com consequências que podem ser absolutamente desastrosas.

É o resultado de um Governo Regional e de um Partido Socialista que também nesta aérea não tem ideias de transformação. O Governo gere e mal o dia a dia ao sabor dos interesses de cada momento, nos transportes, como em tantas áreas da Região são precisas novas políticas.

Nesta aérea o Governo Regional do Partido Socialista falhou.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sata já foi objeto de debate nesta Casa desde 2009 pelo menos 30 vezes; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E ainda bem!

O Orador: ... desde 2014, foram 15 vezes.

Já foi sujeita a duas comissões de inquérito e sujeita também a episódios de fuga e divulgação de dados confidenciais.

Nos debates em diversas figuras regimentais todos afirmaram que defendiam a Sata de “unhas e dentes”, mas ao reler os Diários das Sessões fica-se com a convicção que a Sata nos últimos anos tem servido mais como arma de arremesso político do que outra coisa qualquer, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... o que convenhamos no período que atravessamos nem é de bom tom, nem é bom para a empresa e para o seu futuro.

Ao visitar essas sessões plenárias é notória a falta de coerência de alguma oposição: ou há Governo a mais na gestão da Sata, ou pelo contrário, o Governo não faz o que deve; ou há interferências na gestão, ou falta coragem para (imagine-se!) interferir na gestão daquela empresa pública regional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Outra coisa que sobressai: nesta Casa têm passado muitos especialistas em aviação, muitos opinam e estão no seu direito sobre a

planificação e execução das operações. Fala-se em rotas, de escolha de aeronaves, tudo é objeto de análise e de crítica, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: ... curiosamente sempre *a posteriori*, depois do jogo toda a gente acerta no resultado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sabemos e reconhecemos que a situação da Sata é complexa, sabemos e reconhecemos que nos últimos anos nem tudo correu bem nas empresas do Grupo Sata, mas também sabemos e queremos que se reconheça que uma parte do que correu mal se deveu a fatores externos à empresa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Digo, queremos que se reconheça, porque ao reler os Diários das Sessões a oposição não dedica nem uma linha às oscilações do preço do petróleo, ao impacto das greves, à crise das dívidas soberanas, que afetou a procura em todo o mundo, das alterações cambiais e até da pandemia, mais recentemente.

Há uma clara omissão desses fatores cruciais que podem fazer e fazem toda a diferença nas contas de qualquer companhia de aviação.

Deputada Graça Silveira (Independente): Como diria a Deputada Benilde “*shame on you!*”

O Orador: E há outra questão que também temos que ter em conta: a situação financeira da Sata não pode ser vista de um modo isolado. A TAP e outras companhias aéreas da Europa também sofreram grandes perdas nos últimos tempos. O mundo da aviação tem estado em crise, mesmo antes do COVID-19, daí o grande número de falências verificadas na Europa e no mundo em 2019.

Lá está! Não devemos reduzir a crise da aviação comercial apenas à Sata, omitindo o que se passa nas outras companhias, nomeadamente na TAP mesmo antes da pandemia.

Apesar de tudo, apesar das dificuldades da operação aérea numa região dispersa, a Sata é o garante maior da coesão dos Açores, é e vai continuar a ser, porque é a Sata que continua a garantir a mobilidade de quase todos os açorianos.

Houve quem duvidasse da sobrevivência da Sata no mercado liberalizado, houve quem duvidasse que fosse possível renovar a frota e houve quem duvidasse ser possível a Sata adaptar-se a estes novos tempos de dificuldades, mas a Sata está aí. A Sata está aí para cumprir a sua missão maior: servir os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma recorrente o tema dos transportes e das acessibilidades é trazido a esta Assembleia. Nada de estranhar, quer porque vivemos numa região insular com o mar a separar as nove parcelas, quer sobretudo porque ano após ano as apostas em políticas erradas para este sector não só não resolvem os graves problemas de acessibilidade e de mobilidade na Região como os vão agravando. Se é certo que uma das grandes conquistas alcançadas com a Autonomia político-administrativa foi a construção de infraestruturas portuárias e aeroportuárias em toda a Região, se é certo que isso contribuiu de forma decisiva para melhorar as acessibilidades e a mobilidade e quebrar o isolamento imposto através de um centralismo retrógrado concebido e levado à prática com

o único intuito de proteger os interesses de alguns grandes grupos económicos e que alguma direita saudosista tanto gosta e sempre que tem condições para tal tenta levar à prática, não é menos verdade que a descentralização que muitos sonharam e que iria promover um desenvolvimento harmónico de todas as ilhas da Região rapidamente deu lugar a políticas que tendentes a criar apenas um grande polo de desenvolvimento na Região relegaram as restantes parcelas a serem meros apêndices com um grau de desenvolvimento e progresso de secundaríssimo plano.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há sector onde mais se faz sentir a política centralista do poder regional esse é sem dúvida todo o sector dos transportes, designadamente os transportes aéreos e marítimos.

No tocante ao transporte aéreo toda a política encontra-se subordinada à centralização dos fluxos de passageiros e de turistas preferencialmente para um único destino e só a partir daí para os restantes destinos da Região.

A aposta do Governo em subsidiar os grupos económicos donos de empresas low-cost utilizando a SATA Air Açores para efetuar os reencaminhamentos gratuitos dos seus passageiros vem desde sempre colocando sérios e graves problemas.

Se é certo que desde logo essas empresas mercê dos encaminhamentos gratuitos fazem desde logo uma concorrência desleal, nomeadamente à SATA, condenável sob todos os aspetos, a verdade é que as consequências dessa política não se ficam por aqui e tem sérios impactos na vida dos açorianos, nomeadamente daqueles que pelas mais diversas razões, muitos por motivos de saúde, necessitam deslocar-se, sobretudo na época do chamado Verão IATA.

Mas as consequências de tal política não se limitam, tal como temos por diversas vezes denunciado perante esta Assembleia, a criar os mais diversos constrangimentos à mobilidade dos açorianos residentes e da diáspora, pese

embora o facto de provocarem situações que pela sua gravidade são aquelas que maior preocupação e destaque merecem.

A consequência desta política faz-se sentir também e muito na economia.

É a impossibilidade de transporte em tempo devido de carga aérea, mas sobretudo é a incapacidade de transporte e consequentemente da colocação em mercado em tempo útil de produtos perecíveis. São, por exemplo, produtos dos nossos lacticínios, mas é sobretudo o nosso pescado que muitas vezes os pescadores veem recusado o seu escoamento por indisponibilidade dos voos para o transportar, com todas as sérias e graves consequências que tal acarreta para os seus magros rendimentos, rendimentos estes que no caso para além de depender de boas condições atmosféricas, passa também a depender da disponibilidade dos voos para aceitar ou não a sua colocação em fresco nos mercados consumidores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento público, a ilha Terceira está a ser motivo de constantes notícias relacionadas com as suas rotas e com a perda do estatuto de gateway.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Falou-se de um possível cancelamento das rotas da Ryanair para a Terceira, que a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo veio a intitular de “mera especulação”. Para ainda agravar esta situação, durante esta semana foi noticiada a suspensão da rota Terceira-Boston/Terceira-Toronto. Será esta suspensão definitiva? Os terceirenses não merecem que o seja. Sabemos que a justificação foi a falta de ocupação, mas, novamente, os terceirenses observam que a campanha de promoção da Ilha Terceira não passou pura e simplesmente do papel.

Podemos assim detetar que a ilha Terceira tem perdido influência a todos os níveis, e que os terceirenses estão a pagar a fatura, confrontando-se com o aumento das dificuldades no dia a dia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É preciso mudar de políticas, é preciso devolver à Terceira o seu lugar no contexto regional, e isto só se consegue com os devidos planeamento, investimento, gestão e fiscalização. Na nossa opinião, e na opinião da maioria dos terceirenses, infelizmente, isto não tem acontecido.

No tocante ao transporte marítimo, a situação não tem tendência a melhorar. Também neste campo os Açores navegam a duas velocidades. O poder regional não só promove políticas centralizadoras, como desrespeita completamente as mais elementares regras de tratamento equitativo de todos os açorianos.

Torna-se incontornável referir os constrangimentos provocados pelas diversas obras que o Governo Regional encetou a poucos meses das eleições. Criticamos a forma apressada e sem estratégia que foi por exemplo demonstrada no Porto de Pipas: não existiu planeamento para o embarque dos passageiros e a organização daquele espaço enquanto decorrem as obras. Já para não falar das gares da Madalena e da Graciosa, onde as pessoas recebem as suas bagagens no chão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Ainda sobre os acessos marítimos, a existência da linha branca é essencial. A Representação Parlamentar do PCP defende que a mesma seja regular e anual, não existindo justificação para a inexistência de uma ligação marítima regular com o Grupo Central. Para o PCP, a ligação entre estas ilhas é essencial seja a nível social como económico.

É bom viver nos Açores. Pena é que o PS não permita que ainda seja melhor, porque melhor é possível. E porque a Terceira e os Açores merecem melhor,

para combatermos o centralismo exagerado e as políticas que desvalorizam as nossas ilhas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política de desinvestimento, de não pagamento das verbas devidas e de atirar a SATA para um buraco financeiro que permita ao Governo vir sustentar junto da opinião pública que a SATA é ingovernável enquanto empresa pública e como tal apenas a sua privatização pode tornar viável a empresa, é para nós PCP, não só uma política criminosa como conduzirá a breve trecho à ruína da SATA, ao desmantelamento de uma empresa estruturante essencial à Região e ao conseqüente agravamento dos problemas de acessibilidades e mobilidade na Região.

Por muito que possamos teorizar sobre qual será o futuro para a Região em termos de transporte aéreo com a SATA entregue aos interesses imediatos de um qualquer grupo económico, nada como olhar para o lado e vermos aquilo que recorrentemente se passa com o transporte aéreo entre a ilha do Porto Santo e da Madeira para podermos ter uma amostra ainda que em menor escala daquilo que poderemos amanhã enfrentar na nossa Região caso seja prosseguida esta política.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É que o resultado destas políticas de esquecimento, desinteresse e desinvestimento nas ilhas pequenas, principalmente, têm conseqüências e as conseqüências são como é óbvio a perda de população nomeadamente da população mais jovem e mais qualificada a que urge por termo.

Finalmente, não podemos deixar passar esta oportunidade sem referir a necessidade de uma atenção muito grande no sentido de garantir que o transporte de mercadorias por via marítima seja o mais adequado e permita a colocação de produtos frescos como a carne em tempo útil nos mercados consumidores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começo, se me permitem, pelo Sr. Deputado José Ávila.

Sr. Deputado José Ávila, tenho em primeiro lugar de reconhecer que o Sr. Deputado em matéria de transportes aéreos foi um acérrimo defensor da melhoria das acessibilidades à sua terra. Tenho que lhe dar esse crédito.

Infelizmente não posso hoje contar com o crédito dos seus companheiros de bancada relativamente à ilha Terceira.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Até hoje foram avalistas da política de abandono da ilha Terceira por parte do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, devo-lhe dizer com toda a humildade o seguinte: quando se refere a alguma oposição é bom que identifique a oposição, porque ainda era eu aqui em 2008, quando reivindiquei para a minha terra ...

Deputado Francisco César (PS): Nossa terra!

O Orador: ... o estacionamento do avião na Base das Lajes e foi uma medida acertada, apoiada por vós. Portanto, quando eu aqui me opus e defendi porquê e fundamentei que o Dash-Q 400 e aquela frota não eram o ideal para os Açores e tinha razão, Sr. Deputado.

Eu não sou Zandinga, eu não sou especialista em aviação, mas procuro informar-me, procuro ouvir quem sabe e naturalmente transmito, pode não ser a opinião certa, mas era a minha e era a do CDS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Quando eu disse em 2010 (está no Diário das Sessões) o que é que ia acontecer ao Dash-Q 400 aconteceu.

Deputado Francisco César (PS): O que é que aconteceu?

O Orador: É ver o relatório e contas 2016 quanto é que tem: 16 milhões de euros em motores.

Deputado Carlos Silva (PS): Menos do que isso!

O Orador: Qual é o avião que em cinco anos leva motores novos?

Deputado Carlos Silva (PS): A garantia da segurança dos açorianos!

O Orador: Mais! Também disse que era um erro estratégico a Sata prescindir de milhões, milhões de euros devido à loucura de António Gomes de Meneses de fazer voos para fora da Região, prescindindo dos auxílios da União Europeia, para voar para a Madeira, a Sata Air Açores voar para a Madeira, quando esse voo era feito pela Sata Internacional e sempre devia ter sido, mas adquiriram a frota para voar para a Madeira.

Deputado Francisco César (PS): Ainda é! É em *code share*!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, quer me ouvir, se faz favor?

Não me enganei nada, Sr. Deputado! Não me enganei nada! *A jet like experience!*

Os senhores começaram a atirar dinheiro em 2009 para fora da janela. Ele voava e espalhava dólares. O avião descolava e espalhava dólares.

Porque é, Sr. Deputado, que não tivemos subsídios da União Europeia para a aquisição da frota? Responda-me a esta pergunta em 2009. Porquê? Porquê, Sr. Deputado?

Deputado Francisco César (PS): E então mantínhamos para o Corvo porquê?

O Orador: Mantinha para o Corvo porque eram voos intra-Açores, inter-ilhas e que a União Europeia subsidia. É má gestão da vossa parte, foi um erro de gestão da vossa parte, foi megalomania daquela administração ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e que os senhores aplaudiram. Essa é que é a verdade!

Eu não falo da Sata desde agora. A Sata começou a despenhar-se em 2009 infelizmente e pela vossa mão e pela vossa governamentalização da Sata ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que nunca escolheram administrações competentes, mas sempre *boys* para os cargos, Sr. Deputado Francisco César. Tenho que lhe dizer isto com esta frontalidade ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e é ver onde é que eles estão hoje em dia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: É ver onde é que eles estão hoje em dia!

O descalabro da Sata não começou em 2014, começou em 2009, com as rotas suicidas para a Europa que os senhores fizeram. Só prejuízo! Rotas suicidas que nós todos financiamos e sabe porquê, Sr. Deputado?

Ponha lá a mão na consciência!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade! Então desafio-o a contradizer aquilo que estou a dizer.

Deputado Francisco César (PS): Já o fiz tanta vez!

O Orador: Mas vai fazer hoje. Inscreva-se! Desafio-o!

Deputado Francisco César (PS): Já vou!

O Orador: O problema foi que a Sata prescindiu do subsídio da União Europeia, porque os subsídios da União Europeia como sabe apoiam frotas para voar dentro da Região e nas rotas inter-ilhas e não financiam aparelhos para voar para fora da Região, como a administração da Sata queria voar para Ponta Delgada/Faro e Ponta Delgada/Funchal. Esse é que foi o problema. Já se esqueceu?

Mas eu não me esqueci, Sr. Deputado. Eu não me esqueci!

Deputado Carlos Silva (PS): O problema é sempre Ponta Delgada!

O Orador: Sr. Deputado José Ávila, presumo que percebeu bem a coisa.

Deputado José Ávila (PS): Percebi sim senhor!

O Orador: Não é de agora que eu falo, como não é de agora que eu questionei a frota e da comissão de inquérito da Sata. Fiz, sim senhor, e estava certo, Sr. Deputado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não estava, não! Não estava, nem está!

O Orador: Agora, a pergunta que eu faço à Sra. Secretária é: a Sata está na situação que está, vai adquirir mais um avião A321, está a caminho? É a pergunta que lhe faço.

Depois, Sra. Secretária, queria que a senhora me informasse a taxa de ocupação dos voos Ponta Delgada/Boston nos meses de julho e agosto.

Queria que me informasse a taxa de ocupação dos voos Ponta Delgada/Toronto em julho e agosto.

Deputado Carlos Silva (PS): Tem de se comparar!

O Orador: Queria que me informasse a taxa de ocupação Horta/Lisboa/Horta dos voos da Sata.

Queria que me informasse a taxa de ocupação dos voos ... Eu vou devagarinho. Eu dou mais tempo a quem precisa.

Queria também que me dissesse a taxa de ocupação do voo Ponta Delgada/Porto/Ponta Delgada em julho e agosto até à data.

E queria também as taxas de ocupação dos voos de Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa.

Deputado João Vasco Costa (PS): E da Terceira não quer?

O Orador: A da Terceira o Sr. Presidente do Conselho de Administração (os senhores andam distraídos!) já disse e já revelou, por isso é que eu quero saber as outras, que é para comparar. Portanto, estamos tratados.

Relativamente ao Corvo tenho que dizer o seguinte.

As acessibilidades à ilha do Corvo, nomeadamente marítimas e de abastecimento, deviam envergonhar qualquer açoriano e muito mais um

deputado desta Casa, como é o Sr. Deputado Iasalde Nunes. Eu não vou entrar na traição, agora entro na cumplicidade que foi cúmplice e avalista das políticas do Governo. Foi um cúmplice e um avalista das políticas erradas do Governo! E não é de agora da campanha eleitoral, que eu não faço campanha eleitoral de telefonema aos Srs. Secretários, como o Sr. Deputado Iasalde faz e de política de favor.

O Sr. Deputado Iasalde sabe quando o Grupo Parlamentar do CDS esteve no Corvo se preocupou com as acessibilidades ao Corvo, que denunciou o transporte marítimo para o Corvo, ou o senhor já se esqueceu?

Estivemos lá e a companhia que os senhores decidiram dois dias depois lá estavam com um barco, Sr. Deputado Iasalde Nunes. Portanto, exige-se que o senhor defenda os interesses da sua terra e que ponha os interesses da sua terra acima dos interesses do Partido Socialista e do Governo, mas aliás o senhor não é o único nessa matéria, há mais quem seja, nomeadamente da minha terra. Portanto, Sr. Deputado, o senhor não está preocupado, o senhor responda aos corvinos, diga-lhes, garanta-lhes aqui hoje que vai ser garantido o escoamento de gado ...

Deputado Iasalde Nunes (PS): O gado está escoado!

O Orador: ... que eles sabem que não pode ser, que não vai ser, que o inverno está a chegar. Já não pergunto ao Governo. Eu pergunto-lhe a si, como deputado eleito pelo Corvo, que garanta aos Corvinos que se vai empenhar junto do Governo e que dessa garantia o gado vai ser escoado, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Já está feito!

O Orador: ... porque como o senhor sabe o gado tem de ir para a Terceira, para depois ser escoado para o continente, eventualmente. O senhor sabe que não tem matadouro no Corvo, o senhor sabe como é que se faz as coisas. Portanto, o senhor sabe que neste momento o processo está todo emperrado, Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Como é que o senhor garante aos corvinos e aos lavradores do Corvo o escoamento de gado?

Esta é a pergunta que temos de fazer, Sr. Deputado.

Esta é a pergunta que eu tenho para lhe fazer, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Está mal informado!

O Orador: ... porque não basta vir aqui com um *fait diversinho* e depois concordar com todas as medidas do Governo.

É outra pergunta que lhe faço: o senhor acha que atualmente o Corvo está bem servido de acessibilidades marítimas? Acha? Acha que está a ser corretamente e eficazmente servido a nível de acessibilidades marítimas e transportes marítimos?

É essa a pergunta que lhe faço, Sr. Deputado, e que agradecia que o senhor respondesse.

Portanto, isto é fundamental para a coesão territorial. Aliás, foi nesse aspeto, Sr. Deputado Francisco César, para responder à sua coisa de há bocado, por isso é que a Sata tem o Q-200, foi exatamente para servir o Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem várias inscrições que ficarão para a parte da tarde.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha pedido a palavra para uma interpelação. Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos ao meio dia e vinte e cinco.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 31 minutos.

Sr. Deputado João Costa, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos também interromper os trabalhos por agora.

Regressamos às 15 horas para dar continuidade ao debate.

Eram 12 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos no ponto onde encerrámos esta manhã.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Sra. Deputada, está no seu lugar pode falar.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

De facto, a Terceira está a perder o estatuto de *gateway* e infelizmente nunca se afirmou como uma verdadeira plataforma giratória, isto porque a colocação de uma aeronave em permanência na Terceira nunca conseguiu cumprir o seu verdadeiro propósito que era o de fazer da Terceira uma plataforma de distribuição de passageiros no Grupo Central e não cumpriu pela forma danosa como a Sata montou esta operação, com tripulações em regime de pernoita, o que implica elevados custos para a companhia perfeitamente evitáveis.

Em vez deste modelo a Sata deveria reabrir a base na Terceira, como existia no tempo do Dornier, com tripulantes afetos permanentemente a esta, o que não representaria qualquer encargo adicional à Sata e eliminavam-se tantos os constrangimentos operacionais, como as despesas inerentes à deslocação de tripulações.

No atual esquema operacional estimam-se encargos diários relativamente apenas à deslocação das tripulações na ordem dos mil euros, ou seja, hotel, transporte, ajudas de custo para oito tripulantes, duas tripulações de Q-400, o que representa um custo para a Sata de 365 mil euros ano.

Mais! As tripulações são posicionadas na Terceira em DHC o que representa mais um custo indireto que não é irrelevante, especialmente no verão IATA em que os voos estão completamente cheios e as tripulações vão para a Terceira ocupar lugares que deixam de ser vendidos. Este é um exemplo flagrante da gestão ruínosa da Sata e prova claramente que a decisão do Governo em centralizar a Sata em São Miguel não só não pode ser explicada por uma maior

eficiência em termos de acessibilidade e respetiva distribuição de passageiros, como em termos financeiros representa um enorme prejuízo para a companhia. Assim, pergunto, Sra. Secretária: o facto da Sata ter uma clausula nos contratos de trabalho dos novos copilotos recentemente contratados, onde deixa em aberto a possibilidade destes serem colocados na base da Terceira, significa que está o Governo Regional disponível para corrigir esta situação e reabrir a base na Terceira ou, pelo contrário, está disponível para acabar com esta operação e dar mais uma machadada de misericórdia na Terceira?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária não teve ainda a oportunidade de responder a várias questões que foram colocadas depois das várias intervenções, de qualquer maneira gostaria de colocar questões que tinha mencionado na intervenção de maneira a que fiquem mais explícitas.

A primeira tem a ver exatamente com a notificação da Comissão Europeia, designadamente da Direção Geral da Concorrência, em que salvo provem o contrário, cujo o Governo tem um prazo para a respetiva resposta, as ajudas que decorrem, ou que são consideradas ajudas de estado, relativamente aos aumentos de capital, têm um prazo penso que até 17 ou 18 de fevereiro para que sejam explícitas, ou sejam apresentadas pelo Governo. A primeira pergunta é se essa resposta já foi dada? Exatamente qual é o prazo limite para a sua apresentação na União Europeia?

A segunda questão tem a ver com o seguinte: quem lê a carta vê os argumentos que são apresentados, os fundamentos que são apresentados pela comissão e há uma questão que é importante, primeiro, quais são as condições que são

definidas de acordo com a regulamentação europeia no sentido de que determinadas ajudas sejam ajudas de estado ou não e aquilo que foram já as suas declarações no início desse processo depois da notificação e que disse que o aumento de capital teria sido realizado em condições de mercado, aquilo que nós analisámos da carta e aquilo que está apresentado é que condições de mercado significa que o investimento feito no aumento de capital seria remunerado de acordo com as melhores condições de mercado, de acordo com os custos de oportunidade, sendo certo que é a própria carta que desfaz esse argumento no sentido que nos anos seguintes o aumento de capital da Sata continuou a dar prejuízos, ou seja, há aqui logo à partida, ainda que decorra essa oportunidade, o desmanchar de argumentos que eventualmente poderiam ser apresentados e que foram mencionados por si.

Portanto, a pergunta diretamente é quanto ao prazo e a segunda quais os fundamentais, quais são os argumentos? Quais são os argumentos que o Governo tem (e oxalá que os tenha) para que a decisão da Comissão Europeia seja no sentido de considerar os aumentos de capital legais e não ilegais?

A terceira questão tem a ver com o seguinte: na eventualidade das ajudas de estado serem consideradas ilegais à luz da regulamentação europeia, a questão que coloco é: quais são as eventuais consequências e quais são os mecanismos que o Governo ainda terá no sentido de impedir que essas consequências possam ser demasiado penalizadoras para a Sata.

Termino por aqui. Depois, em função das suas respostas, continuaremos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para responder ao Sr. Deputado Artur Lima quando disse que esteve no Corvo e que eu deveria estar mais preocupado com o escoamento do gado do Corvo.

Sr. Deputado, deve-se ter informado mal, porque no passado dia 29 de agosto foi escoado o gado do Corvo, cerca de 33 cabeças. Não existem neste momento ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: ... cabeças de gado para escoar, pelo menos para já, para já não existem cabeças de gado para escoar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: Haverá sim daqui a umas semanas. A viagem que estava programada foi feita.

Mais do que isso, Sr. Deputado! Inicialmente essas cabeças de gado seriam transportadas para a ilha do Pico onde se encontrava o comprador, mas nos dias anteriores à viagem do gado o negócio entre a associação e o comprador do Pico não foi concretizado e o Governo Regional tomou diligências, através de um pedido da Associação Agrícola, para garantir que o gado fosse exportado diretamente para a Terceira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: ... onde se encontrava o novo comprador. Portanto, Sr. Deputado, existe sim um acompanhamento constante, não só do Governo Regional, mas sim também do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e da minha pessoa, ao contrário daquilo que o senhor disse.

Eu gostaria também em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão e em relação ao que disse no seu contraprotesto, embora não pudesse falar a seguir ao contraprotesto, mas posso agora na intervenção que estou a fazer, que o Sr. Deputado disse que eu dizia que estava tudo bem em relação aos

transportes marítimos no Corvo. O Sr. Deputado nunca ouviu estas palavras da minha boca. Nos vários debates que tivemos sobre este assunto, nesta Casa, nunca me ouviu dizer isto. Pode procurar nos Diários das Sessões que garanto que não vai encontrar.

Sempre admiti que havia constrangimentos, que havia problemas e continuo a admitir que eles existem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que o senhor fez para resolver isso?

O Orador: O que defendi foi a criação do sistema de incentivos por parte do Governo Regional para a renovação da frota dos operadores locais e para a aquisição de uma nova embarcação que melhorasse o serviço e a regularidade das viagens e do abastecimento ao Corvo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto a defender os interesses do Corvo e dos corvinos reitero o meu compromisso em confirmar a fazê-lo até ao fim do meu mandato e se for merecedor da confiança dos corvinos continuarei a fazê-lo, a defender sempre os interesses do Corvo e dos corvinos, de todos sem exceção.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada da Energia, Ambiente e Turismo.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já é público e em referência a uma questão colocada hoje de manhã sobre a questão da Ryanair e da operação para a ilha Terceira, gostava de focar que

fruto de um trabalho desenvolvido em parceria com o Governo da República e com o Turismo de Portugal foi possível assegurar a manutenção das condições para que no âmbito do previsto no Plano de Revitalização da Ilha Terceira e também no atual contexto pandémico que vivemos, a Ryanair continuou após janeiro 2021 a sua operação para a ilha Terceira com as seis ligações semanais, concretamente quatro para Lisboa e duas para o Porto, ficando os mesmos ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... estando estes voos já atualmente disponíveis no site da companhia para marcação e desta forma ficam sim comprovadas que as supostas certezas existentes sobre a descontinuidade desta operação eram, tal como nós tínhamos referido, especulação sobre algo a que ninguém beneficia.

Nos últimos quatro anos as ligações assumidas pela Ryanair, a par das outras oferecidas pelas restantes companhias, têm sido fundamentais para o setor do turismo na ilha Terceira se afirmar com crescente potencial e assim tudo faremos e continuaremos a fazer para passado este momento mais difícil continuarmos a ter reflexos positivos com criação de riqueza para os nossos empresários e criação de emprego para os nossos trabalhadores, dois aspetos fundamentais para o desenvolvimento económico pretendido.

E na posse da palavra julgo que não se poderá fazer este debate no que respeita às rotas eminentemente turísticas sem ter bem presente o contexto que vivemos. 2020 tinha tudo para ser um ano excelente em termos turístico não só pela expectativa da procura, pelas novas ligações que tínhamos, mas também e muito pela capacidade que tivemos, juntamente com o setor privado, de qualificar a nossa oferta.

Embora hoje as perspectivas a médio prazo sejam positivas, a recuperação, como todos sabemos, deverá ser gradual.

Agora a forma de fazer turismo alterou-se e esta alteração pode vir a revelar-se mesmo definitiva. Temos de saber entender isso. Há novas tendências. Cada vez mais se pretende socialização, mas sem multidões, experiências em grupos de pequenas dimensões, maior procura por lugares remotos, alojamentos de menor dimensão, atividades ao ar livre; a redução do interesse na realização de viagens para grandes cidades ou aglomerados populacionais e o aumento da expectativa sobre a importância que os destinos e empresas dedicam às questões da sustentabilidade.

Aqui não posso deixar de realçar de forma acentuada que é precisamente neste caminho que vimos colocando a nossa estratégia de desenvolvimento e aqui, agora, mais do nunca, temos de ser coerentes. Acreditamos que essa será a chave do sucesso.

Num debate sobre operações turísticas neste contexto, que é no mínimo estranho, mas como é sabido pelo mundo fora, praticamente todas as companhias aéreas estão a sofrer enormes pressões. Não é só aqui! Como todos sabemos, aliás, já hoje aqui foi referido.

Da nossa parte, no que diz respeito ao desenvolvimento turístico o que nos encontramos a fazer é para além da importância dos apoios que temos dado aos nossos empresários são: dinamizar a procura interna e temos tido sucesso nisso (o Programa Viver os Açores conta já com mais de nove beneficiários), trabalhar com os operadores nacionais e em termos internacionais manter a ligação os operadores respetivos com uma importante aposta na manutenção e crescimento dos níveis de notoriedade, para quando for possível retomarmos as ligações pré existentes e iniciarmos aquelas que inclusivamente tinham já sido previstas para este verão, sejam elas para França, para a Suíça, entre outras, inclusivamente reforço das ligações ao continente americano. Sempre sobre a

assinatura de um desenvolvimento sustentável que deverá manter-se como a nossa assinatura. Mais do que assinatura preocupação basilar na nossa atuação respeitando intransigentemente quem somos e o que temos e garantindo com estes princípios prosperidade para os Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao mesmo tempo, ou pouco antes de se começar este debate, anunciou à comunicação social e agora em plenário (e é uma curiosa ordem que demonstra também a forma e o respeito que o Governo Regional tem pelo Parlamento) a Sra. Secretária aquilo que chamamos (e que é verdade) um conjunto de subsídios à Ryanair para diversas operações. Isto foi negociado ao mesmo tempo que a Sata solicitava uma autorização para um apoio de estado à Comissão Europeia. Isso negociava-se ao mesmo tempo que a Ryanair contesta este apoio de estado querendo que o Tribunal de Justiça Europeu declare ilegais esses apoios fazendo com que a Sata possa ir à falência e não consiga recuperar. Anda então o Governo Regional a negociar, a fazer negócios, justamente com a empresa que ao mesmo quer destruir a Sata.

Sras. e Srs. Deputados, é preciso ter vergonha para fazer, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não ter!

O Orador: ... para cometer uma traição deste nível à empresa pública, porque sim e aqui a palavra é traição, porque é inconcebível como é que um Governo que representa o acionista que são os açorianos e as açorianas faz um negócio desses na mesma altura que uma empresa quer destruir a Sata e a TAP. É inconcebível como é que o Governo consegue fazer uma coisa destas.

Para o Bloco de Esquerda não há dúvidas de que lado é que estamos, estamos do lado da salvação da Sata e não das negociatas com a Ryanair fazendo aquilo que sempre dissemos: subsídios públicos para uma empresa privada fazer a sua operação aérea, porque são subsídios e não são apoios à promoção, porque o que a Ryanair faz é vender o seu produto que são viagens aéreas e isso não são apoios à promoção do destino, são puros e duros subsídios.

Seria interessante, muito interessante saber, o que é que a Comissão Europeia do alto da sua ortodoxia neoliberal pensa desse apoio de estado, desse auxílio de estado à Ryanair e esse auxílio de estado que sempre dissemos que existia e que existe e que agora está mais claro do que a água, que é real e é a única coisa faz com que a Ryanair voe efetivamente para os Açores.

É o dinheiro dos contribuintes que sempre foi escondido e que agora finalmente está às claras e todos podemos comprovar, seja do Governo Regional, seja indiretamente através do turismo de Portugal ou de outras entidades do mesmo tipo.

Ainda não tive a resposta que também gostaria de ter relativamente ao plano de reestruturação da Sata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Já disse e volto a repetir: ele tem que ser apresentado aos açorianos e açorianas antes das eleições. Não pode ficar na gaveta para depois a 26 de outubro se apresentar as medidas potencialmente gravosas e se não são gravosas ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... então apresentem. Se não há despedimentos apresentem o plano, se não há medidas que vão reduzir ligações essenciais da Sata apresentem o plano; se não há nada a esconder porquê esse secretismo, Sra. Secretária?

Deputado Carlos Silva (PS): Quer fazer campanha?

O Orador: É isso que é preciso saber.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Srs. Secretários:

A Sra. Secretária do Turismo e Ambiente anda nos últimos tempos ...

Deputado Carlos Silva (PS): E Energia também!

O Orador: ... muito inspirada e muito ligada à corrente, verdadeiramente ligada à corrente e hoje aparece aqui tal pirilampo, enfim, a vir anunciar uma grande medida para a Terceira.

Isto, Sra. Secretária, estes truques de algibeira, trata-se de um truque de algibeira o que a senhora vem aqui fazer, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Apoiado!

O Orador: ... um truquezinho de algibeira, tirou um coelhinho da cartola, assim pequenino, porque não tirou um coelhão da cartola que devia ter tirado ... Portanto, isso era pura ilusão. Os voos tinham acabado, estava tudo acabado e a senhora foi-se socorrer do camarada Costa, para o camarada Costa vir porque estava ... Foi anunciado não foi por nós, foi pela Ryanair, foi pela Ryanair que anunciou a suspensão dos voos.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):
Não foi nada! É mentira!

Deputado Carlos Silva (PS): Está satisfeito ou não está satisfeito?

O Orador: Mas já agora vai-me dizer quantas ligações vai passar a haver da Ryanair da Terceira para Lisboa e da Terceira para o Porto. Diga-me lá quantas são? Quantas são?

Deputado André Rodrigues (PS): Seis!

O Orador: Não, não ouvi, não. Quantas são por semana de Ponta Delgada? Quantas são da Terceira?

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Já disse!

O Orador: A senhora como está muito ligada à eletricidade agora vai-me explicar outra vez, porque eu não ando ligado à eletricidade, eu ando ligado à realidade e a realidade, Sra. Secretária, não são carros elétricos, não é 100% led nem 200% led. A realidade é como é que a senhora vem agora a anunciar a um mês das eleições aquilo que devia ter feito há dois anos atrás, quando foi aprovado aqui um plano de promoção turística da ilha Terceira e do aeroporto da Base das Lajes que a senhora nunca fez rigorosamente nada a esse respeito. Rigorosamente nada a esse respeito! Foi aqui aprovado e anunciado com parangonas quando os senhores fizeram aquela coisa da certificação civil da aerogare das Lajes. Até nem isso certificaram, porque agora anda lá um militar a mandar tal a incompetência da diretora.

Portanto, Sra. Secretária, areia para cima dos olhos dos terceirenses não entra, porque eles não vão deixar. Isto é propaganda política do pior, ...

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Não é!

O Orador: ... ao estilo populista do pior que existe.

Deputado Francisco César (PS): Mas os voos estão lá!

O Orador: Do estilo populista do pior que existe, ao estilo populista da grande extrema direita europeia. Não seria capaz de fazer tão bem feito como os senhores fazem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Iasalde, o que o Sr. Deputado acabou de dizer é mentira. É mentira! E todos os agricultores da ilha do Corvo são testemunhas e vão ouvir aquilo que lhe estou a dizer hoje, porque isto será transmitido aos agricultores. Há entre 70 a 80 cabeças de gado para abate para sair da ilha do Corvo e que estão compradas pelo Sr. Marcolino da ilha do Pico.

Portanto, o que o senhor disse é falso, é mentira.

O que lhe quero dizer também, Sr. Deputado, o Sr. Deputado dizia que eu estou em campanha permanente. É evidente que estou em campanha permanente. Desde que fui eleito para esta Casa trabalho todos os dias arduamente, apresento propostas, estudo os assuntos e não é isso que o vejo a fazer a si. O seu trabalho para mim o que observo é zero. O seu trabalho parlamentar é zero. Vou-lhe dizer, por isso é que o senhor não está em campanha eleitoral agora, nunca esteve. O senhor nunca esteve em campanha nenhuma, porque o senhor não tem desenvolvido trabalho absolutamente para a ilha do Corvo e dou-lhe o exemplo agora do gado que V. Exa está a dizer.

Sabe quais são as dificuldades que os agricultores estão a ter neste momento, os preços que estão a ser pagos aos agricultores? Sabe que dificuldades é que isso significa?

Está a rir. A si não significa problema nenhum para si, mas significa ...

Deputado Iasalde Nunes (PS): Como sabe que estou a rir?

O Orador: Está de máscara, mas eu vi pelos olhos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Está de máscara!

O Orador: Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que com essa conversa que os agricultores não têm problemas o senhor podia ter aproveitado a sua

oportunidade para dizer os preços escandalosos que estão a ser pagos neste momento aos agricultores que há 30 anos não eram pagos com preços tão baixos, especificamente os agricultores do Corvo e das Flores, com o argumento de que os transportes não funcionam. Portanto, o senhor é que devia ter dito isso e devia ter defendido os interesses dos corvinos, dos agricultores do Corvo, e já agora também das Flores, que estão a sofrer o mesmo tipo de problemas e sabe o Sr. Deputado o que é que isso significa, mas sobre isso o senhor não tem nada a dizer, porque o senhor a única coisa que faz para manter o seu lugar é apoiar o Governo, mais nada.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E o senhor?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria no sentido político de dizer alguma coisa também sobre este tema e este balanço naturalmente sempre oportuno acerca dos transportes e acerca designadamente dos transportes aéreos e da sua importância estratégica para a nossa Região, como região arquipelágica.

Gostaria também, se me permitem, até porque houve mais do que uma referência, designadamente de falar na ilha Terceira que, pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pelo Sr. Deputado Artur Lima e creio que também pela Sra. Deputada Graça Silveira já mostrou aqui algumas referências, e inclusive também algumas respostas e esclarecimentos por parte, nomeadamente, da Sra. Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

Eu gostava de lembrar em primeiro lugar que falar desta questão dos transportes e dos transportes aéreos hoje, aqui, como em qualquer parte do planeta Terra não pode obviamente olvidar a questão da imprevisibilidade e a questão do

efeito direto, devastador que a pandemia e as suas sequelas tiveram nessa questão.

Portanto, o facto de podermos dizer (e gostava aqui de fazer uma declaração) que os deputados do PS/Terceira, aliás, muito bem acompanhados pelas decisões e medidas do Governo, pelos deputados de São Miguel, das Flores, do Corvo e da Graciosa sentem-se muito confortáveis com aquilo que tem sido a política deste Governo, designadamente em matéria de acessibilidades, em matéria de acessibilidades aéreas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A sério?

O Orador: ... e, designadamente, no que diz respeito à ilha Terceira, porque esta questão tem que ser vista, só pode ser vista, como tantas outras, de uma forma integrada e de uma forma regional. A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que a Terceira continua a ter nesta fase e vai continuar a ter o maior número de ligações com o exterior com três companhias a garantir essas ligações com diversos estilos, diversas formas de atuar, atuando sobre nichos diferentes, designadamente ao nível do turismo e designadamente a importância que também tem nesta matéria, como foi referido por um conjunto de deputados aqui e noutras sedes a questão de termos uma companhia low cost.

Já estou um pouco confuso, já não tenho bem a certeza se toda a gente quer a companhia low cost, o que é certo é que o Governo quer, o Partido Socialista e este grupo parlamentar quer, tem a consciência da sua importância e tem a consciência também que mesmo numa rota liberalizada e numa economia liberal os liberais precisam sempre de uns certos incentivos e esses incentivos é como diz o outro “ou se dá, ou não se dá”, “ou se está disposto a dar, ou não se está”.

O Governo de António Costa ao abrigo do PREIT continua disposto a dar. O Governo anterior, mesmo em campanha eleitoral, não esteve disposto a dar como também é histórico. Portanto, sobre isso estamos conversados, estamos

esclarecidos, vamos continuar a ter, estamos com certeza todos satisfeitos com isso, pelo menos quem sempre defendeu essa existência e esses voos, continuamos num período de grande imprevisibilidade, num período em que companhias de bandeira e de grande dimensão estão sendo intervencionadas, num período em que milhares e milhares de aviões se encontram no chão vamos ter e temos já a garantia dessas três companhias a ligar, por exemplo, a Terceira ao exterior. Nunca tivemos mais. Pensamos que essa garantia é importante e pensamos que o Governo e este grupo parlamentar continuarão a acompanhar uma situação extremamente volátil no sentido de garantir as obrigações de serviço público ao nível regional, nacional e internacional e de também estarmos atentos àquilo que será a evolução e àquilo que será a retoma que todos bem queremos do nosso turismo.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, os deputados do Partido Socialista estão aqui muito confortáveis, prontos a dar explicações, a sua posição e fazerem um balanço da sua atuação, aqui, como noutros sítios, em permanência e nessa medida e ao nível político naturalmente dispostos e predispostos ao julgamento popular que é político, que é democrático, que é feito através de eleições e só esse é legítimo e desejável numa democracia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas de Governo:

Passando a responder a algumas das questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima, as questões muito concretas que colocou, se a Sata mantém o plano de renovação da frota, quando fez referência ao 321. Em princípio sim. O plano continua a ser cumprido na sua execução de cronograma temporal sem prejuízo de poder eventualmente sofrer alguma alteração em função da situação atual.

No que se refere às estatísticas que solicitou e que eu anotei, fornecê-las-ei assim que as receber a esta Casa e a si em particular.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Quando?

A Oradora: Ainda hoje de preferência, à partida ainda hoje chegarão. Logo que me sejam fornecidas, fornecê-las-ei.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação à questão do abastecimento marítimo de mercadorias à ilha do Corvo julgo que já o debatemos o suficiente e já o falámos o suficiente, sendo certo que a posição do Governo neste momento é uma aposta inequívoca no tráfego local, tanto assim é que foi criado um regime de incentivos que temos em crer que será aproveitado por estas empresas para que possam continuar a trabalhar no arquipélago e a abastecer a ilha do Corvo. Temos sim que trabalhar na regularidade, mas estou ainda para conhecer uma embarcação que seja à prova 100% das condições meteorológicas. Não as conheço.

Gostava de deixar, no entanto, salientado que o número de toneladas de mercadorias carregadas e descarregadas de e para o Corvo cresceu de 2016 para 2019 em cerca de 14%.

Também gostava de referir e gostava de salientar uma vez mais o grande esforço que o Governo dos Açores faz para que no Corvo nada falte, chegando a transportar via aérea e a suportar o custo desse transporte de mercadorias de frescos e inclusive de ovos. Dir-me-á: não faz mais do que a sua obrigação!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 50 dias sem abastecimento!

A Oradora: Pois, não! Mas diga-me outro local do mundo em que isto acontece e eu terei muito gosto em apreciar também essa situação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O único local do mundo é nos Açores e todas as suas ilhas!

A Oradora: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, as três questões que colocou. Se já foi dada resposta à União Europeia relativamente à apreciação inicial e preliminar dos aumentos de capital. Não, ainda não foi dada.

Quais são as condições de apreciação desse aumento de capital? Pois neste momento não me parece, nem é esta a minha posição, de fazer uma análise aprofundada acerca do que são esses apoios que estão em análise e qual vai ser a resposta da União Europeia. No entanto, facilmente se verá que apreciação é que terá de ser feita se consultarmos as orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e reestruturação concedidas a empresas em dificuldade de onde constam os pressupostos e ver-se-á se esses aumentos de capital se enquadram ou não nessa necessidade de notificação de auxílio de estado.

Gostava só de recordar também um pouco de passagem e sem prejuízo de poder outra explicação sobre isto que estes aumentos de capital não são inéditos. A Sata já teve aumentos de capital, salvo erro, em 98 ou 99 e voltou a tê-los em 2005 e também nessa altura houve uma situação de pré-contencioso com a União Europeia e que implicou uma apreciação preliminar pela União Europeia desses aumentos de capital.

Também me perguntou se forem ilegais quais são as consequências, pois as consequências são as constam da regulamentação comunitária e são várias, mas

neste momento basta ler, não me compete a mim estar aqui a enunciá-las, neste momento julgo que, e volto a dizer, é absolutamente prematuro estarmos a tecer considerações sobre se são ou não são ilegais, é um processo que corre. Aliás, o Sr. Deputado mesmo disse que da parte do seu partido, do seu congénere na União Europeia estariam a envidar esforços para que fossem atendidas todas as razões e nomeadamente toda a situação da Região Autónoma dos Açores para que fossem compreendidas estas intervenções na empresa, portanto, qualquer outra apreciação que se faça neste processo, neste momento parece-me demasiado prematura.

Sr. Deputado António Lima, referiu na sua intervenção inicial algumas questões, deixou-me algumas questões colocadas.

Eu começava pelo plano de negócios ou pelo plano de reestruturação, ou que queiram chamá-lo, sendo certo que o senhor já conhece a minha resposta e não é por vir para a comunicação social, ou por aqui nos acusar de falta de transparência que eu alterarei aquilo que já disse.

Este Governo está disponível para apresentar o plano de reestruturação logo que ele esteja fechado e validado. Nós temos seis meses para o trabalhar com a União Europeia. Não vamos ter dois meses só porque temos eleições em outubro.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é que é responsabilidade!

A Oradora: Não é assim, é igual para toda a gente. São seis meses e esse plano será trabalhado no plano de seis meses.

Não vejo ninguém a gritar, a pedir o plano da TAP, por exemplo. Não vejo!

Não vejo ninguém a gritar, a pedir o plano da SARS. São seis meses de trabalho árduo.

Em relação aos recursos humanos sendo essa uma preocupação transversal a todos os presentes, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... da minha parte já disse que não está nos planos nem no propósito do Governo Regional dos Açores que haja despedimentos. É essa a certeza que podemos dar, é essa a certeza que já deu e o Sr. Deputado de certeza que conhece as minhas declarações quer em comissão, quer públicas, da mesma maneira que eu conheço as suas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: No que se refere muito concretamente por se ter optado por se lançar um procedimento que entretanto foi anulado em função da situação que vivemos para um navio e não dois, volto a repetir nesta Casa, já o disse por diversas vezes, que essas explicações constam de uma resolução de Conselho de Governo, a 115/2017, de 16 de outubro, que eu não vou juntar obviamente à Mesa porque é um documento público e remeto novamente para as justificações que aí constam, sendo certo que agora e na situação atual essa questão já não se coloca.

Aliás, deixem-me manifestar a minha, não é perplexidade, a minha preocupação de estarmos a discutir neste momento políticas de transporte numa situação de pandemia à escala mundial e sem ter em consideração esse aspeto. Infelizmente todos estamos afetados e discutir como se nada fosse, como se nada acontecesse, não é normal, não me parece normal, não me parece razoável, apesar de estarmos em campanha eleitoral, continua a haver aqui uma irrazoabilidade da discussão face à situação atual.

Em relação ao transporte terrestre de passageiros que o Sr. Deputado disse que pararam no tempo, obviamente que é e também já sabe, já falámos sobre isso em várias ocasiões, que é uma área dos transportes que tem de ser profundamente remodelada.

Também é do seu conhecimento, Sr. Deputado, e refutando aliás a afirmação acerca das chorudas concessões dos transportes terrestres na nossa terra, como

sabe qualquer alteração em termos de redução de tarifário implica aumentar as tais chorudas concessões de transporte terrestre, como também o Sr. Deputado sabe, porque eu já falei várias vezes sobre isso e já expliquei várias vezes a esta Casa, que as atuais concessões estão a ser revistas de acordo com a regulamentação europeia com vista à modernização dos próprios contratos e também por forma a permitir que os concessionários consigam renovar as suas frotas, atualizar percursos e experimentar sistemas de bilhética mais modernos, que essas concessões estão a ser trabalhadas para serem lançadas no segundo semestre no ano de 2021.

Sra. Deputada Graça Silveira, em relação à questão que colocou sobre a clausula no contrato de trabalho dos novos pilotos e se este Governo estaria disponível para corrigir uma situação que no seu entender prejudica gravemente a ilha Terceira, eu desconheço a clausula do contrato de trabalho dos pilotos, não faço ideia do que é que diz, imagino que se refira ao local de trabalho, mas não a conheço.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas eu disse-lhe!

A Oradora: Em relação a qualquer alteração na base da Sata na Terceira e qualquer alteração não pode ser um compromisso deste Governo. Tem de ser um ato de gestão do Conselho de Administração da Sata avaliado em função dos benefícios e dos custos. Portanto, não posso comprometer-me com nada nesse aspeto.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Iasalde Nunes, não sendo eu deputado eleito pelo Corvo recebi informação ainda há hora do almoço de cerca de 50 cabeças de gado para serem exportadas ...

Deputado Iasalde Nunes (PS): Mas não está atrasado!

O Orador: ... e foi informação do Corvo e, portanto, eu presumo que as pessoas não mentem. Tenho os corvinos como homens e mulheres sérios.

Parece-me que quem está a faltar à verdade é o senhor.

Sr. Deputado José San-Bento, de si não recebo absolutamente nada, a não ser a amizade.

Deputado José San-Bento (PS): Eu não quero dar nada!

O Orador: Portanto, o senhor é que é um cidadão do mundo.

Deputado José San-Bento (PS): Não senhor!

O Orador: O senhor é que conhece motoqueiros de Santa Maria ao Corvo, o senhor é que conhece todas as vivências açorianas, os outros não conhecem ninguém. Eu sou simples provinciano da Terceira. O senhor é um cidadão dos Açores, o senhor conhece lavradores no Corvo, o senhor conhece lavradores em São Miguel, o senhor conhece na Serra de Santiago, em todo o lado. O senhor é um cidadão do mundo.

Oh, senhor compre um espelho!

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

O Orador: Compre um espelho e veja-se ao espelho de manhã.

Eu estive a falar, isso está aqui no telefone, que eu envio para o senhor ver aqui a chamada quem é que me ligou do Corvo e o senhor vai ver o nome do lavrador.

Deputado José San-Bento (PS): Acredito em si!

O Orador: Está a perceber?! Portanto, o senhor está aqui a mandar bocas, porque é mal-educado e está a dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão que me deu informações e não foi. Está a perceber, Sr. Deputado?

Portanto, mantenha-se educado se foi assim que foi educado.

O senhor é um provocador, um agitador nato aqui dentro.

Presidente: Srs. Deputados, por favor!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, se eu digo que recebi informações, posso-lhe mostrar o telemóvel, de quem me telefonou do Corvo e a hora, aliás, a seguir telefonei à senhora e vai ver a chamada que está aqui e aquele senhor vem por em causa que o lavrador do Corvo ...

Deputado José San-Bento (PS): Acredito em si!

O Orador: ... me telefonou a dizer das 50 cabeças de gado?! Eu não admito àquele senhor! Percebeu? É isso que eu estou a dizer. Portanto, eu gasto o meu tempo a defender a minha honra e a minha seriedade para a seguir não ter de pedir, porque eu não recebo daquele senhor lições de coisíssima nenhuma.

Deputado José San-Bento (PS): Nem eu de si!

O Orador: É um provocador nato aqui dentro.

Presidente: Sr. Deputado, penso que já deixou clara a sua posição em relação a isso.

O Orador: Feito o esclarecimento, Sra. Presidente, muito obrigado, vamos então à questão.

Sr. Deputado Francisco Coelho, vou lhe dizer uma coisa, eu não estou tão satisfeito como o Sr. Deputado está. O Sr. Deputado satisfaz-se com pouco.

Deputado Francisco Coelho (PS): É verdade!

O Orador: Eu não me satisfaço, Sr. Deputado, porque quando a Terceira, pese embora a pandemia, pese embora os constrangimentos que atingiram tudo, mas oh, Sr. Deputado, na questão das ligações aéreas e do turismo está a doer mais a uns do que a outros e neste caso está a doer mais à Terceira que às outras ilhas, porque, Sr. Deputado, quando a Terceira reduz de 20 ligações para três por semana (eu estou a falar da TAP e da Sata, eu já não vou à da Ryanair, porque senão são 27, se contar as do Porto são 29), portanto, reduzindo para três da

TAP e duas da Ryanair são cinco e mais uma para o Porto são seis. Portanto, de 29 passámos para seis. Está satisfeito?

Veja em proporção quanto reduziu as outras ilhas, as outras gateways? Aumentaram até. Está satisfeito? Eu não estou.

Mais, Sr. Deputado! Quando a companhia aérea açoriana que os senhores dizem que se faltar a outra está cá a Sata, não está, porque a Sata deixou de voar para a Terceira, Sr. Deputado, porque só voa quem faz voos de ida e volta e a Sata não voa de ida e volta para a Terceira. A Sata vem à Terceira, à terça-feira voa para a Terceira, ia até Boston quando ia, e depois na quarta-feira voltava a Lisboa. Não fazia o voo de ida e volta Lajes/Terceira/Lisboa. Deixou de voar para a Terceira, Sr. Deputado. Está satisfeito com isso? Eu não estou.

Isso era necessário? Não é.

Portanto, Sr. Deputado, relativamente à Terceira é o grau de exigência, é o grau da defesa da minha terra, porque para mais ilha nenhuma a Sata faz isso, faz voos de ida e volta, para a Terceira não faz voos de ida e volta, Terceira/Lisboa, Lisboa/Porto.

O mesmo se passo com outro voo. Agora assiste-se à boa gestão da Sata de um avião ficar a dormir na Terceira, coisa que era crime de lesa pátria quando eu defendi que um avião pernoitasse na Terceira, o 320, porque não tinha manutenção, mas agora que dá jeito à Sata até o 321 já pernoitou na Terceira de terça para quarta.

Deputado Francisco César (PS): E isso é mau?

O Orador: O Sr. Deputado sabe porquê?

Porque, Sr. Deputado Francisco Coelho, e não só o Sr. Deputado Francisco Coelho, é Sras. e Srs. Deputados da ilha Terceira que estão aqui todos caladinhos (embora tenham um excelente porta voz) ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Sr. Deputado, sabe porquê?

Porque é preciso recordar, como já disse e não me canso de dizer, aos tempos de António Oliveira Salazar para a Terceira não ter voos internacionais.

Porque este Governo e a Sata acabaram com as ligações Terceira/Boston, Terceira/Toronto.

Essa é que é a realidade. Também não estou satisfeito, Sr. Deputado Francisco Coelho, mas já agora, permita-me Sra. Presidente, estou ainda muito insatisfeito e presumo que V. Exa também estará e que vai lutar por melhorias na ilha Terceira.

Sra. Secretária Regional do Ambiente e Turismo, tenho aqui uma notícia de jornal de 1970: “A TAP em colaboração com a Comissão Regional de Turismo da Terceira iniciou uma promoção turística daquela ilha por intermédio dos seus escritórios no continente português [e vai por aqui abaixo] assim considerando até o interesse das festas da cidade de Angra, de 19 a 27 de junho”.

Portanto, Marcelo Caetano, depois vem aqui o Sr. Presidente do Conselho de Administração da TAP, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... o Eng.º Vasco Pinto, na altura em que a TAP dava lucro, a última altura que deu lucro foi na gestão do Eng.º Vasco Pinto, ...

Deputado Francisco César (PS): Só falta dizer que na ditadura é que era bom!

O Orador: ... e qual era o interesse do Governo de Marcelo Caetano e do Governo da ditadura na República através da TAP?

Fomentar o turismo na ilha Terceira, Sra. Secretária, porque com uma ligação Lisboa/Terceira/Boston, o vosso populismo não chega a estes, que estes ainda foram até Boston, os senhores ficaram no meio do caminho.

Já agora para acabar: se há mercado liberalizado, se há rotas liberalizadas, não se deve ao Partido Socialista porque apresentou um projeto completamente diferente do que o que está em vigor.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pelo tempo, mas julguei que ainda tinha tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária do Turismo, estamos mesmo em período que antecede obviamente a campanha eleitoral por aquilo que veio aqui fazer hoje, mas certamente foi um anúncio que os terceirenses gostam, temos também que reconhecer isso.

Deputado João Vasco Costa (PS): Menos a senhora!

A Oradora: Mas quem a 25 de agosto dizia que era mera especulação, que não passavam de rumores, portanto, as notícias que davam conta do abandono da rota da Ryanair da ilha Terceira afinal foi necessário fazer um esforço, foi necessário assinar mais um contrato de dois milhões e foi necessário voltar a trazer a Ryanair para a ilha Terceira, mas ainda bem que isso acontece.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Com esta notícia também o que nós ficámos a saber hoje é que o Governo da República acabou de ressuscitar o PREIT, quando o Governo Regional já o tinha abandonado, portanto, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isso já vai!

A Oradora: ... agradecemos também o valor que entrará através do Governo da República e também o esforço feito pelo turismo de Portugal para a verba que consta e que está plasmada no Diário da República que foi hoje publicado. Também logo aqui com este caminho pouco transparente nós vemos esta falta de estratégia no que concerne à ilha Terceira. Não se percebe bem que agora os

Srs. Deputados do Partido Socialista e também do Governo Regional culpabilizem a pandemia de tudo ...

Deputado André Rodrigues (PS): Falta de convicção!

A Oradora: ... quando basta ver o que se passou também no início da legislatura e percebermos claramente que não havia aqui nenhuma estratégia no que concerne a política de transportes para a ilha Terceira.

Ora, se o PREIT dizia no eixo oito “reforçar a operação da Azores Airlines e da Sata na Base das Lajes” o que nós assistimos ao longo destes anos foi algo que não corresponde àquilo que está escrito e já em 2017 em relação à rota Lajes/Porto foi anunciado este abandono, porque havia baixos índices de ocupação, mas depois ficámos a saber que esses baixos índices de ocupação se situavam nos 70% e que só tinham baixado com a entrada da Ryanair na mesma rota.

Depois também nesse verão recebemos várias informações, fotografias, daquilo que se passava nos aeroportos na diáspora com os nossos emigrantes a serem abandonados pela nossa companhia infelizmente também devido aqui a alguma falta de estratégia e essas imagens não dignificam obviamente a Região e disso nós não nos podemos obviamente orgulhar.

Depois também em relação à operação Madrid a partir da Terceira, Terceira/Madrid, portanto, foi abandonada ...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isso já vai?

A Oradora: ... numa altura em que o turismo da Terceira precisava não só do turismo norte americano, mas também do turismo espanhol, do mercado espanhol e mais uma vez esta operação foi abandonada e até hoje ainda não foi retomada.

Portanto, há aqui de facto um caminho que não é muito transparente e que não é um caminho definido em que os terceirenses e os nossos empresários possam de facto ter alguma confiança.

Portanto, tem havido o esvaziamento claro da pista das Lajes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Esta bancada obviamente não concorda com aquilo que tem sido a política do seu Governo, deste Governo, para a pista das Lajes, não podemos ficar obviamente contentes, sobretudo com esta indefinição, porque há empresários que fazem investimentos e são esses empresários que precisam obviamente de números sólidos, precisam do turismo, precisam obviamente de cumprir com as suas obrigações e não podem viver no meio de tanta indefinição e é necessário clarificar.

Portanto, não podemos de todo renegar aquilo que tem sido esta falta de transparência.

Como já disse e reafirmo, o esvaziamento da pista das Lajes é responsabilidade do Governo Regional.

Deputado Carlos Silva (PS): Está cheia!

A Oradora: Os terceirenses sabem disso e não vão esquecer-se seguramente daquilo que tem sido esta postura pouco clara no que concerne aos transportes da ilha Terceira.

Esperamos que agora aquando da retoma, da dita retoma que esperamos que aconteça o mais rapidamente possível, que este Governo Regional ou que o próximo que se seguirá traga ainda mais rotas para a nossa ilha, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ah! Mais!

A Oradora: ... nós necessitamos obviamente de mais rotas, de rotas consistentes e que possam assim dignificar a ilha Terceira e dignificar aquele que tem sido o esforço enorme dos nossos empresários.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Assim, tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária respondeu apenas a uma das questões que eu lhe coloquei, respondeu apenas que a resposta não foi dada.

Perguntei também qual o prazo para o envio da resposta e perguntei quais os argumentos que serão utilizados pelo Governo para que a Comissão Europeia tenha uma resposta e tenha uma postura diferente daquela que consta da notificação, ou seja, não me interessa o que é que está no regulamento, interessa-me aquilo que serão os argumentos adicionais do Governo para que a Comissão Europeia possa ter uma decisão favorável relativamente à Região. Essas questões são essenciais e peço que responda. Para nós o debate e todo o esclarecimento dessa situação é essencial.

Eu percebo que eventualmente quem deveria responder a essas questões não está cá, que é a bancada à sua frente, quem teria a responsabilidade de responder a essas questões que são naturalmente incómodas para qualquer Governo. De qualquer maneira é a senhora que está a dar a cara pelo Governo e, portanto, peço que responda àquilo que foi questionado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder aqui ao Sr. Deputado Artur Lima.

Oh, Sr. Deputado, esse telefonema que o Sr. Deputado teve do Corvo e do agricultor do Corvo não acredito que ele tenha dito que a saída do gado estava em atraso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para exportar!

O Orador: O senhor disse na sua primeira intervenção que havia atraso no escoamento do gado e o que eu disse foi que não havia atraso no escoamento do gado, que inclusive o gado era para sair para o Pico e tinha saído diretamente para a Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não saiu!

O Orador: Saiu, sim senhor! Saiu para a Terceira. O gado que o Sr. Deputado está a falar neste momento é o gado em parte de um rol que é feito ... na nossa terra chama-se um rol, no Corvo, não sei como se chama na Terceira... pelos compradores, que é feito pelos compradores, que é feito pelos agricultores do número de cabeças de gado que querem exportar. Esse rol, existem já neste momento, tive agora a informação, que 45 cabeças de gado (atenção!) para sair, mas esse rol ainda está a ser feito. Parte dessas cabeças de gado serão provavelmente exportadas na próxima viagem, mas o rol ainda está a ser feito. Isso não é um problema. Isso é a mesma coisa que dizer que a viagem do mês de novembro ainda não foi feita e estamos em setembro, se formos a falar dessa maneira.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Toste Parreira (PS): O gado está a ser rolado, não está para embarcar! São coisas diferentes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Sr. Deputado António Vasco, o senhor leu a decisão, a decisão é pública, e sabe perfeitamente que o prazo para resposta é de um mês. Quanto aos argumentos que serão apresentados nessa resposta, a resposta provavelmente também será

tornada pública, está a ser trabalhada juntamente com os consultores e nessa altura saber-se-á quais são os argumentos que são utilizados na União Europeia para essa situação.

Muito obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tudo escondidinho! São tão transparentes como a água da Lagoa das Furnas!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários Regionais:

Apenas umas breves notas na sequência da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima e ainda relativamente aos voos da Terceira e à situação que atualmente vivemos.

Sr. Deputado Artur Lima, eu não sou um incondicional dos milagres da mão invisível do Sr. Adam Smith e do liberalismo, mas havemos de convir que ainda assim a realidade e a força da realidade também se impõe e algum reflexo hão de ter sob pena de um soviétismo inoportável e a verdade é que nós temos que dizer aqui que nos Açores, tal como em todo o mundo (por isso é que eu falei nas centenas ou milhares, centenas em Lisboa, de aviões no chão), tem a ver naturalmente com uma drástica e significativa redução da procura do número de viajantes, do número de viagens e do número de rotas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que naturalmente que também, e tendo em conta as regras existentes neste setor, a nossa pertença à União Europeia, o direito da concorrência, que há situações cuja redução drástica da procura tem que ter também, apesar de tudo, uma determinada resposta, pelo menos até se conseguir encontrar uma forma viável e de acordo com a regulamentação existente de compensar a empresa. Por exemplo, neste sentido é bom dizer que

o Governo sempre afirmou que os voos Terceira/Boston e Terceira/Toronto foram suspensos, não foram cancelados, e essas rotas serão retomadas.

Também todos sabemos que até por determinações da União Europeia o trânsito de cidadãos americanos está restringido na União Europeia para fins turísticos ou de lazer e tem que ter uma determinada justificação.

Também sabemos sobretudo nas chamadas rotas liberalizadas, como a Terceira, que a Sata tem assumido sobretudo (e bem) um papel regulador e foi por isso também que relativamente ao Terceira/Porto, quando foi preciso foram acionados determinados números de voos.

Não podemos, Sras. e Srs. Deputados, embora queiramos e precisemos de garantir acessibilidades não apenas segundo os critérios formais e rigorosos da lei da oferta e procura, porque outras necessidades, desde logo as obrigações de serviço público também se impõem, mas não podemos também fugir às consequências do peso esmagador das realidades que atualmente vivemos.

Sra. Deputada Mónica Seidi, permita-me só que manifeste alguma surpresa relativamente à expressão que usou: “esvaziamento do aeroporto das Lajes”. Se está a referir-se antes da pandemia em termos de voos e em termos quantitativos ele estará naturalmente mais esvaziado, mas não sei bem porque se se quer referir aos tempos do Governo do PSD, bom, aí o que tínhamos a preços proibitivos era uma única companhia a voar para o exterior. Acho que mesmo com pandemia, Sra. Deputada, o aeroporto das Lajes está mais cheio que nos tempos dos Governos do PSD.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma referência para um assunto que é sempre desagradável, que são os apartes da bancada do Partido Socialista que não têm civilidade em relação às bancadas da oposição.

Eu, por exemplo, recebi um aparte na sessão anterior em que me dizia o Sr. Deputado José San-Bento “volte para a sua terra”. É este tipo de expressões que são utilizadas neste Parlamento e é uma vergonha que seja utilizado esse tipo de ofensas e os senhores acham bem.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor diz isso!

O Orador: O senhor acha bem dirigir este tipo “vá para a sua terra” e depois andam aí a condenar a extrema direita ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... quando utiliza este tipo de vocabulário?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Oh, meus senhores, eu não tenho medo. Eu não tenho medo!

Esse tipo de expressões ...

Deputado António Toste Parreira (PS): O senhor diz a toda a gente!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O Sr. Deputado já disse nas suas intervenções!

O Orador: Diga lá o que é que tem a dizer, se faz favor!

Presidente: Srs. Deputados, por favor!

O Orador: Diga! Diga tudo! Diga o que costuma dizer!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço-lhe que continue a sua intervenção. Se entender que não tem condições para o fazer, então não o faça, mas peço-lhe que não haja este tipo de ligação ...

O Orador: Muito obrigado.

Estava só a dizer o tipo de expressões que são utilizadas contra os deputados da oposição, portanto, é este o tipo de expressões que são utilizadas e o contrário não é verdade.

Portanto, na minha perspetiva há que manter a civilidade. Eu discordo absolutamente daquilo que é dito em muitas áreas pelo Partido Socialista, mas esse tipo de discurso, esse tipo de apartes, são absolutamente lamentáveis em qualquer Parlamento do mundo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor diz isso também!

O Orador: Devo também dizer o seguinte: Sr. Deputado Iasalde Nunes, são remetidas para fora da ilha cerca de 150 cabeças todos os anos e são organizados vários transportes. Não são enviados ao mesmo tempo. O senhor está a dizer que há um rol para terminar, para concluir. Isso pura e simplesmente é falso, Sr. Deputado. É falso! É falso!

Os agricultores e os compradores evidentemente querem o gado o mais depressa possível. Sabe o que é que os agricultores que estão a ouvir este debate me disseram para dizer?

Eu vou traduzir para não o ofender. Disseram-me que agora, a partir de agora, o senhor é que ficava responsável por tratar do gado enquanto o navio não chegar (e vai chegar em cada vez piores situações, porque o estado do mar está a ficar cada vez pior), portanto, disseram-me “olhe, o Sr. Deputado Iasalde é que vai tomar conta do gado que nós estamos a tomar, porque a embarcação não chega a tempo.”

Tenho ainda mais coisas para dizer.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Foi agora! Disseram agora!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Era só para fazer uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Eu não quero abrir um incidente aqui neste plenário, ao contrário daquilo que outros tentam fazer, agora é evidente que eu fui acusado aqui de um aparte que eu não disse.

Sr. Deputado, eu não disse isso. A gente na altura teve a oportunidade de falar sobre isso, mas tenha eu dito o que tenha dito esta matéria era tratada no último plenário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é uma interpelação?

O Orador: Era só isso.

Sra. Presidente, eu estou a dirigir-me a si e se entender, lamento, mas até pode ser uma crítica à condução dos trabalhos, mas é neste sentido. Nós temos que nos entender, porque eu também não estou disponível a pactuar com situações aqui que atingem a minha honorabilidade, quem me conhece sabe o tipo de debate e a frontalidade com que eu gosto de debater em termos parlamentares, mas respeitando as regras e procurando dignificar esta instituição que muito prezo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José San-Bento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Realizar uma interpelação nos mesmos termos que foi realizada pelo Sr. Deputado José San-Bento.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, a expressão que eu aqui referenciei “volte para a sua terra” foi ouvida por vários deputados desta Casa, por vários deputados deste Parlamento.

Deputado José San-Bento (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Uma expressão ofensiva. Hoje o Sr. Deputado já fez vários apartes, apartes não deste género, não tão ofensivos e o que eu digo é que o debate não pode chegar a este extremo. Não pode chegar a este extremo! Não é um volte para a sua terra! Isto não pode ser assim, não podemos cair neste extremismo e não se pode cair neste discurso ofensivo em relação às bancadas que discordam do Governo ou do Partido Socialista. É tão simples como isto. Isto não é admissível utilizar-se este tipo de tom no debate parlamentar.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor está inquieto para arranjar um incidente!

Presidente: Vamos continuar com o debate.

Está inscrita a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo a quem dou a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Muito obrigada, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caros Membros do Governo: Sra. Deputada Mónica Seidi, por muito que se esforce para fazer passar o contrário existe uma estratégia muito clara de investimento na notoriedade turística da ilha Terceira e é errado, muito errado, tentar misturar a oferta atual totalmente influenciada pelo contexto pandémico que vivemos aqui e no resto do mundo com esta estratégica e sobre isso três notas.

Primeiro: a suposta indefinição sobre a operação da Ryanair deve-se em exclusivo a quem se esforçou por tentar criar dúvidas sobre a sua continuidade.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Dois: operação de Espanha, como foi explicado, foi uma operação importante em termos de volume para o desenvolvimento da ilha, mas foi considerado que mantê-la nos mesmos moldes, naquele nível de preço não fazia jus ao tipo de turismo que nós defendemos para a ilha Terceira.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Terceiro ponto: a aposta continua fortíssima no mercado da Terceira com investimento de marketing a diversos níveis.

Relembro: a ilha Terceira mantém durante o inverno uma operação direta com Boston, com os Estados Unidos, que alimenta muito a nossa oferta.

No final do ano passado iniciámos uma nova operação para o Canadá.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está em vigor a nova operação?

A Oradora: Na primavera deste ano iniciámos uma nova operação para Londres. Chegou ainda em vésperas da pandemia a ser anunciada a possibilidade de começarmos uma operação para França. Agora foram interrompidas pelo contexto que vivemos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora está a brincar!

A Oradora: ... estas e tantas outras, mas isso não vos dá razão para falar em falta de estratégia, muito pelo contrário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Foram só estas!

A Oradora: Aliás, é fruto desta estratégia clara e forte que conseguimos ter na Terceira a mais baixa taxa de sazonalidade de todo o arquipélago e as taxas de crescimento de relevo que temos vindo a verificar, quer queriam, quer não queriam, a bem da Terceira.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que são negociatas no turismo e faço um protesto!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou-me borrifando para sondagens! Tenho trabalho!

Presidente: Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira está no uso da palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Eu percebo que afirma que não se pode comprometer com uma posição em relação a esta situação, porque isso é da responsabilidade do Conselho de Administração.

Eu devo dizer-lhe, Sr. Secretária, se existe uma operação que é danosa para a companhia, logo danosa para o erário público e o erário público é o dinheiro de todos nós e quem nos representa é o Governo, como acionista único tem a responsabilidade de pedir contas à administração a saber o que é que se vai fazer com esta situação, porque a administração está lá para administrar o dinheiro de todos nós, cujo acionista último e único é o Governo Regional.

Portanto, só há três hipóteses: há uma operação danosa que se vai manter, ou vai-se resolver essa situação?

Essa situação pode-se resolver de duas maneiras: ou acaba-se com a operação e vai-se prejudicar uma vez mais a Terceira, ou vai-se resolver a situação reabrindo a base na ilha Terceira e fazendo com que fique efetivamente uma plataforma giratória como era suposto ser a aeronave estacionada na ilha Terceira para poder começar os voos mais cedo. Este era efetivamente o desiderato que se pretendia com esta iniciativa.

Portanto, Sra. Secretária, não me venha dizer que o plano estratégico para a Sata e de reestruturação só pode apresentar daqui a seis meses, porque ele era para ser apresentado antes da pandemia e esta questão muito em particular que lhe estou a colocar não tem nada a ver com a pandemia, tem a ver com a

distribuição interna. Ainda antes de haver a liberalização do espaço aéreo, no tempo do Dornier, em que havia a base na Terceira, em que se tornou muito mais eficiente a distribuição de passageiros inter-ilhas, havia uma base na Terceira e, portanto, isto é uma questão que não tem a ver sequer nem com a pandemia, nem com a liberalização do espaço aéreo. Tem haver com uma operação que tem que se tornar eficiente e o Governo Regional não pode dizer que desconhece ou que não tem opinião.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária já disse que não apresenta argumentos adicionais, que a resposta está a ser preparada. Pensamos que não, pensamos que era sua obrigação neste momento, tendo em conta a gravidade da situação, que apresentasse aqui já alguns argumentos que poderiam ser utilizados.

O que o Governo faz neste momento é absolutamente desvalorizar uma situação que é grave, como se fosse uma situação de rotina, mencionou uma situação semelhante de 98 ou de 2000. Falamos de um regulamento de 2014 ou atualizado em 2014 e, portanto, era fundamental que o Governo desse mais informações e era fundamental, como já disse, que estivesse cá o Sr. Presidente do Governo e que também assumisse essa responsabilidade, até porque nós estamos na presença de imposições que são demasiado severas mesmo nesta fase.

O ponto 110 da comunicação diz que nesta fase um empréstimo que é contraído pela Sata, que tem aval do Governo, portanto, não são verbas concebidas pela União Europeia, obriga o Governo português, através da Sata e através do

Governo Regional, a prestar contas mensalmente sobre a forma como vai gastar o dinheiro.

Portanto, aquilo que era alguma soberania que podíamos ter desaparece completamente, o que entra claramente em contradição com aquilo que foi afirmado pelo Sr. Deputado Francisco César em 2017 aqui, em que dizia que não seria um burocrata de Bruxelas a decidir o futuro da Sata.

Portanto, nós estamos numa situação de absoluta dependência, está na comunicação, ...

Deputado Francisco César (PS): Até parece que temos prazer em ter a comissão europeia a fiscalizar isso tudo!

O Orador: ... significa que a Sata todos os meses tem de justificar como é que irá gastar o dinheiro, de uma ajuda que não é comunitária, é um financiamento seu, e a Sra. Secretária desvaloriza a situação, diz que os argumentos estão a ser estudados quando aquilo que era a sua obrigação era neste momento apresentar já argumentos que pudessem tranquilizar esta câmara e os açorianos e isso não faz. O Governo está numa absoluta estratégia de negação da situação, empurrando tudo para depois das eleições, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: ... para que não assuma a responsabilidade e que os açorianos possam julgar o Governo daquilo que é a irresponsabilidade de 10 anos de má gestão da Sata, daquilo que é a situação financeira, das consequências mais graves com aquilo que é o inquérito levantado pela Comissão Europeia.

Deputado Carlos Silva (PS): Essa cassete já está gasta!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um debate sobre transportes e mobilidade teria naturalmente o PSD e eu próprio que trazer também a ilha Graciosa a este plenário.

Queria desde logo apenas colocar duas questões, ou uma questão, que transmiti ao Governo Regional há 15 dias que é uma preocupação naturalmente dos graciosenses.

A Sra. Secretária disse aí que lhe causa alguma perplexidade discutirmos transportes numa altura de pandemia.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Eu acho que me causa perplexidade se não o fizemos, porque neste momento os transportes são talvez aqui o mais importante que nos pode de alguma forma tranquilizar para que o desastre económico que tem assolado a nossa economia com esta pandemia seja de alguma forma minimizado com um esforço suplementar em garantir uma melhor rede de transportes aos açorianos e desde logo aos empresários e aos produtores de uma ilha pequena como a Graciosa que precisam de facto de um modelo de transportes que sirva para capacitar a produção daquela ilha que tem tanta qualidade e tanta capacidade que não poderá ser desperdiçada.

Nessa medida, questioneei o Governo há 15 dias, se o Governo tinha alguma intenção e se havia alguma oportunidade para a linha branca da Atlânticoline poder ser prolongada e desde logo esta linha ser consolidada, porque foi de facto a mais valia que vem trazer à Graciosa neste período de pandemia em termos de transportes, que salvaguardou a produção dos graciosenses e que

trouxe alguma riqueza e desenvolvimento àqueles que trabalham a terra e àqueles que querem o desenvolvimento da ilha Graciosa.

Nesse sentido, se nós contarmos apenas com aquilo que foram as posições da maioria já sei que me vai dizer eventualmente que estes barcos não servem.

Aqui há uns anos quando pedimos a linha lilás estes barcos também não serviam, mas essa não será certamente uma razão válida.

Por isso, gostava que a Sra. Secretária pudesse dar uma boa notícia aos graciosenses dizendo que vai dar instruções à Atlanticoline para prolongar e consolidar a linha branca nas viagens para a ilha Graciosa por mais algum tempo, desde logo pelo maior tempo possível que for necessário para garantir a maior mobilidade e melhores transportes naquela ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, Colegas de Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa, o que eu disse em relação aos transportes e, aliás, poderia até nesta época de pandemia realçar tudo o que tem sido feito no âmbito dos transportes, nomeadamente o que tem sido feito pela Sata, mas não foi por aí que foi.

O que eu disse foi que não poderíamos discutir transportes sem ter em conta a situação que estamos a viver. Estamos a falar como se nada fosse.

Deputado Mário Tomé (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Foi isso que eu disse. Se não percebeu ou se me exprimi mal, aqui está o esclarecimento.

Em relação à linha branca. É um assunto que tem de ser avaliado com algum cuidado. Não vou falar da embarcação, ao contrário do que o senhor presumiu que eu iria fazer, não só porque estamos a falar em condições de mar adversas

no inverno e que, aliás, já tivemos, julgo eu, agora um cancelamento na semana passada precisamente por causa das condições do mar. O mar de inverno não nos dá a garantia da regularidade do serviço, mas também ... **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Mas a eficiência! O vento, o tempo, o mar, os furacões ...!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, eu agora poderia fazer considerações acerca do facto de me estar a interromper. Eu não o interrompi, agradecia que não fizesse o mesmo.

... não só por causa disso, mas também porque o navio Jaime Feijó tem agora uma manutenção prevista que durará cerca de um mês. Mas como lhe disse é um assunto em avaliação e não é exatamente pelas razões que o senhor presumiu que eu iria adiantar que esta situação não está a ser avaliada.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado! Mas há mais navios!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, registo que não respondeu à minha questão, mas também devo dizer que lamento imenso que o Presidente do Governo Regional e o Sr. Vice-Presidente a tenham deixado sozinha neste “mato sem cachorro”, porque tenho a certeza absoluta que não tomou sozinha ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não está sozinha! Nunca a deixamos sozinha!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está mal-acompanhada!

A Oradora: ... a decisão de pedir, de fazer as ajudas de estado à Sata sem a ajuda ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fuja, Sra. Secretária!

A Oradora: Oh, Sra. Presidente, assim é impossível. Eu tenho muito pouco tempo e não consigo.

Tenho a certeza absoluta que a Sra. Secretária não tomou sozinha a decisão de fazer as ajudas de estado à Sata sem ter pedido a devida autorização a Bruxelas. E não, Sr. Francisco César, nesta Casa nenhum deputado votou que as ajudas de estado à Sata se fizessem sem pedir a devida autorização a Bruxelas. Votámos, sim, que se devia fazer as ajudas, mas com os procedimentos regulamentares que deviam ser, que era nomeadamente pedir autorização a Bruxelas e isso ninguém aqui votou.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está sozinha, pode é estar malacompanhada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada Independente esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):**

Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, em relação à situação que colocou não me adiantei mais, porque não tinha de facto mais nada a dizer, além daquilo que lhe disse.

A Sra. Deputada parte do princípio de uma análise de custo/benefício, aliás, de uma análise de custos, a solução atual é pior do que aquela que a Sra. Deputada pressupõe. Eu não sei. Não tenho essa avaliação feita, quem tem que a fazer é o Conselho de Administração e só então ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Peça para fazer!

A Oradora: Mas a Sra. Deputada parte do princípio que é uma situação que é ... O que a Sra. Deputada disse na sua segunda intervenção é que era uma situação deficitária e que o acionista tinha de intervir. O acionista não sabe se é uma situação deficitária nos termos em que os dispõem e, portanto, não posso dizer mais do que aquilo que lhe disse que é uma situação para o Conselho de Administração avaliar e se for de adotar outra medida, adotará, e mantenho essa situação, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Garanta-me!

A Oradora: ... sendo certo que o que me pediu foi se eu me poderia comprometer com o facto de inverter esta situação ou se iria dar mais uma machadada na Terceira. Foi isso que me colocou e o que lhe disse foi não podia comprometer sem uma avaliação do Conselho de Administração, que é um órgão de gestão de uma empresa pública e não se pode querer que um dia não interfiramos e noutro dia passemos a interferir. Portanto, a resposta foi essa. Quanto ao facto de eu estar desacompanhada do Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo, pois estão aqui três dos meus colegas por quem eu tenho enorme estima e que me fazem uma excelente companhia.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): É uma fatalidade!

A Oradora: Para além disso eu aguento-me muito bem sozinha.

Muito obrigada pela sua preocupação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar acabar este debate ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pois não!

O Orador: ... sem agradecer ao Sr. Deputado Artur Lima os elogios que me dirigiu. Eu sei que não é fácil receber elogios da sua parte.

Deputada Graça Silveira (Independente): É bom sinal!

O Orador: Sei que é uma coisa que não acontece muitas vezes com certeza, mas queria dizer-lhe também que não são merecidos, quando muito e se insistir muito em atribuir-me aquilo que disse eu tenho que dividir com os meus colegas da Graciosa que, como sabe, como já deve ter percebido, trabalhamos em bloco, somos um grupo coeso. Também teria que dividir isso com os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que aqui estão e que me acompanham neste trabalho e em última análise tinha que também distribuir esses elogios por todos os deputados desta bancada, porque é aqui nesta Casa que se tomam as decisões que melhoram a vida dos graciosenses e também dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para mim, Sr. Deputado, posto isto, digo-lhe sinceramente que pouco tem importado a visibilidade do trabalho que desenvolvemos e também pouco me tem importado a paternidade das iniciativas. O que mais me importa é o bem da população da minha ilha e dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ainda para intervir no debate. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer três coisas.

Sr. Deputado José Ávila, politicamente é muito relevante aquilo que se diz e aquilo que não se diz, a quem se agradece e a quem não se agradece. V. Exa. agradeceu a toda a gente, os deputados da Graciosa, todos os deputados do Partido Socialista, menos ao Governo. Eu considero que isso é relevante.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É verdade! Registei!

O Orador: Depois devo dizer também que dizia a Sra. Secretária: “conhece outro lugar do mundo onde se faça algum tipo de esforço para garantir um abastecimento das ilhas?”

Eu devo-lhe dizer senhora que conheço um lugar do mundo e esse lugar chama-se Açores nas oito ilhas restantes, que não a ilha do Corvo, que chega a estar 50 dias sem abastecimento marítimo regular.

Portanto, não temos que ir muito longe, só temos que ir às nossas ilhas irmãs. Não é preciso ir muito longe. Podia-lhe dar evidentemente muitos mais exemplos.

Diz V. Exa. conhece mais algum exemplo de uma embarcação que tenha a capacidade para navegar naqueles mares do Grupo Ocidental e garantir um abastecimento regular?

Conheço, sim senhora. A embarcação chama-se Malena ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino.

... e é a embarcação que neste momento está a garantir o abastecimento na ilha das Flores, uma proposta aliás do PPM nessa matéria, que V. Exa. executou antes mesmo da mesma ser submetida a votação.

Portanto, é ou não é possível fretar um navio com capacidade para abastecer uma das ilhas do Grupo Ocidental mesmo nestas condições de mar que vamos enfrentar no inverno? É.

A prova é que está a ser feito em relação às Flores.

Porque é que não está a ser feito em relação ao Corvo?

Porque V. Exa., o Governo Regional, não está a desenvolver os esforços para resolver o problema do abastecimento da ilha do Corvo. Sabe porquê?

Porque não querem gastar dinheiro com a ilha do Corvo.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Não foi isso que eu disse!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para o debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Francisco tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos praticamente do término do debate que foi requerido aqui no âmbito de análise de políticas de transportes e a situação dos transportes na nossa Região.

Penso que passado algum tempo de discussão há duas matérias que merecem pelo menos alguma reflexão e que eu achava e considero que deveriam ter sido

objetivo específico de análise de cada uma das bancadas e a primeira que não vi e que muito me chocou é o facto ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não basta mandar na sua, quer mandar na dos outros também!

O Orador: ... de em praticamente todas as análises que foram feitas por estas bancadas, praticamente todos os deputados que fizeram intervenções ignoraram a situação de pandemia que nós atravessamos. Todos os partidos políticos que aqui estão ignoraram provavelmente aquele que foi o maior acontecimento com influência direta na vida das pessoas, na vida das empresas desde as últimas duas guerras mundiais.

Não se ria, Sra. Deputada, porque desde 1945 que nós não temos nenhum acontecimento que tenha tido tamanho impacto na vida das pessoas e das empresas.

Nós fechámos empresas, a atividade, nós restringimos a circulação de pessoas, nós criámos o temor nas pessoas de que viajar poderia ser prejudicial para a sua saúde e em momento algum verifiquei aqui que os Srs. Deputados na sua análise dissessem: “Bom, nós estamos a discutir transportes.” Os senhores nem olharam como é que os transportes que nós temos nos Açores se comportaram em momento de pandemia, muito menos referenciaram como é que nós podemos perspetivar o futuro num cenário de pandemia que é totalmente indefinido. Totalmente indefinido!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): A maior anormalidade foi o que os senhores fizeram à Sata antes da COVID!

O Orador: Portanto, parece-me de bom tom para quem está em casa a ouvir, para os jornalistas que aqui estão muito atentos, que pelo menos o cenário de referir “há uma pandemia, há restrições à circulação de pessoas”, “há um temor generalizado ainda de viajar e de obter fluxos turísticos”?

Eu acho que deveriam ser no mínimo salientados e tidos em conta, até porque a atual situação não é uma situação de normalidade.

Nenhum dos Srs. Deputados pode aqui dizer vamos perspetivar o futuro para a Sata, para a TAP, ou para a Ryanair que vem à Região, exatamente da mesma maneira que poderiam fazer há um ano atrás.

Como é que é possível vir a esta bancada partidos que são responsáveis, que tem projetos políticos, que querem ser poder nesta Região, mas ignoram ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não!

O Orador: ... que os cenários de hoje não podem ser feitos com os mesmos instrumentos e com a mesma informação que tínhamos há um ano atrás.

Deputado Luís Garcia (PSD): Informação que os senhores nos escondem!

Deputado Carlos Silva (PS): É pública!

O Orador: É um erro!

Segundo: porque é que os Srs. Deputados não dizem o papel que tiveram os transportes, a nossa companhia aérea no período de pandemia? Foi ela que manteve o abastecimento de mercadorias por via aérea, com transformação de aviões em aviões cargueiros; foi esta empresa pública que conseguiu manter para o continente voos regulares de transportes de carga que permitiram também abastecer a nossa Região; foi esta companhia aérea que foi até China quando foi necessário ir buscar material médico para a nossa Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ui! Esse material tão bom!

O Orador: Por algum momento ouvi os Srs. Deputados falarem nisso?

Parece que nada se passou! Hoje olham e veem a este Parlamento dizer “mas temos quebras de fluxos turísticos, temos menos voos” e culpam-nos por causa disso.

Oh, Srs. Deputados, isso é inacreditável! Os senhores já foram a Lisboa recentemente?

Já repararam que em Lisboa há uma das pistas do aeroporto de Lisboa está totalmente ocupada por aviões da TAP que não voam, porque não têm passageiros?

Eu fui à Região Autónoma da Madeira, Sras. e Srs. Deputados, havia oito passageiros num avião.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o cachalote?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O cachalote já não voava antes da pandemia!

O Orador: A Região Autónoma da Madeira tem menos voos diários do que tem a ilha de São Miguel e os Srs. Deputados acham que podem vir a esta bancada, claro que podem, mas acham que é normal virem a este Parlamento como se nada se tivesse passado e como nós pudéssemos exigir à vontade tudo e mais que seja desejável num cenário que é totalmente indefinido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Milhões de prejuízo!

O Orador: Depois falam da ilha Terceira como se a postura deste Governo, desta bancada socialista, fosse uma postura de penalização para a ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, não há Açores fortes sem uma ilha da Terceira forte.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não há Açores fortes sem todas as ilhas serem uma prioridade para a Região e para o Partido Socialista.

Por isso, é que nós podemos comparar o que é comparável e o que é comparável é que em 2015 nós tínhamos um número de voos para a ilha

Terceira na ordem dos 4.676/ano, em 2019 nós tínhamos um número de voos de 6.027.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga todos!

O Orador: Isto é abandonar a ilha Terceira, isto não é dar prioridade à ilha Terceira?

Sras. e Srs. Deputados, o trabalho que temos feito ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E em 2020?

O Orador: ... a par dos agentes turísticos e de todos os açorianos e açorianas que nos têm ajudado nesta matéria, tem sido um trabalho que muito nos orgulha e que nos continuará a orgulhar para ultrapassar esta crise que estamos a atravessar.

Deputada Graça Silveira (Independente): O senhor já se orgulhou de coisas que eu não me queria orgulhar!

O Orador: Para mais! Os Srs. Deputados também vêm aqui com uma postura. Eu percebo que estamos em época eleitoral, muitos Srs. Deputados estão mais ou menos nervosos tendo em conta o panorama político e percebo que alguns estejam mesmo nervosos.

Deputada Graça Silveira (Independente): O único que está a fazer comício político é o senhor!

O Orador: Os Srs. Deputados criticaram-nos porque não havia Ryanair na Terceira, “não há Ryanair na Terceira, os senhores que venham explicações, a Ryanair vai abandonar a Terceira, por culpa do Governo dos Açores.”

Nós dissemos que é especulação, não há nada que permita dizer que a Ryanair se vai embora da Terceira. A Ryanair fica na Terceira, refere que vai continuar a operação, o Governo da República renovou aquele que era o apoio no âmbito do PREIT ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Já não existe!

O Orador: ... e os senhores vêm-nos criticar por ter havido um problema.

Sra. Deputada, Sras. e Srs. Deputados, os governos existem para resolver problemas e para dar atenção às situações que se colocam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: É isso que temos feito e é isso que vamos continuar a fazer. Esta é uma prova que de todas as entidades que foram chamadas para o assunto se esforçaram, trabalharam em conjunto com os operadores turísticos e hoje a Ryanair na Terceira continua a ser uma realidade de gateway para a ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os senhores vêm falar aqui da Sata. Eu acho inacreditável que os Srs. Deputados venham falar da Sata num cenário de pandemia como se nada tivesse acontecido nos últimos seis meses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os 60 milhões de 2018?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O cachalote?

O Orador: Nos últimos seis meses as companhias aéreas na Europa tiveram um prejuízo de 70 mil milhões de euros. 70 mil milhões de euros o prejuízo que as companhias aéreas tiveram na Europa! Nem falo da American Airlines, da Continental ou da Delta. Estou a falar só da Europa. 70 mil milhões de euros!

Ajudas de estado de 30 mil milhões de euros: Lufthansa, TAP, Austrian Airlines, Air France, até a British Airlines, SAS, tiveram todas apoios do estado e os senhores acham extraordinário que a Sata venha ter apoios do estado e até com algum prazer disfarçado, até com alguma satisfação disfarçada vem dizer

“estão a ver, a Comissão Europeia vai impor uma reestruturação.” Eu não disse que eram todos, Srs. Deputados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Agora, Sras. e Srs. Deputados, ninguém gosta da situação de solicitar a Bruxelas que esse autorize algum tipo de reestruturação na empresa que seja dito que Bruxelas tenha alguma influência.

Já o disse no passado, como aqui e bem foi citado, como continuo a dizê-lo. Agora, seu perfeito juízo ...

O quê?

Deputado Luís Maurício (PSD): Pergunte ao Sr. Eng.º Vitor Fraga, então Secretário Regional, se ele pensa como estás a dizer?

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Agora, o que não aceito é que venham dizer que a empresa deve apresentar neste momento um plano de reestruturação, quando o plano de reestruturação será apresentado à Comissão Europeia e isso será naturalmente negociado com a Comissão Europeia e diferente daquele que hoje é apresentado a esta mesma instituição, por uma razão muito simples, porque parte de um processo negocial que é habitual neste tipo de processos, da mesma maneira que se deve ter a noção que a Sata deve enquadrar toda a sua operação naquilo que poderão ser as negociações com a Comissão Europeia e manda a prevenção e o cuidado que toda essa rede que seja criada seja uma rede que permitia exatamente dar um passo atrás agora, para poder no futuro dar dois passos em frente.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, em matéria de transportes ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em matéria de transportes vai dar um passo atrás, é isso?

O Orador: ... nós temos consciente do que aconteceu, nós temos consciência do que está a ser feito e têm aqui, os açorianos e as açorinas, o nosso

compromisso de que tudo faremos para que os transportes na Região neste cenário atual possam ser o melhor possível, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o cachalote? O que é que o senhor fez com o cachalote?

O Orador: ... possam servir a nossa terra, possam servir as nossas acessibilidades e possam num cenário, que é um cenário muito complicado, ter futuro e que a nossa companhia aérea possa continuar a servir a Região como tem servido no passado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para realizar um protesto e explico. O protesto tem a ver com o facto do Sr. Deputado Francisco César ter referenciado que todos os deputados manifestavam satisfação pela situação em que se encontra a Sata e isso é algo que eu considero profundamente ofensivo, porque obviamente eu não fico contente quando as coisas não correm bem às nossas empresas e aos Açores.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: _

Sr. Deputado Francisco César, não vale tudo.

O Sr. Deputado fez a sua intervenção quando algumas das bancadas já não tinham tempo para lhe poder responder. Eu quero dizer-lhe o seguinte: eu estou

aqui sempre, sempre para defender os interesses dos Açores. Eu não fico contente quando alguma coisa corre mal com algumas das nossas empresas, quando alguma coisa corre mal com os interesses dos Açores.

Para mim os interesses dos Açores são sagrados em todas as situações e, portanto, Sr. Deputado, eu não lhe permito, eu exijo um pedido de desculpas em relação a essa apreciação. Eu não tenho nenhuma satisfação em relação à situação em que se encontra a Sata e a situação em que se encontra a Sata (e a situação em que se encontra a Sata, Sr. Deputado, também lhe devo dizer) não tem apenas a ver com a situação de COVID-19. Temos de ser sérios, honestos e íntegros nas nossas análises, porque a situação de autêntica falência em que se encontra a Sata é uma situação anterior à pandemia, Sr. Deputado, e o Sr. Deputado sabe bem isso. O Sr. Deputado sabe bem que o ano passado tivemos prejuízos superiores a 50 milhões de euros. A Covid-19 ainda não tinha aparecido no horizonte. O Sr. Deputado sabe bem que em 2018 tivemos prejuízos na Sata superiores a 60 milhões e euros. O Sr. Deputado sabe bem que a COVID-19 ainda não tinha aparecido no horizonte. Portanto, a COVID-19 não pode servir para tudo.

Agora, Sr. Deputado, eu mantenho este tom absolutamente civilizado no âmbito do debate que é assim que tem de ser.

Quero dizer-lhe: não posso, não é uma boa prática da sua parte e da sua bancada achar que alguém, e no que me diz respeito pessoalmente, que eu fico satisfeito quando os resultados não são bons para as empresas ou para qualquer setor dos Açores.

Muito pelo contrário, fico bastante insatisfeito e por isso é que eu quero mudar as coisas, quero um melhor Governo e quero que a Sata seja melhor administrada. Os senhores deviam assumir as vossas responsabilidades e não atribuir este tipo de afirmações, de satisfação em relação ao que corre mal.

Eu preferia que os senhores governassem mil anos e que os Açores fossem um local mais feliz e mais justo, mas não é assim que está a acontecer, por isso eu tenho uma posição diferente de V. Exa., mas nunca, nunca fico contente quando as coisas correm mal.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Muito bem! Sinto-me representada nas palavras do Sr. Deputo Paulo Estêvão!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Também quero protestar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, Sr. Deputado Francisco César.

Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu por acaso tive algum cuidado e por acaso acho que o Sr. Deputado também deveria ter tido o mesmo cuidado que tive. Eu referenciei que há alguns deputados nesta Casa que evidenciam ...Tive o cuidado até de retificar, porque da primeira vez disse todos, depois retifiquei, alguns deputados com algum prazer disfarçado. Foi essa a expressão que disse, que evidenciam isto.

Portanto, posso ter essa dedução, tenho esse direito, posso dizer o que bem entendo nessas matérias.

Agora, Sr. Deputado, eu acredito que V. Exa. não tem nenhum prazer.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor faz insinuações!

O Orador: Não vi em que a Comissão Europeia tenha aberto um inquérito para verificar da conformidade ou não das medidas que tomamos e que aprovamos todos aqui no Parlamento, nomeadamente de aumento de capital, faço-lhe essa justiça. O Sr. Deputado fez essa intervenção, porque calculo que não queria que esse anátema ficasse sobre si. Não foi essa a intenção.

Agora o que posso dizer é que permite-me a dedução de que algumas pessoas pareciam ter um prazer disfarçado com este anúncio da parte da Comissão Europeia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem?

O Orador: É algo que digo e que assumo.

Obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas acuse! Diga quem são as pessoas e porquê!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito para o debate o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César tentou branquear a situação da Sata que foi muito discutida aqui por todas as bancadas, tentou branquear com o COVID, sabendo e tendo sido apresentados números pelas diversas bancadas que a situação da Sata não tem absolutamente nada a ver com o COVID.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Aliás, aquilo que disse o Presidente do Conselho de Administração que eu citei ali foi que com ou sem COVID a Sata precisava da autorização de Bruxelas para a sua reestruturação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Portanto, aquilo que disse é falso e tentou branquear a situação e a verdade o que está aqui em causa é uma empresa que só na presente legislatura teve prejuízos de 160 milhões de euros até dezembro de 2019. Não a ver com COVID. Teve 260 desde que o Sr. Presidente do Governo, o atual, é Presidente do Governo.

Portanto, o que está aqui em causa são situações anteriores ao COVID. Tudo o que disse não corresponde à realidade. Não corresponde à realidade.

Aquilo que também disse o Sr. Deputado José Ávila, que depois também não tive oportunidade de responder, que o mercado da aviação deu prejuízo.

Em 2019 os lucros das empresas de aviação foram de quase 30 mil milhões de dólares em todo o mundo. Portanto, há empresas que deram lucro, há outras que não deram. A Sata deu prejuízo e vem dando prejuízo desde 2014, apesar dos avisos e das iniciativas que foram tomadas e o Governo deixou andar.

Aquilo que o Sr. Deputado também quer branquear é o inquérito como se fosse uma situação normalíssima e não é uma situação normalíssima. É bom que se tenha consciência disso. Aquilo que fez a bancada do Partido Socialista foi ignorar perfeitamente ou durante este debate o inquérito porque é uma situação incómoda. Vou-lhe dizer preocupa muito todos os deputados, deve preocupar todos e também vou-lhe dizer e acredito que o Governo deve estar preocupadíssimo com essa situação também, embora não o queira reconhecer e tente desvalorizar.

Portanto, a situação do inquérito é grave e, aliás, o Sr. Deputado Francisco César, já citámos há bocadinho, disse aqui no dia 5 de setembro de 2017 o seguinte (o Deputado Francisco César, está no Diário das Sessões), a referir “que em matéria de recapitalização e de intervenção na Sata o PS nunca aceitaria que fosse Bruxelas a ditar os termos da reestruturação da Sata, cabendo aos acionistas da Sata, os açorianos, dizer para onde é que a Sata se deve dirigir, nunca sendo um burocrata de Bruxelas a dizer qual seria a reestruturação.” Sabe o que é que está aqui? Já leu este documento?

Deputado José Ávila (PS): O PSD o que é que acha?

O Orador: Já viu o que é que a Sata tem de fazer? Já viu como é que o empréstimo tem de ser aplicado? Não é um burocrata de Bruxelas que está a decidir isso?

O senhor devia pedir desculpa pela demagogia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Com essas afirmações e o que fez hoje não tem credibilidade. O senhor devia pedir desculpa e devia dizer “em 2017 enganei-me”. De facto, a Sata corria esse risco e foi avisado disso. Portanto, tem um pedido de desculpas a fazer se tiver consciência que se enganou e que de facto agora é um burocrata que vai ter de decidir muito daquilo que é a situação da Sata no seu futuro.

E mais! Nós não estamos à espera que o Governo faça muito mais. As eleições são daqui a cinco semanas. O que nós esperamos é que venha um Governo diferente que assuma com realismo a situação da Sata.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai pedir desculpa!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros trouxe a esta bancada, a este plenário, as minhas declarações, estava visivelmente feliz, até sorria, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O especialista em sinais!

O Orador: ... quando apresentou as minhas declarações, como se tivesse conseguido chegar aqui e disse assim: “Apanhei-o! Apanhei o Partido Socialista numa contradição!”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh, Sr. Deputado, peça desculpas!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Peça desculpa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Peça desculpa, Sr. Deputado! Custa assim tanto?

O Orador: Aquilo que eu disse na altura é aquilo que eu digo agora. Nós não queríamos, nem gostaríamos que fosse Bruxelas a ditar os pontos da reestruturação.

Deputada Graça Silveira (Independente): E agora vai ser!

O Orador: Acontece que o que o senhor faz com a maior desfaçatez, sem qualquer tipo de problema, é ignorar uma crise que afetou todas as companhias aéreas no mundo, que obrigou a uma intervenção em praticamente todas as companhias aéreas e depois com todo o prazer coloca-se numa conferência de imprensa atacando pessoalmente o Presidente do Governo, com uma linguagem inacreditável, apenas para ter proveito político.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Aquilo que eu esperava da parte de um partido político e do Sr. Deputado que tanta responsabilidade aparenta ter ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor aparenta não ter nenhuma!

O Orador: ... quando fala sobre essas matérias no seu partido, era que o Sr. Deputado tentasse colocar-se do lado da solução, tentar sugerir caminhos a seguir, mas não. O Sr. Deputado apresenta-se aqui naquela postura de quanto pior para os Açores melhor para o PSD e isso parece-me verdadeiramente inadmissível.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Era o que mais faltava!

O Orador: O Sr. Deputado neste debate não deu qualquer contributo para a solução.

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual é a solução?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Explique o conteúdo do documento, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Deputado neste debate a única coisa que fez foi atacar o Partido Socialista, foi atacar o Governo, foi atacar o Sr. Presidente.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Aquilo que se esperava de alguém que tem responsabilidades no seu partido era que tivesse outro tipo de posturas.

Da minha parte o que lhe posso dizer é o seguinte: a postura que tive em 2017 e que tenho reiteradamente voltado a dizer é de responsabilidade e de que esta solução que está a ser adotada agora é uma solução a que estamos obrigados por causa da situação de pandemia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros pediu a palavra para?

Deputado António Vasco Viveiros (PS): Um protesto relativamente às acusações que me foram feitas pelo Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O protesto tem a ver com as afirmações do Sr. Deputado Francisco César numa conferência de imprensa em que eu estava, que tinham sido feitas acusações pessoais ao Presidente do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Ah, foram!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um protesto?

O Orador: Eu queria que dissesse exatamente que acusações pessoais foram feitas. Acusações políticas sobre a gestão, isso com certeza. Acusações pessoais, quais foram as acusações pessoais que foram feitas ao Sr. Presidente do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Relativamente à insinuação da satisfação ... de ter apanhado ... Oh, Sr. Deputado, as suas declarações de 2017 de setembro tinham sido divulgadas numa nota de imprensa do PSD, não eram de hoje. Portanto, já tinham sido. Chamei aqui a atenção não com satisfação, mas chamando a atenção para aquilo que eram e são as suas contradições e isso é que é grave, são as contradições e falta de argumento.

Portanto, chamar aqui satisfação é ofensivo, como se tiver aqui à caça de apanhar em falso um Governo que está cheio de problemas e que deixa a Região no fim desta legislatura com problemas de pobreza, na educação, e a situação em que deixa a Sata, que é uma situação que deve preocupar a todos, e nós sabemos que o Governo está preocupado, se calhar não demonstra esse nível de preocupação nesta fase, mas sabemos que está.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Francisco César não pretende usar da palavra para o contraprotesto.

A Mesa não tem mais inscrições. Também só o Sr. Deputado João Paulo Corvelo é que tem tempo. Não quer intervir.

Não sei se o Governo nos dois minutos que tem não usará da palavra.

O Sr. Deputado Artur Lima também não o pode fazer, uma vez que esgotou o seu tempo, portanto, não pode fazer o encerramento do debate de urgência.

Nós encerrámos assim este nosso ponto da Agenda.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às cinco e meia.

Eram 16 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 34 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XI – “Sistema de recolha e gestão de informação cadastral”**.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente Turismo.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caro Membro do Governo, muito boa tarde a todos:

As ilhas açorianas criadas ao longo dos tempos através da interação das forças da natureza por via da sua insularidade e da sua origem vulcânica permanecem sujeitas a esta ação, com efeitos diretos sobre o homem, o território e a paisagem e este povo de alma resiliente habituou-se assim a adaptar-se aos desafios da sua geografia, adotando práticas, comportamentos e estratégias quase sempre sustentáveis que resultaram na construção de territórios equilibrados. Por via dessa consciência nos Açores nas últimas duas décadas desenvolveu-se uma panóplia de mecanismos de planeamento, de gestão e de ordenamento de território que são dignos de serem destacados.

Até aos últimos anos do século XX as políticas de planeamento, ordenamento de território foram tímidas e os instrumentos de gestão territorial praticamente inexistentes. No entanto, em 98 o início dos trabalhos de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, o PROTA, marcou uma nova fase em que as questões do planeamento e do ordenamento do território entraram definitivamente na Agenda açoriana.

Recorde-se que então não existia qualquer plano setorial ou especial e eram apenas três os planos diretores municipais e quatro os planos de urbanização em vigor.

Atualmente o arquipélago está coberto por um vasto conjunto de instrumentos abrangendo a totalidade do território terrestre e a generalidade dos recursos, dos nossos recursos, e valores que exigem atenção especial.

Dos 65 instrumentos de gestão territorial, para além do PROTA, existem hoje oito planos setoriais em temáticas como a água, a rede Natura 2000, prevenção e gestão de resíduos, turismo, atividade extrativa, gestão de risco e inundações, gestão de região hidrográfica e alterações climáticas, este último aprovado no ano passado neste plenário, para além dos planos especiais, ou ainda daqueles que são de responsabilidade municipal.

Alguns destes planos são já instrumentos de segunda geração, como são os casos dos planos de ordenamento de bacia hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades e das Furnas e o Plano De Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha Pico. Outros estão atualmente em fase de revisão ou de alteração.

Em paralelo com o desenvolvimento destes instrumentos consolidou-se uma ampla rede de áreas protegidas, distribuídas por nove parques naturais de ilha e aqui destaque para a recente aprovação dos planos de gestão das áreas terrestres dos parques naturais de ilhas do Faial, Pico e São Miguel a par dos planos de ação para as reservas da biosfera das Flores e do Corvo.

Foram também implementados e alterados regulamentos de acesso a estas áreas protegidas, nomeadamente na montanha do Pico, na Caldeira do Faial, na Fajã do Santo Cristo em São Jorge, no ilhéu da Praia na Graciosa, no ilhéu de Vila Franca do Campo e na Caldeira Velha em São Miguel. Tudo ações levadas a cabo nesta legislatura, às quais acrescem a criação do Paleoparque em Santa Maria, a classificação do monumento natural do Vulcão dos Capelinhos, bem como a aprovação do regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas.

Por outro lado, não posso deixar de dar nota da aprovação da resolução do Conselho do Governo que fixa os objetivos e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores no contexto da Convenção Europeia da Paisagem assumindo a importância deste elemento fundamental na nossa Região e da sua salvaguarda.

Neste âmbito a conservação da natureza, a qualidade ambiental, a proteção dos recursos naturais e da paisagem e o ordenamento e a valorização do território não são assim meras teorias, são sim fatores chave essenciais para um modelo de desenvolvimento que ambicionamos para os Açores. Não tenhamos dúvidas: o impacto das opções políticas tomadas pela autonomia é verificável no

território e estende-se muito além dos seus efeitos mais imediatos, tornando-se determinante para o nosso futuro coletivo.

O planeamento e o ordenamento do território entendido como a definição e a aplicação no espaço da generalidade das políticas públicas com vista à organização e à gestão das atividades humanas constitui um fator crítico de desenvolvimento, de coesão territorial e sustentabilidade no arquipélago, mas a sua eficácia em grande medida depende da capacidade de integração das diferentes políticas através de uma abordagem global e coerente e é neste contexto que apresentámos no final do ano passado também a Carta de Ocupação do Solo dos Açores 2018, uma atualização que nos permite conhecer o território com maior detalhe, fazer uma comparação com a anterior de 2007 e ter a consequente perceção das alterações ocorridas identificando as respetivas dinâmicas.

É também com base em todo este trabalho que chegamos aqui, hoje, e apresentamos o Sistema de Informação Cadastral dos Açores por entendermos que não podemos continuar a adiar esta situação e que os Açores têm de dispor de um sistema cadastral fiável e generalizado, enquanto instrumento estratégico para o conhecimento do território.

As tentativas de elaborar um cadastro geral da propriedade em Portugal têm mais de dois séculos sem grande sucesso e nos Açores os resultados são semelhantes, até porque se tratavam de atribuições do Instituto Geográfico Português que só foram regionalizadas em finais de 2007.

Atualmente existem apenas quatro concelhos nos Açores com cadastro geométrico da propriedade rústica em vigor, todos na ilha de São Miguel (Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca), tendo sido concluídos entre 1974 e 1986. Por isso mesmo em 2016, quando os serviços de cartografia e cadastro passaram a integrar esta Secretaria Regional, em concreto a Direção Regional do Ambiente, e não obstante as dificuldades conhecidas e todo o

histórico de implementação do cadastro a nível nacional a nossa decisão foi de avançar de imediato com a conceção e com o desenvolvimento de um modelo próprio para a Região.

Neste contexto, em 2017, começámos a conceber e a executar um projeto de cadastro predial para os Açores com o objetivo da Região passar a dispor no mais curto espaço de tempo possível de um sistema de informação cadastral integral, isto é, que abranja todo o território e todo o tipo de propriedade, seja rústica, seja urbana.

Desde então, vetorizámos, que é como quem diz, informatizámos a informação que tínhamos disponível, adquirimos imagens de satélite de alta resolução e equipámos os serviços com drones e tablets para utilização nos trabalhos de campo, bem como com computadores, impressoras e leitores de cartão de cidadão para os balcões físicos que existirão em todas as ilhas.

Este foi um trabalho base que nos permitiu uniformizar toda a informação existente e criar as respetivas bases de dados que alimentam a plataforma de informação cadastral e que também já está pronta e em condições de ser disponibilizada ao ser cidadão com entrada em vigor do respetivo regime jurídico.

Trata-se de uma plataforma que foi concebida para ser uma ferramenta intuitiva e vocacionada para o uso do cidadão, permitindo a pesquisa de informação predial e o ponto de situação sobre os processos cadastrais, o carregamento da representação gráfica georreferenciada dos prédios (RGG dos prédios), bem como a recolha de um conjunto de dados caracterizadores e identificadores das propriedades existentes no território garantindo que de forma atualizada e imediata cada cidadão possa consultar ou alterar a informação cadastral dos seus prédios.

Mas tendo em conta que nem todos os cidadãos têm a mesma facilidade no acesso às tecnologias de informação e de comunicação e que por melhor que

seja a plataforma podem sempre surgir dúvidas quanto ao conteúdo técnico da mesma, a Direção Regional do Ambiente instalará gabinetes de apoio em todas as ilhas, sendo que em São Miguel teremos dois, com equipamento disponível para o acesso à plataforma, garantindo também a presença de técnicos que prestarão apoio necessário aos utilizadores.

Uma vez que a plataforma vai permitir ao cidadão efetuar a referenciação dos prédios juntando informação topográfica da sua responsabilidade, isto é, gerada com recurso a serviços privados, vamos promover em parceria com a delegação dos Açores da Associação Nacional de Topógrafos a realização de ações de formação complementar em cadastro predial, por forma a disponibilizar técnicos habilitados, se possível em todas as ilhas.

Assim, a iniciativa legislativa que estamos agora a apreciar cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC), adotando medidas para a identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos, urbanos e mistos na Região Autónoma dos Açores. Estabelece o procedimento de representação gráfica georreferenciada dos prédios que inclui um mecanismo de composição administrativa de interesses em situações de conflito entre proprietários.

Cria a plataforma eletrónica de informação cadastral que constitui o elemento central do SiRGIC, agregando a informação georreferenciada relacionada com os prédios, ao mesmo tempo que funciona como plataforma de articulação do cidadão com a administração pública no âmbito do cadastro predial.

Contempla o procedimento de identificação e reconhecimento da situação do prédio rústico ou misto sem dono conhecido, enquadra o acesso e o exercício das atividades no domínio do cadastro predial nos Açores e finalmente prevê a publicitação e ampla divulgação do SiRGIC e das medidas a adotar para a identificação da estrutura fundiária junto dos municípios e freguesias e

população em geral, bem como junto das nossas comunidades açorianas no exterior.

Com o SiRGIC pretende-se concretizar um sistema de cadastro desburocratizado e que retrate, de forma fidedigna, a realidade física das propriedades, permitindo alcançar um conhecimento rigoroso do território, essencial ao desenvolvimento sustentável dos Açores.

Por fim, gostaria ainda de referir que o modelo de recolha e gestão de informação cadastral proposto foi apresentado e objeto de apreciação no Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e a Anteposta do Decreto Legislativo Regional esteve em consulta pública pelo período de 30 dias entre 16 de janeiro e 16 de fevereiro de 2020 no LEGISGRA.

No fundo todo este trabalho que tem sido feito e que está em curso assenta no pressuposto de que o conhecimento e as ferramentas de apoio à decisão são centrais nos processos de planeamento e implementação das políticas públicas e esta é mais uma ferramenta fundamental para o conhecimento do nosso território e para o apoio à gestão dos recursos naturais, ao desenvolvimento de estudos ambientais e à programação também, naturalmente, de infraestruturas e equipamentos, mas também passaremos a dispor de informação com maior atualização e detalhe nos processos de planeamento territorial, isto é, no suporte à elaboração, à alteração, revisão e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, bem como de outros instrumentos de planeamento.

Assim, com o sentido de dever cumprido, apostamos em fazer de todas as ilhas dos Açores territórios mais resilientes, valorizados e sustentáveis, através do equilíbrio entre o desejável desenvolvimento económico, o bem-estar das pessoas e a salvaguarda do ambiente.

Com muito orgulho esta proposta legislativa é mais um objetivo para este desígnio estratégico.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A presente proposta de diploma aprovada em Conselho de Governo Regional em 27 de abril de 2020 visa criar um sistema regional de recolha e gestão da informação cadastral. É esse o seu objeto.

Ora, o PSD apresentou em junho de 2018 um projeto de resolução que recomendava precisamente a criação e implementação de um sistema regional de exploração e gestão da informação cadastral em que se propunha a criação de mecanismos e condições para a implementação de um processo de recolha, armazenamento, tratamento e atualização da informação cadastral de forma eficaz, célere e pouco onerosa e onde a proposta do Governo agora apresentada e que se aprecia tem perfeito e completo enquadramento.

Aliás, atento o afastamento concetual entre o sistema de informação cadastral simplificado e o SiNErGIC e próprio cadastro predial, propusemos uma adaptação que tivesse em conta desde logo a evolução desta matéria nos últimos anos e a visão de futuro para a Região. Defendemos que nesse processo de adaptação era crucial encontrar formas de simplificação dos procedimentos, de agilização no relacionamento com os cidadãos, de promoção de transparência nos processos e de acolhimento de formas inovadoras de georreferenciação dos

prédios. Foi isso que propusemos, foi isso que defendemos e é isso que continuaremos a defender.

Aliás, o próprio Deputado Francisco Coelho, na altura Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reconheceu, conforme se pode ler no seu relatório, que a iniciativa do PSD teve o mérito de chamar a atenção para a necessidade crucial de encontrar formas de simplificação dos procedimentos de processo de registo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sabemos bem que custa ao Partido Socialista reconhecer qualquer mérito nas propostas e nas iniciativas do PSD. Neste caso em concreto começou-se por dizer que o que o PSD propunha já estava feito, para depois se passar a dizer que o que o PSD propunha era ultrapassado e não praticável.

Vejamos: em audição na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo considerou e passamos a citar o relatório “ser extemporânea a iniciativa do PSD, porque recomendar que se inicie o que já está a ser feito pela Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo desde há quase dois anos”.

Em plenário e sobre a mesma proposta e iniciativa do PSD o Partido Socialista, por um lado, considerou a proposta de resolução do PSD passadista e inoperacional, mas por outro considerou também que o ponto um da sua componente resolutiva estava feito, ou seja, considerou que a aplicação das ações e medidas necessárias para a criação, implementação de um Sistema Regional de Exploração e Gestão da Informação Cadastral com cobertura integral do território proposto pelo PSD estava feito.

Uma perfeita contradição que nos faz lembrar a frase do célebre Sá Carneiro: “A política sem risco é uma chatice e sem ética uma vergonha.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ainda bem que o PSD não apresenta propostas para ficar na linha da frente. Não nos movem os louros da autoria das propostas. Importa para nós a consequência das medidas que sejam adotadas e neste caso em concreto ficamos satisfeitos com o facto de termos contribuído para a resolução de mais um problema, pois a verdade é que a iniciativa do PSD embora chumbada serviu para pressionar e motivar o Partido Socialista a adaptar a legislação nesta matéria e a finalmente apresentar este diploma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Senão vejamos: o que fez o Governo Regional em matéria de cadastro nesta legislatura até à apresentação da iniciativa do PSD?

Pouco, muito pouco.

Em 2017, por exemplo, na componente de informação geodésica, produção cartográfica e cadastro predial de uma dotação prevista de cerca de 207 mil euros a execução foi de pouco mais de 25 mil euros e estes números falam por si.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em termos de legislação tributária quanto maior for a segurança jurídica relativamente aos direitos de propriedade e maior rigor tiverem as respetivas avaliações prediais, mais robustos serão os mercados imobiliários e a própria economia.

A existência de um sistema de cadastro configura-se assim neste aspeto essencial. Além de evitar muitos problemas de litigância jurídica, permite evitar erros na avaliação das propriedades e desencorajar a especulação imobiliária, dando mais equidade à tributação e facilitando fiscalizações, licenciamentos e expropriações.

A abertura da nossa economia ao exterior e as próprias políticas públicas de planeamento e gestão do território reforçam a necessidade de existência de um sistema de cadastro com cobertura integral do território.

Como bem sabemos, no sistema de informação cadastral simplificado não se exige um levantamento de campo para determinação das extremas já que essa identificação é feita pelo proprietário em gabinete sobre ortofotos. Esta metodologia, como já aqui afirmámos, tem originado comentários bastante críticos de vários setores, entre eles dos juristas, pois o edifício legal é inconsistente, isto é, a legislação atual contém várias divergências quanto ao direito de propriedade, conseqüentemente não se afastará a litigância jurídica. Esta é uma preocupação que desde o início nós manifestámos, mas o bom é inimigo do ótimo e neste caso o razoável é inimigo do mau. Portanto, vamo-nos contentar com o razoável. Esperamos, no entanto, que a publicação das portarias que regulamentarão este diploma não tenham que esperar tanto para ver a luz do dia como este próprio diploma teve que esperar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Julgo ser unânime nesta Casa a necessidade da criação e implementação de um sistema de cadastro. Sem dúvida que esta é uma ferramenta necessária e fundamental à nossa Região.

Em 2019, como já foi dito, foi apresentada a iniciativa do PSD que visava exatamente colmatar esta lacuna que ainda existia. O CDS votou favoravelmente quanto à mesma iniciativa e consideramos que os argumentos que na altura apresentámos continuam a ser válidos e são os mesmo que nos movem também na apreciação da iniciativa que agora temos aqui presente.

Sem dúvida que é fundamental a execução para políticas públicas de ordenamento de território, é fundamental esta ferramenta para a simplificação do processo de registo, para a eliminação da duplicação de registo, ou seja, é necessária uma ferramenta que sirva e ajude verdadeiramente os cidadãos.

Todos nós sabemos que o litígio é um dos grandes problemas com que as pessoas se deparam. Existem diversas situações que por vezes são muito difíceis de ultrapassar como temos artigos que são de vários donos, temos situações de prédios que são partilhados em que umas pessoas têm um terço, outras têm outro terço e, portanto, há uma panóplia de situações que muitas vezes são difíceis de resolver, até mesmo os próprios limites das propriedades, muitos são os casos em que os próprios proprietários não os conhecem de forma tão linear quanto isso e, portanto, existem muitos fatores que muitas vezes são condicionadores e como tal é necessário que esta ferramenta dê a adequada resposta aos cidadãos para que possa efetivamente ser ultrapassada esta lacuna que temos até hoje.

Portanto, o que é fundamental aqui, para além da apresentação da iniciativa legislativa é como tudo isto se irá operacionalizar e é isso que nos preocupa, é como na prática tudo isto será implementado.

Quer na discussão da iniciativa do PSD em 2019, quer agora no trabalho também em comissão uma das divergências seria quanto ao custo da implementação deste sistema de registo, em que a Sra. Secretária avançou que este teria um custo muito mais reduzido no valor da ordem dos 500 mil euros e, portanto, também perguntava, Sra. Secretária, era que desta verba dos 500 mil

euros e uma vez até porque foi adiantado que este trabalho estava a ser feito, salvo erro, desde 2016, desta verba o que é que já foi executado e também em relação aos prédios e uma vez que foi também dito que estava a ser feito esse levantamento em relação aos ortofotomapas, em relação à fotografia aérea, queria lhe perguntar se já estão todas as ilhas carregadas e o que é que já está catalogado.

Quanto ao trabalho que é feito nas diversas ilhas e como até mencionou agora na sua intervenção quanto ao balcão físico, queria lhe perguntar também se já está implementado em todas as ilhas, inclusive na ilha de São Jorge e com os diversos equipamentos, porque a verdade é que julgo que estes balcões físicos terão um papel fundamental, porque apesar e por mais intuitivo que a tecnologia e o sistema seja, a verdade é que temos muitos casos de uma população já envelhecida e com algumas dificuldades na utilização destas tecnologias. É o que acontece nomeadamente nos subsídios no âmbito da agricultura em que o próprio agricultor pode fazer a sua candidatura, mas a verdade é que (e falo pela realidade de São Jorge) praticamente todos recorrem ao Serviço de Desenvolvimento Agrário para que seja feita a candidatura.

Portanto, acho que estes balcões físicos vão ter um papel fundamental, portanto, acho que é primordial que sejam devidamente equipados, que os técnicos associados ao mesmo tenham a formação adequada para darem a resposta necessária.

A verdade é que este sistema já há muito tempo que é falado, já há muito tempo que é reconhecido e há algo que também temos que dizer é que efetivamente existiu aqui um avanço mais acentuado depois desta iniciativa que na altura foi chumbada em dezembro de 2019 do PSD, mas claro que acho que é algo unânime efetivamente a resolução deste problema, mas continuamos a defender que tudo será muito dependente de como tudo isto se irá operacionalizar.

É crucial também, parece-nos que existe uma articulação do cidadão, mas também entre os organismos públicos, que agregue toda a informação para que tudo isto seja mais facilitado e continuamos a dizer e que sirva verdadeiramente os cidadãos, que é isso que julgamos que é fundamental.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

O Governo Regional apresenta aqui uma proposta de Decreto Legislativo Regional que sem sombra de dúvida é uma proposta importantíssima naquela que é a estratégia do conhecimento do nosso território.

A Sra. Secretária, ali da tribuna, referiu um conjunto de instrumentos no âmbito da valorização e do conhecimento do território que ao longo dos diversos anos os governos socialistas têm implementado. Eles têm um fim, eles têm um objetivo, têm a ver com aquela que é a necessidade da coesão territorial e a sustentabilidade ambiental.

Os governos socialistas têm um trajeto nesta matéria e que lhes perspectiva aquele que é o conhecimento para o futuro nesta matéria em particular.

A proposta que aqui foi apresentada está assente em tributos essenciais naquela que é a relação do cidadão com a administração pública, está sempre desde logo na transparência e na eficácia dos processos entre o cidadão e a administração pública.

É sabido de todos (e já aqui de certa forma foi reconhecido) que o cadastro predial é um importante instrumento da gestão pública.

Ora, no nosso entendimento esta proposta que também cumpre aquele que é o compromisso do Governo Regional com os cidadãos através do seu programa

eleitoral, teve também como aqui já foi dito pela Sra. Secretária, um período de auscultação para com os cidadãos e isto é no nosso entendimento um instrumento que reforça a confiança dos cidadãos com as instituições, dos cidadãos com o Governo Regional, esta participação dos cidadãos em todos os processos.

Mas mais do que tudo o que até agora já foi dito esta proposta é uma proposta útil para os cidadãos, esta é uma proposta que responde às necessidades que os cidadãos têm no seu dia a dia, esta é uma proposta que responde às necessidades em matéria de informação cadastral e cria através de um sistema algo que é demasiado importante para todos nós que é a identificação dos registos dos prédios e que também faz aquilo que há pouco já foi aqui referido como preocupação a harmonização com os restantes dados, quer prediais, quer matriciais, quer registrais. Há aqui uma harmonização dos dados criando um número único, que é o número de identificação deste prédio.

Este sistema de informação cadastral é um passo gigantesco na desburocratização dos processos administrativos. É um passo na inovação, é um passo numa administração pública moderna.

Para dar continuidade ao tratamento desta informação o Governo Regional cria o Sistema de Informação e Gestão de Informação Cadastral. Como aqui já foi referido é um processo que se quer simples para o cidadão, é um processo que se quer intuitivo para o cidadão numa situação e numa área que é sensível. Todos nós reconhecemos que a matéria cadastral é uma informação sensível, é uma informação que gera por vezes, como há pouco foi referido pela Sra. Deputada Catarina Furtado, mas que o diploma assegura esta mesma matéria, pode gerar algumas situações de conflito, mas que efetivamente o diploma aqui assegura. Para gerir estas situações o sistema que aqui é proposto está assente quer no procedimento de representação gráfica que depois é passado para a plataforma eletrónica. Ou seja, o cidadão identifica o seu prédio utilizando o

sistema de representação gráfica nessa mesma plataforma, que como aqui foi dito pela Sra. Secretária, tem a enorme vantagem de estar disponível fisicamente também nas nossas nove ilhas, em São Miguel em dois espaços, mas estar nas nossas nove ilhas.

Todo este processo é um processo transparente, que vai criar a identificação do prédio do cidadão através de um número único de identificação do prédio, garantindo a harmonização e interoperabilidade dos dados, quer como por exemplo a autoridade tributária, quer com o notariado, e, portanto, ao cidadão é o que nós chamamos ao nível dos sistemas de informação um processo totalmente transparente.

Mas esta proposta aqui apresentada pelo Governo Regional não se fica unicamente pela criação de uma plataforma de sistema de informação cadastral, não se fica unicamente para responder às necessidades dos cidadãos criando um serviço público útil, um serviço público transparente, um serviço público ágil, um serviço público que responda às pessoas. É uma plataforma que o Governo Regional garante que durante os próximos três anos, após a aprovação deste Decreto Legislativo Regional, que nós assim esperamos que aconteça, haja a gratuitidade do registo nesta mesma plataforma.

O Governo Regional, através desta proposta de Decreto Legislativo Regional, garante naquela que é a sensibilidade destes dados a garantia da segurança e privacidade dos dados, garante (como há pouco já foi dito) a participação dos cidadãos e traz também para a execução desta proposta de Decreto Legislativo Regional a participação dos municípios, a participação das freguesias e acima de tudo não se esquece de um elemento essencial que não estando a viver nas nossas ilhas, mas como nós bem sabemos tem propriedade espalhadas também pelas nossas ilhas, que são os imigrantes. Portanto, há aqui um trabalho de participação das várias entidades. Há um trabalho de participação dos cidadãos, na construção efetiva de um sistema de informação de recolha cadastral.

Eu queria aqui também aludir ao que foi dito pela Sra. Deputada Catarina Furtado lembrando que o diploma do PSD foi votado, foi debatido, o Partido Socialista apresentou aquelas que foram as suas posições, mas eu queria lembrar, Sra. Deputada, que com certeza sabe-o, mas porventura pelo momento eleitoral que nós vivemos, sabe bem que os governos do Partido Socialista ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Lá vai a Sra. Deputada se meter em caminhos estreitos!

A Oradora: ... têm trabalho feito no âmbito da informação cadastral. Sabe bem que desde o momento em que esta competência foi regionalizada houve um projeto piloto na freguesia Cabo da Praia entre 2011 e 2012. Portanto, não pode a Sra. Deputada vir aqui dizer que foi a proposta do PSD que despelotou esta proposta apresentada pelo Governo.

Aliás, não pode dizer isso, porque com seriedade sabe, porque eu sei que consulta esta matéria, bem daquela que ainda é a candidatura da Secretaria do Ambiente no âmbito de um projeto específico dos fundos europeus. Portanto, sabe bem que essa data de 2016/2017. Sabe bem aquelas que são as verbas incluídas nos orçamentos da Região.

Portanto, a proposta que o PSD aqui apresentava, que foi substituída após um conjunto de diligências, como bem sabe, era uma proposta passadista, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Já estava tudo feito!

A Oradora: ... porque utilizava um modelo que tínhamos que estar pelo menos mais 20 anos a tratar do cadastro.

Ora, a proposta que o Governo aqui apresenta é uma proposta que olha para aquela que é a forma de utilização dos sistemas de informação para melhor responderem aos cidadãos. Não é uma proposta que vai levar, pelo menos, mais 20 anos desde o início da aplicação do SiNErGIC a ser implementada e a Sra. Deputada sabe-o bem. Portanto, é falso dizer que foi a proposta do PSD que

despoletou o que quer que seja, porque como bem lhe disse em 2011/2012 tivemos um projeto piloto, em 2016/2017 está em sede de orçamento, faz parte do programa do Governo. Portanto, Sra. Deputada, não é verdadeiro ... aliás, o conteúdo da proposta do PSD está longe de ser aquela que é a proposta que nós hoje aqui apresentamos em termos de operacionalização.

Em termos de conceito estamos completamente de acordo, quer a bancada do PSD, quer já a bancada do CDS-PP que manifestou, quer o Partido Socialista entende da importância da existência de um sistema de informação cadastral. Não pode é dizer aquilo que disse, porque os dados desmentem precisamente aquilo que a Sra. Deputada aqui disse.

Em suma, o Governo Regional apresenta aqui uma proposta que nos dá a confiança de servir as pessoas. É uma proposta que nos dá a confiança de criar um bom serviço público ao serviço das pessoas e sempre que nós estamos a melhorar os serviços públicos, nós estamos a melhorar a vida das pessoas, sempre que nós estamos a melhorar os serviços públicos nós estamos a facilitar também o acesso dos cidadãos em qualquer ilha dos Açores aos cidadãos.

Nós estamos certos que esta solução dá corpo àquela que tem sido uma administração pública aberta, inovadora, transparente e é precisamente este o caminho que nós entendemos que deve ser seguido, um caminho onde os serviços públicos estejam acessíveis ao cidadão, onde os serviços públicos sejam transparentes ao cidadão e que respondam aos cidadãos, porque responder aos cidadãos é melhorar a vida dos cidadãos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando esta intervenção referindo-me à intervenção inicial da Sra. Secretária que teve uma abrangência muito mais alargada do que a proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos a debater e socorrendo-me da mesma latitude que a Mesa concedeu à Sra. Secretária vou fazer uma pergunta, porque a Sra. Secretária falou em vários planos de ordenamento, em questões ambientais, e falou do POTRAA, do Plano de Ordenamento Turístico da Região, e segundo me parece esta matéria estava no programa do Governo, esteve em consulta pública, estamos no último plenário da sessão legislativa e da legislatura, aliás, no último plenário da legislatura, não da sessão legislativa, e a pergunta que me cabe fazer é onde é que está o POTRAA, onde é que está a revisão, passaram-se quatro anos e não foi o Governo capaz de apresentar um Plano de Ordenamento Turístico.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Faltava o registo cadastral!

O Orador: Isso pelos vistos é a forma como o Governo pretende gerir o turismo e como o Partido Socialista pretende gerir o turismo é sem plano, é deixar fazer como se quer. É uma pergunta que deixo: onde é que está o plano?

Indo à proposta em concreto que obviamente tem mérito e é uma proposta necessária, o conhecimento do território é essencial para o apoio à decisão das políticas públicas e para um efetivo ordenamento do território, um efetivo ordenamento do território que responda às necessidades das populações e à necessária compatibilização e desenvolvimento de atividades económicas e, como é óbvio, à proteção ambiental.

A inexistência de um registo cadastral que abranja todo o território (nos Açores o caso é o mesmo) é incompreensível nos dias de hoje quando existem tecnologias que tecnicamente tornam este processo perfeitamente possível e exequível.

Após várias tentativas que não tiveram sucesso ao longo da história já aqui referidas, foram em grande medida os incêndios em Portugal continental de 2017 o fator catalisador que levou à necessidade imperiosa de visitar este processo levando à criação a nível nacional de um registo cadastral simplificado.

Surge agora esta iniciativa do Governo que já foi precedida de uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD com objetivo semelhante e esta iniciativa cria um sistema de recolha e gestão de informação cadastral que como deve ser também prevê a compatibilização com o sistema nacional existente.

Tendo em conta as más experiências do passado de ineficácia e de dificuldades de implementação dos sistemas que existiam e que na Região, como também já foi referido, apenas abrangeram alguns concelhos, só temos a exigir que esta legislação que agora se debate e se irá aprovar tenha uma implementação que seja eficaz e conseqüente e que efetivamente responda a esta necessidade.

A legislação é obviamente um passo essencial, mas neste caso a sua implementação é fundamental, a forma como ela é feita é fundamental para que seja um sistema que efetivamente responda às necessidades existentes.

Da parte do Bloco de Esquerda votaremos obviamente favoravelmente a iniciativa, esperando que a implementação, como já referi, seja por um lado célere, mas até mais do que isso, seja uma implementação correta, competente e que utilize aquela que é do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista administrativo as melhores práticas e as melhores tecnologias para que efetivamente seja possível resolver este problema e esta lacuna que existe na Região e não só.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Muito obrigada, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começando pelas questões colocadas e relativamente ao PSD e à questão mais pertinente e que foi a base da intervenção da Sra. Deputada Catarina Chamacame, eu já expliquei isto algumas vezes, penso que foram três, vou tentar explicar agora com um bocadinho mais de jeitinho para perceber se a mensagem passa.

Nós percebemos que o PSD tem pena em não ter conseguido ter um contributo mais relevante para algumas matérias, sendo esta uma delas.

De facto, apresentou uma proposta, um projeto em junho de 2018 recomendando ao Governo que adotasse o regime experimental do cadastro, o SiNErGIC, baseado no Decreto Lei n.º 224 de 2007.

Ora, nessa altura já o Governo tinha, como foi referido pela Sra. Deputada Sónia Nicolau, inscrito no plano de investimentos de 2018, aprovado nesta Casa ainda em 2017, uma ação específica para o desenvolvimento deste projeto e também já tinha no final de 2017 concretizado uma candidatura ao PO precisamente para reunir fundos adicionais para o mesmo.

Mas mais importante ainda já na altura este regime experimental defendido pelo PSD, o SiNErGIC, estava a ser abandonado, cedendo a favor do regime simplificado por manifesta enorme dificuldade de sua implementação ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ora bem!

A Oradora: ... e isto é verificável primeiro pelas alterações introduzidas pela Lei n.º 78 de 2017, já em 2017, mas que o PSD na altura ignorou e depois definitivamente pela Lei n.º 65/2019.

Portanto, também lamento, não foi possível darem um contributo mais efetivo, mas da nossa parte fizemos com competência o que nos competia.

Relativamente ao comentário alegado crítico de juristas à opção pelo regime simplificado, desconhecemos, o mesmo não consta dos relatórios dos trabalhos da comissão e, portanto, não o poderemos comentar.

Relativamente às questões levantadas pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, as três em concreto, relativamente à execução da verba prevista para este projeto ela neste momento está executada em 300 mil euros.

Posso também dar nota que já estão todas as ilhas carregadas em termos de imagens de satélite, contamos inclusivamente, a plataforma está pronta, fazer a sua apresentação muito em breve, acreditando na aprovação deste diploma.

Referir também que os balcões implementados em todas as ilhas estão já dotados do seu material físico. Está neste momento em falta a formação que nós vamos disponibilizar para os técnicos, portanto, contamos que o mesmo possa ficar funcional precisamente com a data prevista de início da entrada em vigor do procedimento da RGG que são, de acordo com a proposta do diploma, três meses depois da sua respetiva aprovação.

Relativamente à questão do Bloco de Esquerda, que foge efetivamente do âmbito que estamos a falar, mas sem qualquer problema posso referir relativamente ao POTRAA, sim, esteve em consulta pública e estava pronto para ser aprovado, mas considerou-se que a atual conjuntura deveria ser tida em consideração no mesmo, não fazendo no nosso entender sentido a sua aprovação neste momento de redefinições, em especial com incidência maior no setor do turismo, como inclusivamente já há pouco, hoje de manhã, tive oportunidade de referir.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM vai votar favoravelmente esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Consideramos que significa um avanço importante no âmbito da concretização de um sistema de recolha e de gestão de informação cadastral que é fundamental para que possam ser tomadas decisões públicas informadas e que possam ser devidamente implementadas um conjunto de ações e de opções governativas nas diferentes áreas.

Esta informação é uma informação fundamental para planificar esse género de intervenção.

No entanto, no âmbito da minha intervenção, não posso deixar de referenciar o papel fundamental que nesta legislatura teve a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado nesta matéria.

A Sra. Deputada apresentou aqui uma iniciativa nesse âmbito. Eu estou absolutamente convencido que foi uma iniciativa que teve um papel fundamental no avanço e na concretização desta iniciativa por parte do Governo Regional e, portanto, à Sra. Deputada deve-lhe ser reconhecido o mérito de ter selecionado esta questão como uma questão da sua intervenção política e pública, de ter feito uma proposta que na minha perspetiva era uma proposta equilibrada e informada e teve o mérito muito importante de ter dado um contributo para que efetivamente se avançasse do ponto de vista legislativo para a resolução desta matéria.

Vamos ver agora com este instrumento legislativo de que forma é que o conseguimos concretizar e de facto aquilo que vai ser feito na prática para executar aquilo que está previsto no âmbito da legislação que agora vamos aprovar.

Uma última referência, porque é merecida, para a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado, que não estará aqui na próxima legislatura, Sra. Deputada quero dizer-lhe que desempenhou as suas funções com muito rigor, muito profissionalismo em todas as matérias que V. Exa. teve desempenho e que V. Exa. teve intervenção os assuntos estavam sempre muito bem estudados, apresentava sempre de forma muito construtiva e foram muitas as situações em que V. Exa. teve a oportunidade de apresentar propostas de alteração e algumas delas, muitas, também foram aceites por parte do Governo Regional, porque significavam uma melhoria do ponto de vista técnico importante, portanto, V. Exa. trouxe para esta Casa a sua experiência do ponto de vista administrativo, trouxe a sua qualidade e eu quero deixar-lhe aqui, da minha parte, o reconhecimento pelo papel de excelência que V. Exa. teve no âmbito do desempenho desta legislatura no nosso Parlamento.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Obrigada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em fim de legislatura e onde as questões políticas às vezes se tornam mais importantes do que a matéria de facto, este é um exemplo de como muitas vezes o trabalho parlamentar não é feito seguramente para o melhor dos açorianos e devo dizer que estou muito à vontade para falar aqui, não fazia parte da comissão na altura, da CAPAT, agora é no mínimo estranho que o PSD apresente uma iniciativa nesta Casa, que era um projeto de resolução, que

levantava a questão da necessidade de efetivamente ser feito um levantamento dos dados de armazenamento, de tratamento de registo cadastral, a comissão tenha decidido que a iniciativa era meritória, mais!, a comissão deslocou-se duas vezes a Lisboa para implementar aquela iniciativa, para avaliar a situação, para ver os exemplos, para estudar e de repente afinal a iniciativa do PSD já não prestava para nada, porque afinal o sistema de colheita e de tratamento de dados, o tal do SiNErGIC, estava a ser abandonado, ainda ninguém percebeu se é porque está obsoleto, ou se é porque era muito caro e o Governo Regional não queria gastar esse dinheiro ... Afinal, o Governo Regional já estava a fazer isto há imenso tempo, inclusivamente o ponto um resolutivo já estava todo feito.

Mais! Na iniciativa do PSD em nada é dito que a recolha dos dados, o seu tratamento e a sua atualização tinham que ser feitos pelo SiNErGIC. Podia falar

...

Sra. Secretária, nesta Casa os Srs. Deputados quando votam e o Governo não vota, votam os pontos resolutivos. Podem concordam mais ou menos com a introdução das iniciativas, quando se está a votar está a votar-se os pontos resolutivos e nos pontos resolutivos não se referencia nenhum sistema de recolha de dados.

Portanto, de repente o Governo Regional já tinha feito tudo, já estava a fazer e é impressionante, é que na área do ambiente os deputados desta Casa não conseguem acertar no timing, ou porque vêm com iniciativas que são extemporâneas, porque já está tudo feito, ou são extemporâneas porque ainda não é tempo para tratar do assunto ... Portanto, não existe uma janela temporal onde se consiga apresentar uma iniciativa que possa contribuir efetivamente para a melhoria da vida dos açorianos.

Portanto, se assim era, se o Governo estava a fazer tudo, se o Governo já tinha orçamentado, se o Governo tinha pensado em tudo e estava tudo a ser feito, a

pergunta que se faz é: porque é que a comissão vai a Lisboa duas vezes, com os deputados todos para tratar da iniciativa do PSD?

Isto para mim é no mínimo estranho e, portanto, demonstra que efetivamente havia a necessidade de o fazer, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não merece resposta!

A Oradora: ... havia a necessidade de fazer um estudo sério para se poder implementar um sistema de recolha de dados na Região e o Governo dá um “passo de capote” ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Apoiado!

A Oradora: ... e diz não.

Um “passo de capote” posso dizer. A Sra. Secretária até pode não gostar de touros, mas é uma expressão muito coloquial.

Um “passo de capote” e afinal não é precisa a iniciativa do PSD, chumba-se a iniciativa do PSD e estamos hoje aqui a votar finalmente aquele trabalho aturado que o Governo Regional fez na sua secretaria para finalmente termos um registo cadastral na Região que está-se há dois séculos para se conseguir fazer, Sra. Secretária. *(Risos)* Peço desculpa, mas não posso deixar de rir.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Logicamente quero trazer ao debate aquele que é o objeto deste mesmo debate, a proposta do Governo Regional sobre a criação de um sistema de informação cadastral.

É para isso que nós cá estamos, é para isso que nós cá estamos para analisar e para votar e gostava, como já ouvi da parte do PSD, da parte do CDS-PP e do Bloco de Esquerda também, que a Sra. Deputada Independente, Graça Silveira, se manifestasse sobre isso. Mas há uma coisa que eu não posso deixar, Sra. Deputada. Nestes quatro anos que cá estou...

Deputada Graça Silveira (Independente): Há de ver o sentido de voto na altura certa!

A Oradora: ... que tem a ver com aquele que é o poder democrático das comissões. Quando temos uma proposta, seja de que partido for, ela é analisada em comissão e são definidas diligências que são naturalmente votadas ou não, mas no caso em concreto foram votadas por unanimidade, portanto, o que não diriam do Partido Socialista se o Partido Socialista tivesse vetado essas mesmas diligências?

Deputada Graça Silveira (Independente): É todos os dias que os senhores chumbam diligências nas comissões!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quantas vezes já não vetaram essas e outras diligências?

A Oradora: O que não diriam do Partido Socialista, com a sua dita maioria musculada, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Anafada!

A Oradora: ... se não tivesse permitido que a proposta do PSD tivesse sido devidamente analisada?

O que diriam do Partido Socialista se o Partido Socialista não tivesse aprovado estas mesmas diligências?

Viriam dizer que o Partido Socialista não quer ouvir ninguém, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... que o Partido Socialista é um partido com uma maioria musculada e nada quer ouvir. É isto que teriam dito em sede de comissão.

Deputada Graça Silveira (Independente): É verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até um relógio parado está certo duas vezes por dia!

A Oradora: Ora, o Partido Socialista não é assim. O Partido Socialista é um partido republicano, um partido democrata, um partido progressista e que aceita a diferença e aceitou as propostas vindas do PSD, foram acompanhadas em sede da CAPAT e sim, fizemos todas as visitas que foram sugeridas e mais! Não vou aqui falar sobre a proposta do PSD, porque ela já foi votada, ela já foi discutida, mas esta componente de minimizar, de menorizar o papel de uma comissão daquelas que são as diligências aprovadas por unanimidade eu, enquanto deputada desta Casa, não posso deixar passar e não deixo passar.

Deputada Graça Silveira (Independente): Então explique porque é que foram a Lisboa!

A Oradora: O Partido Socialista nas comissões que está entende que deve aprovar as diligências que deve aprovar e fê-lo neste caso e fê-lo muito bem.

Devo dizer mais: ainda bem que o Partido Socialista aprovou as diligências, ainda que elas foram propostas. Quero aqui só lembrar uma coisa: o desconforto que foi em sede de audiências na análise da proposta do PSD, quer na autoridade tributária, quer no instituto de registo de notariado e a Sra. Deputada Catarina Furtado está aqui, e outros deputados também do PSD, de como a proposta do PSD foi analisada.

Deputada Graça Silveira (Independente): Pois com certeza. Ela pensava que a sua iniciativa iria ser aprovada! É preciso ter lata!

A Oradora: Leia o relatório, veja o que é que lá foi dito.

Portanto, quanto à questão da proposta do PSD está dito. Eu gostava de a ouvir sobre a proposta do Governo Regional de como esta proposta é uma mais valia para o cidadão, de como esta proposta torna o serviço público um serviço público transparente, um serviço público inovador. Eu gostava de a ouvir sobre esta matéria.

O Governo Regional do Partido Socialista tem orgulho de no momento certo ter conseguido regionalizar as competências no âmbito do cadastro. O Governo Regional do Partido Socialista tem orgulho de no momento certo ter implementado um projeto piloto na freguesia do Cabo da Praia, um projeto piloto que chamou o presidente de junta, um projeto piloto que chamou os cidadãos, um projeto piloto que envolveu a população e todos aqueles que estiveram envolvidos nesse projeto piloto sabem bem a dificuldade que era e que foi durante muito tempo a aplicação do SiNERGIC, aquela que foi proposta pelo PSD e foi abandonado a nível nacional, em 2017 foi abandonado a nível nacional ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não seja assim! Está a faltar à verdade! E os pontos resolutivos?

Presidente: Srs. Deputados!

A Oradora: ... com um conjunto de projetos pilotos.

Esta é a realidade. Isto é aquilo que efetivamente aconteceu.

O Governo Regional, e para terminar, sobre esta proposta que aqui está, tem em sede programa do Governo (e isso que eu saiba é muito antes da proposta apresentada aqui pelo PSD). Mas também deixe-me que vos diga: este grupo parlamentar não tem qualquer constrangimento em aprovar qualquer proposta de qualquer bancada desta Casa. Já o fez, fez várias vezes, conseguiu trazer aqui um debate democrático na procura das melhores soluções para os cidadãos.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Ó Sra. Deputada, esqueceu-se do cházinho no intervalo da tarde!

A Oradora: Os números não mentem, aquela que é a percentagem de propostas aprovadas pelo Partido Socialista de qualquer uma das bancadas desta Casa.

Portanto, termino aqui dizendo que a proposta que o Governo aqui apresenta é uma proposta que nos orgulha, nos orgulha porque é trazida pelo Governo Regional, mas também nos orgulha e acima nos dá um maior orgulho porque vai servir quem realmente precisa, vai servir as pessoas, as pessoas são o destinatário desta proposta. É isso que nós temos aqui. Com o património que nós temos, um património que começou com a regionalização das competências, foi com um projeto piloto, foi em 2016 na indicação no programa do Governo, na candidatura a fundos europeus, na apresentação em sede orçamento desta Casa, na discussão de todas as matérias relacionadas com a informação cadastral.

Portanto, Sra. Secretária Regional, em seu nome dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda por esta iniciativa e estamos certos que quando ela estiver operacional será um excelente serviço público ao serviço dos cidadãos, ao serviço dos açorianos, que é para isso que nós cá estamos e é para isso que nós cá continuaremos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem sei que a Sra. Deputada começou por dizer que o que estávamos aqui a discutir e a apreciar era a proposta do Governo, mas acabou por descarrilar e foi buscar a proposta do PSD e uma vez que foi para a proposta do PSD eu perguntava-lhe novamente e atendendo aos comentários que foram feitos pela bancada que suporta o Governo e pela própria secretária sobre a proposta do PSD, eu perguntava-lhe na componente resolutive do projeto de resolução do PSD onde é que está referido o SiNErGIC, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Fale da proposta do Governo!

A Oradora: ... que é o que a Sra. Deputada tem vindo a dizer que era o que nós defendíamos?

Mas eu vou ler a componente resolutive, porque tenho que fazê-lo atendendo à sua intervenção, o que nós propúnhamos era que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendasse ao “Governo Regional dos Açores que proceda à aplicação das devidas ações e medidas com vista à criação e implementação de um sistema regional de exploração e gestão da informação cadastral com cobertura integral do território”.

Disse a Sra. Secretária aqui e está gravado, é possível ver no Diário das Sessões e em resposta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão quando pergunta se tinha algum problema com ponto da componente resolutive a Sra. Secretária referiu (e está no Diário das Sessões) que “este ponto estava feito”, estando isto feito, que era o principal ponto da componente resolutive do projeto de resolução do PSD, nunca poderia o Partido Socialista ter votado contra este projeto de resolução, porque para todos os efeitos ele estava feito.

A questão que se coloca aqui é a origem partidária da proposta do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

A Oradora: Se tivesse sido o Partido Socialista a coisa não teria sido igual. O que teria dito a Sra. Secretária, como aliás já fez com outros projetos de

resolução que estavam praticamente todos eles cumpridos, é que estava perfeitamente alinhado com a estratégia do Governo nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi assim que a Sra. Secretária falou num projeto de resolução da bancada socialista sobre resíduos e aproveitamento de recursos hídricos.

Portanto, a questão que se colocou aqui foi desde o início a origem partidária desta iniciativa, porque por um lado dizendo que isto já estava tudo feito e a seguir vir dizer que é uma visão passadista e que não é praticável ficamos sem saber afinal ... não há argumentos. Eles são completamente contraditórios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois acho muito pertinente o que disse a Sra. Deputada Graça Silveira que é se calhar o que se colocou aqui foi uma questão do valor associado à implementação daquela que era a nossa proposta, 10 milhões de euros sempre é mais do que 500 mil euros e eventualmente a necessidade de recursos humanos e o tempo que demoraria, mas há certas coisas que não é possível branquear e eu deixei ali uma questão daquela tribuna ...

Deputado João Vasco da Costa (PS): Fugiu-lhe a boca para a verdade agora!

A Oradora: ... que nunca foi respondida e a Sra. Secretária também já nos habituou ao seu tom não muito agradável nas respostas que nos dá, ...

Deputado André Rodrigues (PS): A azia!

A Oradora: ... principalmente em direção a esta bancada, mas a questão que eu coloquei é: o que é que fez o Governo nesta matéria até à apresentação da iniciativa do PSD? Pouco ou nada.

Aqueles números que eu apresentei da tribuna, que nós apresentámos da tribuna, falam por si. Ou seja, foi a iniciativa do PSD que pressionou e motivou o Governo a fazer alguma coisa e nós estamos satisfeitos. Não precisamos ser o pai da criança.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada, se o PS votasse contra uma audição “caía o Carmo e a Trindade”?!
Então o “Carmo e a Trindade” já caíram, porque não há uma única reunião de comissões onde haja iniciativas que nós queremos ouvir determinadas pessoas, em determinadas matérias, e o PS chumba.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Quantas vezes!

A Oradora: A questão que se coloca aqui é simples: se era uma iniciativa que era para levar a cabo, que tinha toda a pertinência e que era efetivamente preciso ir a Lisboa para ver modelos como estavam a ser implementados, fazia todo o sentido a comissão ter ido duas vezes a Lisboa.

Agora, se era uma iniciativa passadista, difícil de implementar, fora de tempo, extemporânea, caríssima, que a Região não precisava porque o Governo já estava a fazer a pergunta que se faz é porque é que a comissão fez todas estas diligências? É só esta a questão.

E a resposta é simples. É porque esta iniciativa era efetivamente boa, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: ... era para levar para a frente, a comissão fez o seu trabalho e a determinada a altura, no momento certo, como diz a Sra. Deputada, o Governo

pura e simplesmente fez uso da sua bancada maioritária, que não é musculada, mas anafada, chumbou a iniciativa do PSD e fez a sua iniciativa.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para que não fiquem dúvidas sobre esta questão, nesta legislatura os serviços de cadastro passaram para a Direção Regional do Ambiente já com um propósito: de se desenvolver um sistema cadastral que desse resposta àquilo que não tinha sido conseguido até então.

Desde logo, desde o início da legislatura começámos a trabalhar nesta matéria.

Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): O Governo já era socialista antes de 2016!

A Oradora: ... os trabalhos começaram com a vectorização de toda a informação, como referi na minha informação. Nós tínhamos, como foi referido, já um teste piloto, tínhamos quatro concelhos em São Miguel com informação. Tínhamos também uma experiência em Santa Maria e, portanto, começámos, como referi na minha intervenção, para quem quiser ouvir, para quem quisesse ouvir, a vetorizar, a informatizar toda essa informação. Adquirimos imagens de satélite de alta resolução. Começámos precisamente a preparar os serviços para acolher esta resposta e claro uma aposta fundamental

no sistema informático que nos permite hoje dar uma resposta eficaz ao que está em causa.

Diz a Sra. Deputada hoje que aquilo que estava no projeto resolutivo do PSD afinal não era o SiNErGIC, havia só umas menções ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E não é! Vou ter de fazer uma interpelação à Mesa e pedir para distribuir a iniciativa!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): Basta ver a componente resolutiva!

A Oradora: Tal como a Sra. Deputada Sónia Nicolau referiu, tanto quanto sabemos houve respostas em Lisboa nas visitas que fizeram que desaconselharam a abordagem que estava a ser tida e que iam precisamente ao encontro daquilo que o Governo Regional estava a fazer e que hoje trazemos a esta Casa para poder ser apreciado e esperamos nós votado.

Portanto, estávamos a preparar precisamente todo o terreno para que hoje pudéssemos estar aqui com uma resposta eficaz.

Eu gostava de relembrar, para quem não sabe e não tem isto presente, que o SiNErGIC teve de facto uma experiência e tentou-se perceber de com a ida para o terreno, levantando as extremas físicas através de topógrafos de todos os prédios se seria exequível, rapidamente permitiu concluir que não, tal não era possível.

Ao mesmo tempo as tecnologias de informação começaram a dar respostas de outro nível e o que se faz na transição a nível nacional e que se antecipou aqui do SiNErGIC para o SiRGIC é precisamente usar de forma racional da qual estamos obrigados os recursos que temos disponíveis. Isso, sim, não gastar 10 milhões de euros nesta matéria, quando podemos gastar 300 mil euros faz diferença, em especial quando temos um serviço ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Então podemos por 50 milhões na Sata!

A Oradora: ... com uma qualidade final que é muito melhor. Portanto, naturalmente que aqui estamos para assumir uma melhor plataforma, um melhor diploma e uma melhor solução para todos nós.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de DLR n.º 62/XI foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Julgo não haver.

Vamos então começar a votar na especialidade.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 1.º.

Tenho sempre de votar as propostas de alteração separadas. Tem de ser.

A proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 1.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação agora o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 3.º com esta alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora os artigos 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração do PS ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 6.º então com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a alteração do PS ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 8.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora e não haverá oposição, penso eu, os artigos 9.º, 10.º e 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora a proposta de alteração do PS para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos o artigo 12.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação conjunta os restantes artigos que compõem este diploma nomeadamente os artigos 13.º até ao 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global o Projeto de Decreto Legislativa Regional n.º 62/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos este ponto da nossa Agenda.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes nós vamos avançar agora para o ponto 13.º da nossa Agenda, nomeadamente o **Projeto de Resolução n.º 162/XI – “Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial”**, iniciativa esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial foi criado em 1995; tem uma área de cerca de 60 000 m², e está localizado na freguesia de Pedro Miguel, na vertente leste da Ilha do Faial, a uma altitude aproximada de 400 metros.

Os valores faunísticos e florísticos desta área haviam motivado a sua integração, em 1988, na lista de biótopos do programa CORINE, que serviu de base à criação da *Rede Natura 2000*.

Em 1996, foi iniciado um projeto pioneiro de reintrodução da floresta Laurissilva e das charnecas endémicas outrora existentes no local, e de recuperação das turfeiras ali existentes, que incluiu a reintrodução de 8 mil plantas de diferentes espécies, com o intuito de acelerar o processo de regeneração natural da floresta.

Foi também criado um sistema de percursos com o intuito de tornar o espaço mais apelativo à futura visitação.

Na vertente de investiga o, o referido polo tem também assumido relevância ao nível da conserva o de espécies características de habitats de maior altitude, podendo destacar-se o processo de reintrodu o da *Myosotis azorica* na ilha das Flores, em 2015.

A amplia o do Jardim Botânico do Faial em cerca de 6 hectares, com a área correspondente ao Polo de Pedro Miguel visava dar um contributo relevante ao trabalho de preserva o do patrim nio natural do arquipélago, investir na planta o de vegeta o açoriana e da macaron sia, bem como promover e valorizar os elementos culturais ligados   agricultura.

Deste modo, seria de esperar que o Jardim Botânico do Faial, com o seu núcleo na freguesia de Pedro Miguel, visse reforçado o seu papel na conserva o da flora dos Açores e da Macaronésia, já que neste novo espaço poderiam ser criadas todas as condi o es para o efeito, constituindo-se também como instrumento de dinamiza o da educa o Ambiental.

No entanto, o Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial não foi potenciado neste sentido até agora e, quando foi apresentada esta iniciativa, em setembro de 2019, encontrava-se com o portão de entrada danificado, o painel de identifica o degradado, bem como os demais painéis informativos – que não se conseguiam ler - necessitando ainda de interven o ao nível do controlo da vegeta o no caminho de acesso ao seu interior e restante  rea.

A mera observa o do local permitia concluir pela necessidade premente de promover a sua requalifica o, de modo a que o mesmo seja potenciado em todas as suas vertentes, sobretudo as ligadas   divulga o, informa o e sensibiliza o para as questões do ambiente e da natureza.

Acresce o facto de o referido espaço não ter qualquer funcionário adstrito especificamente ao mesmo, de modo permanente, apenas sendo possível a sua visitação mediante agendamento prévio.

A descrição acima efetuada permite concluir pela necessidade evidente de intervenção do Governo para recuperar e valorizar o mencionado polo.

Na intervenção que se mostra necessária, deve ser tida em conta a localização, a curta distância, dos Charcos de Pedro Miguel, um espaço de invulgar beleza paisagística, apontado pelos adeptos do *bird watching* como o melhor local da ilha do Faial para observação de aves, atividade que cativa cada vez mais adeptos e que na sua vertente turística permite conjugar o desenvolvimento económico com a proteção da biodiversidade e com a conservação da natureza.

Assim, entendemos que o projeto de requalificação deve considerar as potencialidades conjugadas dos dois espaços acima mencionados.

A requalificação do polo poderá passar, na nossa perspetiva, pela implementação de um centro de interpretação e monitorização ambiental, mas, em termos mais abrangentes, importa que se proceda à avaliação de todas as potencialidades do espaço, de modo a que, no âmbito do projeto de recuperação e requalificação, se considere a criação de um núcleo de atividades relacionadas com o ecoturismo a partir da freguesia de Pedro Miguel.

Neste âmbito, importa salientar que esta requalificação, num espaço inserido numa freguesia localizada fora do centro urbano, constitui um investimento muito importante para combater o despovoamento, valorizar o mundo rural e criar um novo ponto de atração na ilha do Faial, para os residentes e também para todos os que nos visitam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Tendo por base os argumentos acima enunciados, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores apresentou em setembro de 2019 este projeto de resolução, através

do qual se **propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores que promova a recuperação e requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial.**

Esta iniciativa mereceu parecer favorável da Associação de Turismo Sustentável da ilha do Faial, da Junta de Freguesia de Pedro Miguel e do Conselho de Ilha do Faial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estão, pois, reunidas as condições para merecer também a aprovação nesta Assembleia, de modo a que seja promovida a requalificação deste importante espaço, potenciando a educação ambiental, a preservação da natureza e também o desenvolvimento económico da freguesia de Pedro Miguel e da ilha do Faial.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução agora em discussão e aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD incide, como é visível, sobre o polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial, cujo seu centro ambiental está sediado na freguesia dos Flamengos.

Este polo em Pedro Miguel, também como referido, foi implementado em 1995, sendo que na sua origem esteve a necessidade que se mantém até hoje de estabelecer habitats de média altitude que devido às suas características e exigências não se conseguiram assumir na sede do Jardim Botânico do Faial, na freguesia dos Flamengos.

Foi um projeto pioneiro e ambicioso de reintrodução da floresta Laurissilva e de conservação de espécies características e de habitats de maior altitude e que hoje é e mantém-se um importante veículo de implementação de medidas de conservação da natureza, quer na ilha do Faial, quer na Região Autónoma dos Açores.

Além do mais, é também um local, para quem já o visitou e conhece, para a nidificação e observação de aves, atividade essa que como facilmente compreenderão não se coaduna também com uma visitação de massas. Nesse tipo de locais quer-se também que não haja, onde são feitas observações de aves, uma massificação de pessoas e visitas e isso é também um dos objetivos daquele polo.

De salientar que, e também conforme transmitido pelo Governo e pela Sra. Secretária em comissão, foram efetuados alguns investimentos naquele local relativamente de manutenção, quer de recuperação de vedações, construção de muros, adequados às características do mesmo.

Por isso, penso que na nossa opinião definir aquele espaço como é definido neste projeto de resolução como estando ao abandono ou sem manutenção revela algum desconhecimento sobre os propósitos subjacentes à criação do mesmo, que não são nem os de lazer intensivo ou de visitação em massa, até porque naquele local (e como sabem os membros da CAPAT que lá visitaram) nem existe água, nem luz, mas ainda assim nele são realizadas algumas atividades mais específicas até foro pedagógico, como ações de educação e sensibilização ambiental ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Quando é que foi a última?

O Orador: ... no âmbito do projeto “Parque escola, parque aberto”, bem como também nos charcos de Pedro Miguel.

Na nossa ótica o polo de Pedro Miguel serve os propósitos para os quais foi implementado e não lhe é negada a visita, nem o desenvolvimento de atividades mais específicas como anteriormente referi.

Não posso também deixar de realçar que precisamente no Jardim Botânico do Faial nesta legislatura foi concretizado um investimento de cerca de um milhão de euros na sede do Jardim Botânico do Faial, que consistiu na sua ampliação que duplicou a sua área, na construção das novas instalações do banco de sementes dos Açores, no novo orquidário, bem como na ampliação dos viveiros que vai permitir duplicar a capacidade instalada de propagação de espécies de flora endémica dos Açores, investimentos esses que contribuem de forma decisiva para a consagração do Jardim Botânico do Faial enquanto exemplo de excelência daquilo que os Açores têm feito ao longo dos anos em matéria de políticas de ambiente e de preservação do património natural dos Açores.

Não obstante, e considerando que também na ótica deste grupo parlamentar poderão ser avaliadas soluções que não desvirtuando os propósitos para os quais foi criado este polo do Jardim Botânico do Faial em Pedro Miguel possam potenciar aquele espaço a vários níveis, até no seguimento das medidas que foram referidas pela Sra. Secretária em sede de comissão e pelo Governo como no âmbito da proposta de gestão do Parque Natural do Faial a sua integração no corredor ecológico, ligar a área protegida Lomba Grande à área de paisagem protegida da zona central, ou a redefinição da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Lomba Grande com vista à sua integração e por essa via também será objeto de medidas adicionais ao nível da recuperação de habitats, do reforço das populações de espécies endémicas, do controlo de espécies

exóticas invasoras, do incremento de ações de fiscalização e sensibilização ambiental, entre outras medidas nela previstas.

Desse modo e nessa perspetiva de potenciação do património natural existente nas nossas ilhas, e em particular na ilha do Faial, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente este projeto de resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este tema importa deixar aqui algumas clarificações adicionais. Em primeiro lugar, e não obstante o teor resolutivo desta proposta, temos de rejeitar efetivamente a ideia de que o proponente quis veicular que se trata de um espaço degradado e ao abandono.

É preciso esclarecer que a função principal daquele espaço está direcionada para a conservação da habitats e espécies, de média altitude, nomeadamente da Laurissilva dos Açores. Não se trata de uma mata ajardinada e muito menos de um jardim.

Feito este enquadramento há que dizer que o Governo dos Açores tem executado um conjunto de ações e de investimentos naquele espaço de forma a dotá-lo de condições para a prossecução dos seus objetivos e neste âmbito ao longo dos anos foram efetuados vários investimentos, passando pela construção do muro, de portão de zona de entrada, pela recuperação de vedação, pela colocação de uma torre de observação e de placas informativas.

Ainda este verão foi substituído o painel informativo principal e de interpretação, intervencionada a rede frontal totalmente e melhoradas as laterais.

Aqui gostaria também de destacar o esforço das plantações de vegetação características de charnecas endémicas e de floresta Laurissilva e os trabalhos de manutenção de flora e trufeiros ali existentes.

Em síntese, ações dirigidas ao desenvolvimento dos objetivos de conservação da natureza que justificaram a sua criação e que se mantêm atualmente e que não passaram, nem passam, nem podem passar pela criação de um parque de lazer.

Importa ainda referir também que o polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico e dos charcos de Pedro Miguel apesar de ter um elevado interesse ao nível da conservação da natureza não estão integrados em nenhuma zona de área protegida e como o Sr. Deputado já referiu, fruto do reconhecimento da sua importância o plano de gestão do Parque Natural da Ilha do Faial, que foi aprovado muito recentemente, a 3 de agosto último, contempla a sua integração numa área de contínuo natural, concretamente um corredor ecológico que ligará as áreas protegidas da Lomba Grande à da zona central. Por esta via vai ser possível que esta zona beneficie de um conjunto de medidas de conservação a implementar, designadamente ao nível da recuperação de habitats, reforço das populações de espécies endémicas e nativas, controlo da propagação de espécies adotivas e invasoras, estabelecimento de estações florísticas para o estudo da evolução de espécies de flora, de monitorização da fauna e de incremento de ações de fiscalização e de sensibilização ambiental. Portanto, o plano de gestão do Parque Natural do Faial prevê já um conjunto de ações, mas não prevê, também como já foi referido pelo Sr. Deputado, nem está nos projetos do Governo, a criação de um novo centro ambiental naquele local, até porque se considera impraticável a construção de um centro de interpretação e

monitorização ambiental naquela zona. Essa dificuldade, ou diria mesmo, até impossibilidade resulta de condicionantes estruturais, como a inexistência de energia elétrica e de abastecimento de água de rede pública, bem como o facto daquele polo se encontrar a 400 metros de altitude, numa zona com condições atmosféricas muito adversas durante o inverno, condicionando e tornando praticamente inviável a abertura ao público durante grande parte do ano.

Tal não invalida que continuem a ser espaços privilegiados de ações de educação e sensibilização ambiental, designadamente no âmbito do “Parque escola” e do “Parque aberto”.

Sobre a questão do ecoturismo e da observação de aves gostaria de ressaltar que ela é feita maioritariamente nos charcos de Pedro Miguel e estes podem ser acedidos livremente e gostava também de fazer uma referência ao facto de efetivamente a Associação de Desenvolvimento Sustentável do Faial ter dado um parecer favorável a esta proposta, mas de ter referido e aqui passo a citar “consideramos, no entanto, que tendo em conta a sua dimensão, localização, afluência a criação de um centro de interpretação e a presença contínua de um funcionário no mesmo poderá não ser a resposta mais adequada para a sua dinamização pelo menos neste momento. Sendo criado um bom projeto de informação e divulgação como uma rota temática ou um trilho, apoiada em painéis e materiais informativos bem elaborados e mantidos, consideramos que o acesso ao espaço pode ser feito pelos visitantes de forma autónoma.”

Neste âmbito sublinho também que o polo de Pedro Miguel é de facto um dos locais identificados na ilha do Faial para o desenvolvimento de ações de compensação de pegada ecológica na decorrência de acordos voluntários de custódia da natureza celebrados com empresas enquanto mecanismo de colaboração e corresponsabilidade para a manutenção e restauro de valores naturais através do envolvimento, neste caso da sociedade, potenciando ação no território. Neste caso temos já um contrato a ser assinado de uma empresa na

área do turismo que pretende levar os seus clientes lá, não só para a plantação, mas também para a manutenção das plantações.

Em suma, temos implementado diversas ações, mas é importante não se confundir aquele espaço com o polo central do Jardim Botânico do Faial, situado na Quinta de São Lourenço, nos Flamengos. Foi recentemente objeto de ampliação e de um significativo investimento, tal como o Sr. Deputado já referiu, na ordem de um milhão de euros nos últimos anos.

São estruturas substancialmente distintas, com objetivos também diversos, uma área florestal natural, que tem de ser isso mesmo, não pode ser um jardim, e sendo uma área natural não podemos de forma alguma aceitar que se confunda com um espaço ao abandono.

Gostava de terminar realçando que a conservação da natureza é uma das prioridades deste Governo no que diz respeito a matérias ambientais, pelo investimento que tem sido feito nesta área, tem sido crescente e efetivo nos últimos anos em todas as ilhas dos Açores e o Faial não é naturalmente exceção. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o polo de Pedro Miguel é um local com grande potencial ecológico que poderá trazer uma nova dinâmica àquela freguesia, uma freguesia rural, e que muitas vezes precisam de um dinamismo e de um input para que exista uma outra movimentação na freguesia e, neste caso em apreço, de Pedro Miguel.

No entender do CDS faz todo o sentido esta iniciativa agora apresentada pelo PSD que visa promover e requalificar o polo de Pedro Miguel.

Acho que se enquadra naquilo que tem sido também a política de dinamização e educação ambiental, de conservação da natureza, daquela que é a nossa vegetação característica e, como tal, no entender do CDS consideramos que a freguesia e a ilha do Faial ficarão a ganhar com esta iniciativa.

A verdade é que também os próprios pareceres anexos a esta iniciativa e ao relatório da comissão foram também nesse sentido, quer o da junta de freguesia, quer do Conselho de Ilha, quer da Associação de Turismo Sustentável, porque também vislumbraram esta como uma iniciativa pertinente e de todo o interesse para a ilha do Faial e como tal o CDS também aprova e acompanha esta iniciativa agora, aqui, discutida.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

O polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico e o charco de Pedro Miguel podem ter os mais diversos fins e objetivos e, aliás, de forma mais ou menos sucinta o proponente acaba por explicar esses mesmos fins e objetivos na sua exposição de motivos.

Serve para investigação científica, associada a essa investigação científica para a conservação e preservação de habitats e espécies de média altitude e claro, como não poderia deixar de ser e como é um jardim, apesar de ser um jardim com características muito peculiares, também pode ser um espaço aproveitado e apreciado por turistas ou por residentes sem ter propriamente um objetivo científico subjacente. Pode ser um espaço para ser simplesmente aproveitado, aproveitado na sua componente mais ornamental, digamos assim. Por isso

mesmo também pode ser um polo de atração turística e aqui poderíamos associar a este sítio como um polo de atração turístico mais ligado se calhar àquele que é o potencial que ainda está por aproveitar nos Açores, porque o turismo associado aos jardins é pouco conhecido, mas é também um nicho de mercado no setor turístico que pode ser interessante e que não está necessariamente associado também ao tal turismo massificado que nós não queremos para a nossa Região e muito menos para o polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico e o charco de Pedro Miguel.

Aliás, não é essa a intenção, creio eu, do proponente e não será a intenção de qualquer grupo ou representação parlamentar aquando da apreciação desta iniciativa.

Aliás, já foi aqui referido não me recordo por quem, que o charco de Pedro Miguel é de facto um hot spot, digamos o sítio principal do Faial para o birdwatching que também é outra atividade que é muito procurada na Região.

Além disso, é claro tem sempre uma componente de educação ambiental que lhe está associada. Esse é um diagnóstico, é uma descrição do espaço feito pelo proponente e que creio é partilhado por todos nós.

Também é certo que apesar de ter todos estes fins, há fins que são mais prioritários ou importantes do que outros, mais especificamente para este espaço. Aliás, é algo que é reconhecido até pelo Conselho de Ilha que acaba por referir que o polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico foi criado com o objetivo principal de conservar os habitats e espécies características da Laurissilva húmida e hiper húmida dos Açores. Portanto, este é que é o principal objetivo deste espaço e não propriamente uma fruição do espaço mais numa componente lúdica, digamos assim, não deixando também de ter essa função, é, no entanto, uma função secundária. Mas também parece-me que essa é uma observação que é partilhada e que não é aqui alvo de discórdia por parte

de ninguém e toda a gente concordará que a principal função deste espaço é de facto a sua componente mais relacionada com a conservação dos habitats.

Ora, a grande diferença aqui entre o diagnóstico feito pelo proponente e aquele que é o diagnóstico feito pelo próprio Governo Regional tem a ver com aquilo que tem sido feito desde a criação do polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico e o charco de Pedro Miguel.

O proponente considera que este espaço tem sido alvo de falta de investimento e de até mesmo falta de dinamização. Aliás, a falta de dinamização acaba por estar na origem da falta de investimento e na falta de requalificação e por isso mesmo (e isso não consta, é certo, do objeto resolutivo, está sugerido explicitamente na exposição de motivos) o proponente sugere que venha a ser criado um centro de interpretação e monitorização ambiental e a criação do núcleo de atividades relacionadas com o ecoturismo.

Quanto ao Governo Regional (e aqui está o ponto da discórdia) este entende que este espaço não foi de forma alguma alvo de esquecimento ou de incúria e que tem-se verificado diversos investimentos neste espaço.

Aliás, não só defende que foi alvo de investimento num passado recente, como também continuará a ser alvo desse mesmo investimento, exatamente quando (e passo a citar diretamente o que consta do relatório) penso que terá sido a própria Sra. Secretária que em sede de comissão anunciou que a proposta do plano de gestão do Parque Natural da Ilha do Faial prevê a integração deste espaço numa área contínua natural a criar concretamente um corredor ecológico que ligará a área protegida da Lomba Grande à área da paisagem protegida da zona central permitindo a integração neste espaço de um Parque Natural da Ilha do Faial que permitirá a intensificação do controlo da flora invasora, sendo isso uma forma de também investir neste espaço.

Também o Governo Regional discorda quanto à falta de dinamização e acaba por considerar que este espaço tem sido de certa forma utilizado. Não apresenta

propriamente evidências disso mesmo. Aliás, em comissão chegou-se a questionar e penso que agora em plenário também a Sra. Deputada Graça Silveira em aparte ou na sua intervenção acabou por perguntar à Sra. Secretária quando é que tinha sido a última ação de educação ambiental realizada naquele mesmo espaço.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a falar de quê? Não estou a perceber!

O Orador: O Sr. Deputado Tiago Branco chegou a referir que teriam sido feitas algumas dessas ações, mas não localizaram no tempo estas ações educativas.

Creio que, e apesar dos recentes esforços de revitalização do espaço, este espaço até há bem pouco tempo estava manifestamente em abandono.

Foi aqui referido pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, e creio que os Srs. e as Sras. Deputadas que acompanharam o Sr. Deputado Carlos Ferreira na visita que foi feita no âmbito da comissão que apreciou esta iniciativa, se depararam com algumas evidências desse abandono: os portões claramente abandonados sem qualquer tipo de utilização, já degradados, a própria sinalética e mais do que a sinalética as placas informativas que constavam desse mesmo espaço estavam manifestamente degradadas, não permitiam sequer a quem visitasse este espaço informar-se sobre o que lá estava presente e, portanto, parece-nos que era evidente e manifesto este relativo abandono.

Creio que o Governo Regional acabou por realizar algumas ações de remediação e penso até o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao aprovar esta iniciativa também em parte acabará por reconhecer que este espaço mereceria e merecerá outro cuidado que não teve até agora.

Penso que ainda vamos a tempo de remediar essa situação e de termos no futuro este polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico e o charco de Pedro Miguel devidamente requalificados e devidamente aproveitados.

Além disso o Governo Regional considera, e porventura poderá ter razão, impraticável a criação de um centro interpretativo e ambiental. Depende daquilo que nós quisermos projetar para aquele espaço. Às vezes coisas simples funcionam.

Devo lembrar e não é por ser do Bloco de Esquerda e estar agora a referir aquele que foi um projeto do Partido Socialista na Praia da Vitória que estarei aqui de alguma forma a ser condescendente para com o Partido Socialista, não é disso que se trata, mas dou um bom exemplo e os bons exemplos têm de ser mencionados como o caso do polo das Pedreiras, na Praia da Vitória, na freguesia do Cabo da Praia, que já foi hoje até referida algumas vezes em apartes e que acaba por ser um bom exemplo disso mesmo, de como com às vezes com uma simples intervenção nós conseguimos fazer grandes coisas e aqui grandes coisas foi requalificar um espaço que na ilha Terceira até há coisa de 10 anos também servia e continua servir, como é óbvio, como um espaço para observação de aves e que há 10 anos estava completamente ao abandono, era quase como um aterro de monstros (ou seja, nós víamos lá eletrodomésticos abandonados de toda a espécie e feitio) e no meio de todo aquele cenário nós assistíamos a turistas que tiravam fotografias a aves e não nos passava pela cabeça que aquilo fosse um dos principais sítios de observação de aves dos Açores.

Na altura, penso que em 2010 ou 2011, a autarquia da Praia da Vitória acabou por fazer uma simples intervenção no espaço, que foi muito pouco dispendiosa, que acabou por devolver àquele espaço alguma, senão bastante dignidade e torná-lo num espaço digno para ser frequentado por apreciadores do birdwatching.

Penso que também com uma intervenção simples poder-se-ão criar condições também não só para birdwatching, mas para a fruição deste espaço por parte quer de residentes, quer de turistas.

O Governo Regional considera impraticável a criação deste centro interpretativo ambiental se estivermos a falar de uma grande infraestrutura. É claro que se eu quiser construir lá uma grande infraestrutura em primeiro lugar, se calhar, o impacto ambiental será de tal grandeza que o melhor seria mesmo não construir, mas é claro que concordo com a Sra. Secretária que a inexistência de energia elétrica e abastecimento de água é uma barreira, 400 metros de altitude também acaba por ser algo a ser considerado, mas como eu disse às vezes fazendo pequenas intervenções, sem um grande impacto ambiental, acabamos por atingir o mesmo fim e às tantas de forma bem menos custosa e com menor impacto para o ambiente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Tive na tentação de dizer que tudo está bem, quando tudo acaba bem. O problema é que só agora é que começou, ainda não acabou. Portanto, este projeto de resolução parece-me que não é difícil de aprovar, porque aquilo que se pede é uma requalificação e reabilitação do espaço em questão.

Pela intervenção do Sr. Deputado Tiago ficamos com a ideia de que ...

Deputado Francisco César (*PS*): Tiago quê?

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, eu estou um bocadinho “alzeibrada”, quer me ajudar, Sr. Deputado Tiago Branco, filho de José Branco e Hélia Costa, até posso dizer o nome dos pais ...

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: ... se necessário for. Esse tipo de intervençõeszinhas, Sr. Deputado, são escusadas!

Ficou-se com a ideia de que queríamos um espaço selvagem e não um jardim arranjadinho, mas entre termos um espaço natural, selvagem e termos um espaço degradado vai uma grande distância, porque efetivamente a parte da sinalética estava degradada, temos trilhos e acessibilidades que estavam degradados e é no mínimo estranho que um espaço com esta importância e com o objetivo que teria nem sequer tenha uma pessoa responsável pelo espaço, até porque um dos grandes problemas, e segundo se viu na comissão, o parecer da junta de freguesia já inclusivamente tinha feito um pedido ao Governo Regional para fazer uma intervenção no parque, porque era preciso fazer o controle das invasoras e sabemos que numa área daquela dimensão é difícil controlar todas as invasoras, até porque agora já não podemos usar o glifosato, não é verdade?, portanto, tem de ser tudo controlado de outra forma.

Como é que sem funcionários a tempo inteiro adstrito àquele espaço se pode fazer a manutenção?

Sra. Secretária, na comissão deu a ideia de que o Governo tinha algumas intervenções pontuais, que havia um calendário e que havia intervenções, mas penso que um espaço daquela natureza só se consegue manter em condições para ser visitável e sem se degradar, porque acho que se gasta menos, custa menos ao erário público se se fizer a manutenção do espaço do que se deixar degradar e depois ter que se fazer intervenções frequentes que se tornam muito mais onerosas, era ter pelo menos um funcionário ali adstrito.

Na altura disse que a integração deste espaço numa área protegida permitirá a intensificação do controlo de algumas espécies invasoras e que essa ação de integração daquele parque, no Parque Natural da Ilha do Faial, “decorre dos procedimentos associados ao plano de gestão do parque o qual se encontra neste momento [e estamos a falar em março] em fase de integração dos contributos resultantes da consulta pública para que posteriormente possam ser definidos os procedimentos dessa integração no parque.”

Gostaria de perguntar à Sra. Secretária em que fase é que estamos da integração no Parque Natural e se há efetivamente depois desta reabilitação e requalificação do espaço tê-lo aberto sempre ao público num horário fixo e ter um funcionário no parque, porque pedir para fazer uma visita em antecipação para se abrir o parque funciona em espaços de renome internacional que um turista na Alemanha já sabe que quer vir ao Faial visitar uma determinada coisa e com a devida antecipação pede para que esteja aberto no dia tal, caso contrário torna-se muito difícil conseguir incentivar os turistas a visitarem o parque e que ele cumpra as funções para as quais estava predestinado, que também tinha a ver com as questões de educação ambiental e de promoção da biodiversidade. Penso que é um bocado difícil promover a biodiversidade quando o que domina são efetivamente as invasoras. Portanto, deixava-lhe esta questão, Sra. Secretária.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta iniciativa já vimos que recolhe o consenso por parte das diversas forças políticas que se sentam nesta câmara.

(Aparte impercetível)

O Orador: Preciso, preciso contribuir para o consenso!

Embora há um discurso que é um discurso que o Sr. Deputado Tiago Branco se está a especializar, o discurso do Sr. Tiago Branco podemos descrevê-lo como o discurso enigma, não sabemos como é que vai terminar.

Deputado Carlos Silva (PS): Tem que esperar!

O Orador: Há uma série de reflexões que são feitas. É um discurso defensivo, porque ele tem uma grande responsabilidade neste Parlamento. O Partido Socialista elege, como se sabe, dois deputados na ilha do Faial, mas só um se senta aqui e só um tem o peso da responsabilidade no âmbito do debate político. A Sra. Deputada Ana Luís não participa nestes debates.

Percebo, Sr. Deputado, que no âmbito da sua narrativa se tente proteger. O senhor é como aquele jogador de ténis que esconde o golpe final até ao fim, nunca sabemos se vai para a esquerda, ou vai para a direita, mas nesta situação consegui prever que V. Exa. acabaria por votar à direita e que V. Exa. teria de votar favoravelmente esta iniciativa. Teria de votar favoravelmente esta iniciativa, porque é evidente que em relação em polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial pode ser melhorado e a proposta vai nesse sentido. Não é uma proposta, que ao contrário do que V. Exa. tentou fazer passar que não reconhece a importância do espaço e que apenas faça uma observação no sentido de que este espaço pode ser melhorado. Também não diz que está horrível ou que está destruído. Diz apenas que é um espaço com muito potencial, que deve ser melhorado, está algo degradado.

Portanto, também nesse sentido é uma proposta perfeitamente equilibrada, aliás, na linha das propostas que o Sr. Deputado Carlos Ferreira apresenta aqui, nesta câmara, nunca são propostas dogmáticas, nunca são propostas excessivas, são sempre propostas construtivas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Nesse sentido, era muito difícil, Sr. Deputado, que conseguisse votar negativamente este projeto de resolução.

Da nossa parte nós reconhecemos o equilíbrio da proposta, a necessidade da proposta. O que esperamos e o repto que lançamos ao Governo é que a execute, porque as observações que aqui são feitas todas elas são bastante razoáveis.

Em relação ao potencial do local também penso que é algo que foi reconhecido pela generalidade das forças políticas que aqui estão representadas.

Portanto, o que espero, já sei, é que será votado favoravelmente também com a votação favorável do PPM e o que eu espero é que o Governo, como lhe compete, execute rapidamente esta recomendação do Parlamento dos Açores que será, pelos vistos, votada por unanimidade e isso só reforça a sua eficácia e sua força política.

Quanto ao Sr. Deputado Tiago Branco, pois Sr. Deputado pode continuar a fazer estes discursos de enigma. É a designação correta para o seu tipo de discurso. Vá procurar e vá ver. Tenho a perceção que é uma postura defensiva, que é necessária, tendo em conta a enorme responsabilidade que V. Exa. aqui tem, V. Exa. apenas é um e representa dois.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é contribuir para o consenso!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Muito obrigada, Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo às questões que foram colocadas pela Sra. Deputada Graça Silveira, gostava de começar precisamente por aquilo que é a base desta questão.

O espaço daquela natureza, foi isso que a Sra. Deputada referiu e é exatamente isso que nós devemos ter em atenção. Trata-se de um espaço que não é uma mata ajardinada, muito menos é um jardim. É um espaço direcionado para a conservação de habitats e espécies em média altitude e cuja intervenção por parte do homem tem de ser limitada a essas funções para não adulterar precisamente os objetivos deste espaço.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Como tal não se pode confundir o mesmo com o polo central do Jardim Botânico do Faial. Como já referi há pouco, trata-se de uma área de floresta natural e que tem de ser isso mesmo, não pode ser um jardim, e sendo uma aérea natural não podemos e alguma forma aceitar que se confunda com um espaço ao abandono.

Relativamente às duas questões adicionais, relativamente à disponibilidade de um funcionário para o mesmo é preciso ter atenção e perceber que estamos a falar de um espaço com condições atmosféricas muito adversas durante boa parte do ano, condicionando e tornando praticamente impossível e inviável a abertura ao público durante essa altura, pelo que o equacionamento da afetação de um funcionário tem de ser sempre vista obviamente neste contexto.

Relativamente à outra questão colocada respeitante à fase de integração destas duas aéreas no corredor ecológico que vai ligar duas aéreas protegidas gostava de referir o que há pouco já dei nota. Esta proposta legislativa foi aprovada a 3 de agosto último, portanto, tem cerca de um mês que foi aprovada, aquela que aprovou o plano de gestão do Parque Natural da Ilha do Faial. Temos diversas ações elencadas e temos três graus de prioridade para priorizar a sua execução.

Acreditamos que as primeiras consigam já ser implementadas no início do próximo ano e depois vamos calendarizando de acordo com o que está definido e que foi aprovado no próprio plano de gestão as restantes. As primeiras incidem naturalmente, como não podia deixar de ser, na importância de assegurar, por exemplo, não existência de caça naquela zona, a fiscalização da aérea pelos vigilantes da natureza, reforço das vedações novamente, a conservação dos charcos, o estabelecimento do corredor ecológico como referi, o controlo das invasoras, ou por exemplo também, o favorecimento das espécies endémicas e nativas na zona dos charcos e também do próprio polo.

As ações estão elencadas, têm uma prioridade. Contamos no início do próximo ano estar já em implementação aquelas que foram identificadas como as mais prioritárias.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Faço esta intervenção apenas também para fazer aqui um ponto de ordem da parte do Grupo Parlamentar do PSD relativamente ao assunto que está aqui em debate.

Em primeiro lugar para esclarecer que foi aqui referido, quer por parte do Partido Socialista, quer por parte da Sra. Secretária Regional, que o espaço não estava ao abandono e era visitável mediante agendamento.

É verdade que era visitável e é visitável mediante agendamento, mas, Sra. Secretária Regional, eu vou entregar à Mesa fotografias que mostram o estado do polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico quando o PSD/Açores fez a apresentação da sua iniciativa a 24 de setembro de 2019 e em que, Sra. Secretária, poderá ver (e solicito à Mesa que faça posteriormente a distribuição) o portão de entrada perfeitamente danificado, partido; o painel de informação e de identificação do parque à entrada danificado e sem possibilidade quase de leitura e os restantes painéis informativos também não se conseguiam ler, para além, Sra. Secretária, da vegetação no caminho de acesso ao parque estar com cerca de um metro de altura.

(Neste momento, o Orador mostrou fotos à câmara)

Portanto, Sra. Secretária, a senhora quando convida alguém para a sua casa não lhe apresenta a porta de entrada partida, nem lhe apresenta vegetação com um metro de altura com dificuldade de acesso ao interior dessa mesma casa.

Gostaria também de esclarecer que naturalmente quando a comissão parlamentar visitou o polo de Pedro Miguel a situação era naturalmente diferente, o que demonstra felizmente a atenção que o Governo Regional tem para com a Assembleia, para com as comissões parlamentares.

O espaço estava já, digamos assim, mais reabilitado, a vegetação tinha sido cortada na semana anterior, até os buracos da estrada de acesso àquela zona tinham sido tapados uma semana antes com algum alcatrão. Portanto, houve de facto essa atenção, como também sido normal por parte do Governo para com o Parlamento e neste caso para com a comissão parlamentar que visitou o polo de Pedro Miguel.

Em segundo lugar, Sra. Secretária, gostaria de lhe propor encarecidamente que considere a proposta da junta de freguesia de Pedro Miguel feita à sua secretaria para o estabelecimento de um protocolo que permita dar outra vida àquele espaço e dar outra vida consequentemente também à freguesia de Pedro Miguel e àquela zona da ilha do Faial.

A junta de freguesia já se disponibilizou para o efeito. Falta talvez alguma atenção ou da direção regional ou da secretaria regional de modo a que, eu não digo durante todo o ano, mas de abril a outubro, por exemplo, possa efetivamente haver ali um funcionário em permanência, criando-se condições para o efeito, porque também os agricultores frequentam aquela zona durante todo o ano em situações difíceis naturalmente, mas o Governo terá certamente meios para criar essas condições, para ter um funcionário em permanência de abril a outubro e por essa via valorizar aquele espaço, valorizar aquela freguesia e valorizar a nossa ilha.

Por último, gostaria em nome do Grupo Parlamentar do PSD de me congratular pela aprovação desta iniciativa neste Parlamento ...

Deputado João Vasco Costa (PS): A gente ainda não votou!

O Orador: ... conforme foi já anunciado e dizer que naturalmente estaremos atentos à sua efetiva concretização.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tinha pedido a palavra para uma interpelação. Tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Exatamente, Sra. Presidente. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário nós vamos interromper os trabalhos por agora.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 39 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora, Ana Machado